



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

### RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregados	<b>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA</b> , consolidando: Coordenação-Geral de Logística e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade Coordenação-Geral de Recursos Humanos <b>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</b> <b>Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias</b> <b>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</b>



Brasília - 2007

# SUMÁRIO

<b>1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA</b>	<b>5</b>
<b>1.1. Nome e Sigla</b>	<b>5</b>
<b>1.2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ</b>	<b>5</b>
<b>1.3. Natureza jurídica</b>	<b>5</b>
<b>1.4. Vinculação ministerial</b>	<b>5</b>
<b>1.5. Endereço</b>	<b>5</b>
<b>1.6. Gestões e Unidades Gestoras no SIAFI</b>	<b>6</b>
<b>1.7. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada</b>	<b>7</b>
1.7.1. Legislação Constitutiva	7
1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto N° 5.550/05	8
1.7.3. Competências Previstas no Decreto N° 5.550/05	9
1.7.4. Finalidade Prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS N° 330/06, Anexo II)	11
<b>1.8. Função de Governo Predominante:</b>	<b>11</b>
<b>1.9. Tipo de Atividade e Situação da Unidade</b>	<b>11</b>
<b>2. SECRETARIA EXECUTIVA</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos</b>	<b>15</b>
2.1.1. Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado	15
2.1.2. Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos	16
<b>2.2. Acordo de empréstimo com o BIRD</b>	<b>20</b>
2.2.1. Componentes do Empréstimo	20
<b>2.3. O acordo de empréstimo com o BID</b>	<b>21</b>
2.3.1. Componentes do empréstimo:	21
2.3.2. Custo do Programa e Plano de Financiamento	22
<b>2.4. ACORDOS DE COOPERAÇÃO:</b>	<b>24</b>
2.4.1. UNESCO (914BRA3026):	24
2.4.2. FAO (UTF/BRA/064/BRA)	25
2.4.3. PNUD (04/046)	25
2.4.4. PNUD (04/028)	27
2.4.5. PNUD (05/028)	28
<b>2.5. Subsecretaria de Planejamento e Administração</b>	<b>29</b>
<b>2.6. Ouvidoria-Geral do MDS</b>	<b>30</b>
<b>2.7. Central de Relacionamento Fome Zero</b>	<b>34</b>

2.7.1	Principais atribuições:	35
2.7.2	Dados estatísticos:	36
2.7.3	Informações complementares:	36
<b>2.8</b>	<b>Tomadas de Contas Especiais Simplificadas</b>	<b>37</b>
<b>2.9</b>	<b>Conclusão</b>	<b>37</b>
<b>3.</b>	<b><i>SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO</i></b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>45</b>
3.1.1	Licitações, Dispensas e Inexigibilidades	45
3.1.2	Contratos	49
3.1.3	Patrimônio e Almoxarifado	49
3.1.4	Convênios	49
3.1.5	Execução Orçamentária e Financeira	51
	Programa: 0750 – Apoio Administrativo	51
<b>3.2</b>	<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE</b>	<b>51</b>
3.2.1	Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	52
<b>3.3</b>	<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO</b>	<b>52</b>
<b>3.4</b>	<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS</b>	<b>53</b>
3.4.1	Situação dos Servidores	54
3.4.2	Despesas Folha de pagamento do Exercício de 2006	54
3.4.3	Requisitados com ônus em 2006	56
3.4.4	Estagiários	56
3.4.5	Auxílio Moradia	57
3.4.6	Diárias	61
3.4.7	Ajuda de Custo	72
3.4.8	Formação do quadro efetivo do MDS	72
3.4.9	Plano de Saúde	73
3.4.10	Capacitação	73
<b>3.5</b>	<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMÁTICA</b>	<b>78</b>
3.5.1	Desenvolvimento de Sistemas	79
3.5.2	Assistência Social	79
3.5.3	Segurança Alimentar	81
3.5.4	Articulação Institucional e Parcerias	81
3.5.5	Gabinete do Ministro	81
3.5.6	Comunicação	82
3.5.7	Ouvidoria	83
3.5.8	Recursos Humanos e Logística	83
3.5.9	Sistemas de Apoio a Tecnologia da Informação	83
3.5.10	Suporte à Infra-estrutura	84
<b>3.6</b>	<b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>85</b>
3.6.1	Informação - Assessoria de Imprensa e Coordenação de Internet	86
3.6.2	Produção – Coordenação de Publicidade e Coordenação de Eventos	88
<b>4.</b>	<b><i>SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO</i></b>	<b>92</b>

<b>4.1</b>	<b>Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	<b>93</b>
4.1.1	Objetivos e Metas Alcançadas:	93
4.1.2	Indicadores e Outros Parâmetros	96
4.1.3	Avaliação de Resultados	96
4.1.4	Análise Crítica dos Resultados	97
4.1.5	Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas.	97
<b>4.2</b>	<b>Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	<b>97</b>
4.2.1	Objetivos e Metas Alcançadas:	98
4.2.2	Indicadores e Outros Parâmetros	101
4.2.3	Avaliação de Resultados	101
4.2.4	Análise Crítica dos Resultados	101
4.2.5	Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas.	102
<b>5.</b>	<b>SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS</b>	<b>103</b>
<b>5.1</b>	<b>Recebimento e Distribuição de Doações dentro da Estratégia Fome Zero</b>	<b>104</b>
5.1.1	Principais Resultados das Doações de 2006:	104
<b>5.2</b>	<b>Certificação de Parceiros Fome Zero para o Fortalecimento da Responsabilidade Social</b>	<b>105</b>
<b>5.3</b>	<b>GUIA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</b>	<b>106</b>
<b>5.4</b>	<b>Convênios com organizações da sociedade civil</b>	<b>107</b>
5.4.1-	Convênio nº 002/SE/MDS/05 (Processo nº 71000.014984/2005-77) Projeto: Programa de Promoção da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável de Comunidades em Situação de Risco Social	107
5.4.2	Convênio nº 03/SE/MDS/05 (Processo Nº 71000.015116/2005-12) Projeto Empreender para Desenvolver	108
5.4.3 -	Convênio nº 004/SAIP/MDS/2005 (processo nº 71000.015009/2005-86) - Projeto de inclusão produtiva e fortalecimento institucional no contexto da promoção do desenvolvimento local sustentável das comunidades quilombolas.	109
5.4.4 -	Convênio nº 04/2004/MDS (processo nº 71.000.006503/2004-79) – Projeto Gerar de Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional	110
5.4.5 -	Convênio nº 001/2004 (processo nº 71.000.006204/2004-34) – Projeto Consolidação das Redes Estaduais de Promoção da Mobilização e Participação social no Âmbito da Política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -Talher.	111
5.4.6 -	Convênio nº 01/2005/MDS (processo nº. 71.000.003111/2005-39) – Projeto Organização e participação das famílias vulneráveis a fome em processos de formação para a cidadania plena.	111
<b>6.</b>	<b>FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA</b>	<b>113</b>
<b>7.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>115</b>

## 1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.1. Nome e Sigla

SECRETARIA EXECUTIVA – SE

Agregados	Consolidados
<b>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA</b>	Coord.Geral de Logística e Administração – CGLA
	Coord.Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
	Coord.Geral de Recursos Humanos – CGRH
<b>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI</b>	
<b>Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP</b>	
<b>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</b>	

### 1.2. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ

05.526.783/0001-65

### 1.3. Natureza jurídica

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

### 1.4. Vinculação ministerial

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

### 1.5. Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 6º Andar, Sala 600

CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)

Fones: (61) 3433 1084 e 3433 1086

Fax: (61) 3433 1129

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## **1.6. Gestões e Unidades Gestoras no SIAFI**

### **I SECRETARIA EXECUTIVA - SE**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º andar – sala 600

CEP – 70.046-900 – Brasília – DF

Tel: 3433 1087 Fax: 3433 1129

CÓDIGO UG: 550003 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

### **I.I SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO- SPOA**

CNPJ: 05.756.246/0001-01

End: SAN – Quadra 03 – Lote "A" – Sala 2352 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2211 Fax: 3433 2276

CÓDIGO UG: 550002 ÓRGÃO: 55000/55801 – SPOA GESTÃO: Tesouro – 00001

### **I.I.I SETORIAL DE CONTABILIDADE**

CNPJ: 05.756.246/0001-01

End: SAN – Quadra 03 – Lote "A" – Sala 2352 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2269 Fax: 3433 2298

CÓDIGO UG: 550004 ÓRGÃO: 55000/55801 – SPOA GESTÃO: Tesouro – 00001

### **I.I.II COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA**

CNPJ: 05.756.246/0004-54

End: SAN – Quadra 03 – Lote "A" – Sala 2292 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2202 Fax: 3433 2290

CÓDIGO UG: 550005 ÓRGÃO: 55000/55801 – SPOA GESTÃO: Tesouro – 00001

### **I.I.III COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH**

CNPJ: 05.756.246/0003-73

End: SAN – Quadra 03 – Lote "A" – Sala 2312 – Edf. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70.040-902 – Brasília – DF

Tel: 3433 2207 Fax: 3433 2244

CÓDIGO UG: 550006 ÓRGÃO: 55000/55801 – SPOA GESTÃO: Tesouro – 00001

**I.II SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 442

CEP– 70054-900 – Brasília – DF

Tel: 3433 1503/1504 Fax: 3433 1650

CÓDIGO UG: 55009 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

**I.III SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 409

CEP– 70054-900 – Brasília – DF

Tel: 3433 1502 Fax: 3433 1594

CÓDIGO UG: 550010 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

**I.IV PROJETO DE APOIO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PROAPBF**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sala 620

CEP– 70046-900 – Brasília – DF

Tel: 3433 1303/1304 FAX: 3433 1335

CÓDIGO UG: 550012 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

**I.V PROGRAMA DE APOIO AO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL - PASPS**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sala 620

CEP– 70046-900 – Brasília – DF

Tel: 3433 1303/1304 FAX: 3433 1335

CÓDIGO UG: 550014 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

**1.7. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada****1.7.1. Legislação Constitutiva**

- **LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003:** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004):** Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe

sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;

- **LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004:** Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 de Julho de 2001:** Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- **DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004:** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004):** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
- **PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005:** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006:** Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

### 1.7.2. Estrutura Orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto Nº 5.550/05

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) .....

**b) Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e**

c) .....

II - órgãos específicos singulares:

a) .....

b) .....

c) .....

**d) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:**

1. Departamento de Avaliação e Monitoramento;

2. Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos; e

3. Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais;

**e) Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias:**

1. Departamento de Articulação Governamental; e

2. Departamento de Articulação e Mobilização Social.



### 1.7.3. Competências Previstas no Decreto Nº 5.550/05

#### **Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:**

- I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;
- II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;
- III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;
- IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e
- V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

#### **Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:**

- I - planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, serviços gerais, administração dos recursos de informação e informática, planejamento e de orçamento, contabilidade e administração financeira;
- II - manter articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e dos sistemas mencionados no inciso I, com a finalidade de orientar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;
- III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;
- IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, e submetê-los à decisão superior;
- V - acompanhar e promover a avaliação física, orçamentária e financeira de projetos e atividades;
- VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário; e
- VII - planejar, coordenar, executar e controlar a utilização dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sob orientação do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

**Art. 21. À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação compete:**

I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome;

II - elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:

a) da capacidade de pensamento e formulação estratégicos, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional;

b) de provimento de informações adequadas à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome;

c) de concepções de estruturas organizacionais eficientes e modelos de gestão voltados para resultados;

d) de transparência, controle social, prestação de contas e conduta ética na gestão pública;

e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;

f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; e

g) de formação e capacitação de gestores nos níveis federal, estadual e municipal e agentes sociais do uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;

III - promover a gestão do conhecimento, o diálogo de políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países.

**Art. 25. À Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias compete:**

I - coordenar o processo de articulação das políticas do Ministério;

II - promover a articulação necessária à integração das políticas, planos, programas e projetos no Ministério;

III - promover a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de governo, setor privado e entidades da sociedade civil, com vistas a compatibilizar políticas e otimizar a alocação de recursos;

IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional do Ministério, especialmente pela identificação de oportunidades e articulação de novas parcerias; e

V - propor e promover, de forma integrada com as Secretarias finalísticas, mecanismos de participação e controle social das ações do Ministério.

**Art. 29. Ao Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei Complementar Nº 111, de 6 de julho de 2001, cabe exercer as competências estabelecidas em regulamento específico.**

#### 1.7.4. Finalidade Prevista no Regimento Interno do Órgão (Portaria MDS Nº 330/06, Anexo II)

Art. 1º. **A Secretaria-Executiva**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a ele diretamente subordinada, tem por finalidade:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correção desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

#### 1.8. Função de Governo Predominante:

- Função 08 – Assistência Social

#### 1.9. Tipo de Atividade e Situação da Unidade

Nome da UG	Código UG	Situação da Unidade	Tipo de Atividade
Secretaria Executiva	550003	em funcionamento	UG Executora
Subsec. Planej., Orç. e Adm.	550002	em funcionamento	UG Setorial Orç/Fin. - Não Executora
Coord.Geral Orç., Fin. e Cont.	-	em funcionamento	Não Constitui UG
Cood. de Contabilidade	550004	em funcionamento	UG Setorial Contábil - Não Executora
Coord.Geral de Planejamento	-	em funcionamento	Não Constitui UG
Coord.Geral de Logíst. e Adm.	550005	em funcionamento	UG Executora
Coord.Geral de Recursos Humanos	550006	em funcionamento	UG Executora
Proj. Apoio ao Prog. Bolsa Família	550012	em funcionamento	UG Executora
Prog. Apoio ao Sist. de Prot. Social	550014	em funcionamento	UG Executora
Sec. Articulação Inst. e Parcerias	550009	em funcionamento	UG Não Executora
Sec. Aval. e Gestão da Informação	550010	em funcionamento	UG Não Executora
Fundo de Combate e Errad. Pobreza	-	em funcionamento	Fonte de Recursos (79 e 94)

## 2. SECRETARIA EXECUTIVA

No esforço de dar conta do desafio político-administrativo de unificar três estruturas preexistentes distintas – o Ministério de Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família – coube à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a articulação das políticas públicas oriundas dos extintos Ministérios e o papel de acompanhamento, supervisão e coordenação das ações das diversas áreas abrangidas na nova estrutura, de modo a dar maior racionalidade no emprego e aproveitamento dos recursos. Espaços físicos distintos, vinculações contratuais a diferentes empresas e condições para os mesmos serviços, redes de comunicação específicas, carência de quadro próprio de pessoal, demandas de ações e serviços crescentes sem que houvesse séries históricas que servissem de parâmetro para o planejamento são alguns dos elementos que ampliavam o grau de complexidade da tarefa de implantação e consolidação institucional do Ministério.

Para enfrentar esse desafio, a SE intensificou suas atividades tanto nos aspectos institucionais de relacionamento com os demais órgãos da Administração Pública Federal, quanto na adoção de medidas emergenciais com vistas a suprir as necessidades do ponto de vista dos recursos orçamentários, logísticos e humanos. Do mesmo modo, o MDS enfrentou o desafio de remanejar os recursos dos órgãos que lhe deram origem sem que, com isso, houvesse solução de continuidade da execução dos programas e ações em andamento naqueles órgãos. Para tanto, coordenou a necessária articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como com a sociedade civil, objetivando a construção coletiva da política social, em respeito ao Pacto Federativo.

Assim, a Secretaria Executiva intensificou sua participação ativa nas reuniões do Grupo de Trabalho “Fome Zero”, convocando e sediando as reuniões mensais ordinárias e extraordinárias, coordenando as discussões para a definição de diretrizes, realizadas com a articulação dos órgãos governamentais que o integram – Casa Civil/PR, Secretaria de Comunicação Social/PR, Secretaria Geral/PR, Assessoria Especial/PR, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. No exercício de 2006, o referido GT teve papel preponderante como coordenador da ação estratégica e articuladora das ações estruturantes governamentais, integrando 31 iniciativas, por meio de 16 diferentes ações com o apoio dos governos municipais e municipais e várias outras parcerias com segmentos da sociedade civil, bem como na aprovação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que “Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências”.

Entre suas atividades, em parceria com a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, a SE deu continuidade aos acordos de Cooperação Técnica com as regiões italianas de Marche, Toscana, Úmbria e Emília-Romanha, além de coordenar, no âmbito interno, a participação do MDS na IX

Marcha dos Prefeitos à Brasília em Defesa dos Municípios, evento da Confederação Nacional de Municípios, com o apoio da Frente Nacional dos Prefeitos.

Em parceria com a Assessoria Especial da Presidência da República, a SE deu continuidade à coordenação do comitê gestor em Dourados, criado a partir de visita da Comissão Interministerial naquele município, identificando e diagnosticando os problemas nas aldeias indígenas de Dourados, propondo intervenções baseadas em parâmetros qualificados, em conjunto com os representantes da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura de Dourados. Ademais, continuou garantindo o sistemático acompanhamento da coordenação dos trabalhos naquele município, consolidando a ação do Comitê, estendendo sua composição para abrigar também os 44 grupos Kaiowa e Nandéva. Os resultados positivos do trabalho do referido comitê gestor fizeram com que o MDS propusesse à Presidência da República, a instituição, por intermédio de decreto presidencial, de um Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas para a Região da Grande Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, a ser coordenado pelo MDS e integrado também pelos seguintes órgãos federais: Casa Civil/PR, Secretaria Especial de Direitos Humanos/PR; Ministério da Justiça/FUNAI e Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Saúde/FUNASA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes e Ministério das Cidades. Referida minuta de decreto presidencial encontra-se em tramitação na Casa Civil/PR.

A Secretaria Executiva do MDS teve lugar de destaque nas reuniões sistemáticas de trabalho do Comitê Executivo da Câmara de Política Social, do Comitê Gestor do ProJovem e do Programa de Cooperação da Aliança Trilateral, discutindo a integração, com os demais representantes, das políticas do governo federal. Coordenou, juntamente com a SAGI/MDS, as discussões sobre Linha Oficial de Pobreza, envolvendo a participação de representantes da Casa Civil/PR, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa - IPEA, entre outros, subsidiando, inclusive, as discussões empreendidas pela Comissão Quadripartite para o Fortalecimento do Salário Mínimo.

Em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, a Secretaria Executiva articulou discussões e ações visando a garantia e a adequação do acesso das populações remanescentes de quilombos e de comunidades de terreiros aos programas sociais, em especial as ações de mobilização social como capacitação de lideranças, agentes locais e gestores públicos. Ao lado de representantes de todas as secretarias do MDS, participou da Conferência Nacional de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial e representou este Ministério junto à Organização Internacional do Trabalho – OIT e SEPPIR no Projeto de Promoção de Gênero, Raça, Combate à Pobreza e Geração de Emprego (GRPE).

Em decorrência de calamidades ocasionadas por secas e enchentes, a SE integrou, em 2006, em conjunto com representantes dos Ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Grupo de Trabalho Interministerial, com resultados expressivos no tocante ao repasse de recursos para as regiões atingidas pelas secas e enchentes.

Nos assuntos pertinentes ao Orçamento 2006, a Secretaria Executiva acompanhou internamente a sua execução, avaliando a gestão dos administradores de recursos e envidando esforços no sentido de racionalizar e sistematizar o repasse de recursos aos órgãos conveniados, responsáveis pela operacionalização dos programas

de transferência de renda, de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, monitoramento este que ensejou eficiente execução orçamentária pelo MDS, no referido exercício.

A estreita parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e demais esferas representativas das políticas públicas do MDS revelou-se estratégica para a consecução dos resultados almejados. Referida parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e a participação efetiva da Secretaria Executiva em várias reuniões plenárias daquele colegiado foram primordiais para a aprovação e pactuação, nas esferas específicas, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH do Sistema Único de Assistência Social.

No Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a Secretaria Executiva coordenou a discussão e a apresentação da proposta de alocação dos recursos pertinentes, culminando com a apresentação, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República, da minuta de decreto propondo o estabelecimento de percentual máximo, daquele Fundo, a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2006 e regularizar os gastos efetuados em 2005, ainda pendentes. Ressalte-se que o Tribunal de Contas da União aprovou os gastos efetuados pelo Fundo para os exercícios de 2001 a 2005, conforme Acórdão nº 2203/2006.

A SE articulou e promoveu reuniões com o Ministério da Educação, objetivando discussão e definição do processo de transferência da rede de creches da assistência social para a área da educação, e dos recursos pertinentes; com o Ministério da Saúde, deu início à discussão do abrigamento de pessoas com transtorno mental; àquelas duas Pastas propôs a instituição do Fórum Permanente de Fundos na área da educação, da saúde e da assistência social que, em 2006, se reuniu sistematicamente no intuito de discutir o modelo de repasse de recursos de forma regular e sistemática que os fundos realizam para estados, Distrito Federal e municípios.

Representou o MDS em Audiências Públicas no Congresso, com destaque para aquelas pertinentes à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, à integração Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI com o Bolsa Família, e à Pessoa com Deficiência.

Na Unidade de Implementação de Projetos da Diretoria de Programa da SE, criada pela Portaria nº 13-SE, de 27 de outubro de 2005, levando-se em conta a sua função de coordenar, supervisionar e assessorar os dirigentes dos órgãos do MDS na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais, e coordenando a execução dos diversos acordos de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, destacaram-se, em 2006, os seguintes empreendimentos:

## 2.1 Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

### 2.1.1 Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
				Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
<b>BIRD LN 7234-BR</b> Projeto Bolsa Família Apoio às ações do Programa Bolsa Família Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	569,339,000.00	572,200,000.00	0.00	front end fee	0.00	2,861,000.00	Cancelado o valor de 2,861,000,00 referente a 50% da front end fee	Não há o que corrigir, apenas houve redução do valor do contrato
<b>BID 1609-OC/BR</b> Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social. Apoio aos programas Bolsa Família e de Erradicação do Trabalho Infantil. Banco Interamericano de Desenvolvimento	1,000,000,000.00	1,000,000,000.00	0.00	juros	16,850,812.19	16,850,812.19		

\* Apresentar individualmente por motivo. \*\* Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

## 2.1.2 Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos

### BIRD 7234-BR

O Acordo de Empréstimo no. 7234-BR foi assinado em 24 de maio de 2005, entrando em efetividade no dia 15 de junho de 2005.

O Programa Bolsa Família incluiu, no exercício de 2006, 3,2 milhões de novos beneficiários, passando a estar presente em mais de 11,2 milhões de lares com renda mensal per capita de até R\$ 120,00.

Quanto ao período compreendido de 01.01.2006 a 31.12.2006, parte A (modalidade Swap) do Projeto, foi transferido aos beneficiários o valor de R\$ 7.366.595.285,90 (sete bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos); e foi solicitado reembolso de R\$ 633.136.094,95 (seiscentos e trinta e três milhões, cento e trinta e seis mil, noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos) ao Banco pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Com relação às partes B, C, D e E foram apresentados ao Banco os Statement of Expenditure – SOE's (Declaração de Gasto) de 2 a 7 no montante de R\$ 4.572.707,04 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e sete reais e quatro centavos) no primeiro semestre de 2006. Foram reembolsados US\$ 2.088.034,20 (dois milhões, oitenta e oito mil, trinta e quatro dólares e vinte centavos).

No segundo semestre de 2006 não foram apresentados SOE's para reembolso por várias razões. Primeiramente, devido à necessidade de haver um montante de 100 mil dólares para o pedido de reembolso, foi preciso esperar para que as declarações de gasto (SOE's) fossem entregues próximo ao fim do semestre. Porém, com a ausência, por motivo de falecimento, do Secretário Adjunto do MDS, cuja assinatura era necessária para tal fim, não foi possível entregar as referidas declarações. A troca de assinaturas não pode ser realizada e aprovada antes do final de 2006 devido à troca de governo. Sendo assim, as declarações de gastos referentes às despesas do segundo semestre de 2006 somente puderam ser entregues em janeiro de 2007. Assim, o reembolso das referidas despesas somente constarão para o Relatório de Progresso Anual do 1º semestre de 2007.

Em relação às despesas com o componente 2 do Projeto, no 2º semestre de 2006 foram gastos R\$ 601.686,99 em Bens e Serviços, categoria 1. Em Consultoria, categoria 2, foram gastos R\$ 839.979,15. Por último, foram gastos R\$ 57.212,06 em Treinamento, categoria 3. Assim, o montante pago para as partes B,C, D e E foi de R\$ 1.498.878,20 no 2º semestre de 2006. Vale lembrar, no entanto, que esse valor foi somente apresentado para reembolso em janeiro de 2007 e que até o momento o referido reembolso ainda não foi efetuado.

Para o Componente 2, os recursos alocados totalizam US\$ 15 milhões. Foram comprometidos, não necessariamente pagos, US\$ 3 milhões em 2005 e US\$ 5,5 milhões em 2006. Sendo assim, restam ainda US\$ 6,5 milhões para o 1º semestre de 2007. Portanto, faz-se necessária a prorrogação do presente Acordo de Empréstimo por mais 18 meses, o que está sendo negociado entre o Ministério do Planejamento e o Banco Mundial.

### CRÍTICAS:



É importante salientar que o período inicialmente previsto para o desenvolvimento das atividades programadas para a primeira fase não foi suficiente para o total aproveitamento dos recursos alocados nas partes B, C, D e E elencadas abaixo:

- **Parte A:** Reembolso sobre os gastos do Governo Federal com o pagamento do Bolsa Família (Swap).
- **Parte B:** Gasto com fortalecimento do Sistema para Identificação da População Alvo
- **Parte C:** Gasto com desenvolvimento de um Sistema de M & A
- **Parte D:** Gasto com fortalecimento Institucional
- **Parte E:** Gasto com erenciamento do Projeto

O prazo de 2 anos é insuficiente para ações que demandam planejamento em longo prazo. As consultorias para estudos e pesquisas licitadas na modalidade SBQC-Seleção Baseada na Qualidade e Custos requerem período extenso de tramitação. Essa modalidade é constituída de várias fases e todas elas demandam aprovação pelo Banco. Vários estudos estão em fase de contratação devido à burocracia que tal modalidade demanda. Outra dificuldade encontrada para as referidas contratações diz respeito às licitações acima de US\$ 500 mil devido à exigência de se preparar uma lista curta de 6 empresas, sendo 2 de cada país. Não é fácil encontrar empresas qualificadas que se enquadram nas exigências que cada estudo requer, ainda mais quando a nacionalidade toma tamanha importância.

#### **BID 1609/OC-BR**

Assinado em 24 de outubro de 2005, o Acordo de Empréstimo 1609/OC-BR, recebeu elegibilidade para o Componente 1 – Transferências de Renda Condicionadas, que envolve o pagamento aos beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF e programas remanescentes, além das transferências diretas aos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI já migrados para o Cadastro Único do PBF.

Em 2005, os reembolsos foram relativos à retroatividade e às transferências realizadas nos meses de outubro a dezembro, num total de 474,8 milhões de dólares americanos, o que representou 48,29% do montante do empréstimo para o Componente 1 (SWAp).

O total reembolsado no ano de 2006 foi de 508,5 milhões de dólares americanos, correspondendo a 51,71% do montante do empréstimo para o Componente 1 (SWAp).

Dessa forma, o total de reembolsos previstos para o Componente 1 (SWAp) foi esgotado, atingindo o valor previsto de 983,4 milhões de dólares americanos.

Quanto à elegibilidade para o Componente 2 – Fortalecimento Institucional e Componente 3 – Administração e Supervisão, com a aprovação do Plano de Contas e apresentação do SIAIN – Sistema de Informação de Acordos Internacionais, ocorrida em 23 de janeiro de 2007, o montante de 16,6 milhões de dólares americanos está passível de receber reembolsos no ano de 2007.

Segue quadro demonstrativo de pagamentos realizados para o Componente 1 e os reembolsos obtidos junto ao BID.

**Quadro Demonstrativo da Execução do Componente SWAp - Retroativo 2004-2005**

Req	Componente do Projeto	Período	Data do reembolso	Valor Executado com recursos próprios	Cotação US\$	Valor Reembolsado pelo BID *	Valor Reembolsado Acumulado	Valor Solicitado ao BID	Valor Solicitado Acumulado	% Reemb.	% Comp.1
				R\$		US\$	US\$	R\$	R\$		983.400.000,00
	A – Transf. (PBF+PETI)										
1	retroativo 2004	julho/04 a 09/12/04	19.12.2005	2.406.709.206,80	2,2557	128.000.000,00	128.000.000,00	300.659.200,00	300.659.200,00	16,5	13,02
2	retroativo 2005	27/12/04 a 06/10/05	19.12.2005	5.515.782.387,92	2,2557	346.853.370,89	474.853.370,89	822.978.993,11	1.123.638.193,11	13	48,29
	Totais			<b>7.922.491.594,72</b>		<b>474.853.370,89</b>	<b>474.853.370,89</b>	<b>1.123.638.193,11</b>	<b>1.123.638.193,11</b>	13	48,29

Fonte: relatórios mensais SENARC e informações BB

**Quadro Demonstrativo da Execução do Componente SWAp - Retroativo 2005 e 2006**

Req	Componente do Projeto	Período	Data do reembolso	Valor Executado com recursos próprios	Cotação US\$	Valor Reembolsado pelo BID *	Valor Reembolsado Acumulado	Valor Solicitado ao BID	Valor Solicitado Acumulado	% Reemb.	% Comp.1-
				R\$		US\$	US\$	R\$	R\$		983.400.000,00
	A – Transf. (PBF+PETI)										
3	Acerto 2005	26/10/05 a 31/12/05	11.05.2006	1.676.347.193,43	2,0643	133.990.875,98	133.990.875,98	276.597.286,91	276.597.286,91	16,5	13,63
4	janeiro de 2006	01/01/06 a 31/01/06	31.05.2006	499.548.466,66	2,2593	28.743.991,80	162.734.867,78	64.941.300,67	341.538.587,58	13	16,55
5	fevereiro de 2006	01/02/06 a 28/02/06	31.05.2006	482.011.805,74	2,2593	27.734.933,27	190.469.801,05	62.661.534,75	404.200.122,32	13	19,37
6	Março de 2006	01/03/06 a 31/03/06	31.05.2006	491.062.490,77	2,2593	28.255.709,20	218.725.510,25	63.838.123,80	468.038.246,12	13	22,24
7	maio de 2006	01/05/06 a 31/05/06	13.10.2006	596.477.468,01	2,1734	35.677.772,54	254.403.282,79	77.542.070,84	545.580.316,96	13	25,87
8	abril de 2006	01/04/06 a 30/04/06	01.11.2006	549.194.067,99	2,1448	33.287.592,71	287.690.875,50	71.395.228,84	616.975.545,80	13	29,25
9	Junho de 2006 - PBF	01/06/06 a 30/06/06	01.11.2006	549.837.132,26	2,1448	33.326.569,93	321.017.445,43	71.478.827,19	688.454.373,00	13	32,64

10	julho de 2006 - PBF	01/07/06 a 31/07/06	01.11.2006	940.619.725,41	2,1448	57.012.571,94	378.030.017,37	122.280.564,30	810.734.937,30	13	38,44
11	agosto de 2006 - PBF	01/08/06 a 31/08/06	01.11.2006	667.917.451,13	2,1448	40.483.620,22	418.513.637,59	86.829.268,65	897.564.205,95	13	42,56
12	janeiro de 2006 - PETI	01/02/06 a 28/02/06	01.11.2006	4.873.175,00	2,1448	295.371,48	418.809.009,07	633.512,75	898.197.718,70	13	42,59
13	Março de 2006 - PETI	01/03/06 a 31/03/06	01.11.2006	9.751.295,00	2,1448	591.042,68	419.400.051,75	1.267.668,35	899.465.387,05	13	42,65
14	maio de 2006 - PETI	01/05/06 a 31/05/06	01.11.2006	8.745.606,00	2,1448	530.086,15	419.930.137,90	1.136.928,78	900.602.315,83	13	42,70
15	julho de 2006 - PETI	01/07/06 a 31/07/06	01.11.2006	2.301.114,00	2,1448	139.474,46	420.069.612,36	299.144,82	900.901.460,65	13	42,72
16	agosto de 2006 - PETI	01/08/06 a 31/08/06	01.11.2006	2.517.725,00	2,1448	152.603,62	420.222.215,98	327.304,25	901.228.764,90	13	42,73
17	Set de 2006 – PETI	01/09/06 a 30/09/06	01.11.2006	2.544.005,00	2,1448	154.196,50	420.376.412,48	330.720,65	901.559.485,55	13	42,75
18	Set de 2006 – PBF	01/09/06 a 30/09/06	01.11.2006	662.445.995,36	2,1448	40.090.302,78	460.466.715,26	86.117.979,40	987.677.464,94	13	46,82
19	outubro de 2006 - PBF	01/10/06 a 31/10/06	15.11.2006	669.995.444,39	2,1481	40.152.778,80	500.619.494,06	87.099.407,77	1.074.776.872,71	13	50,91
20	Out de 2006 – PETI	01/10/06 a 31/10/06	12.12.2006	2.822.035,00	2,1420	171.271,97	500.790.766,03	366.864,55	1.075.143.737,26	13	50,92
21	Nov de 2006 – PBF	01/11/06 a 30/11/06	18.12.2006	673.408.771,42	2,1452	7.755.863,07	508.546.629,11	87.543.140,28	1.162.686.877,55	13	51,71
S/R	Nov de 2006 – PETI	01/11/06 a 30/11/06	-	3.251.510,00	0,0000	0,00	508.546.629,11	0,00	1.162.686.877,55	0	51,71
S/R	Dez de 2006 – PBF	01/12/06 a 31/12/06	-	640.863.216,83	0,0000	0,00	508.546.629,11	0,00	1.162.686.877,55	0	51,71
S/R	Dez de 2006 – PETI	01/12/06 a 31/12/06	-	3.689.895,00	0,0000	0,00	508.546.629,11	0,00	1.162.686.877,55	0	51,71
<b>TOTAL</b>				<b>9.140.225.589,40</b>		<b>3.951.025.892,93</b>	<b>508.546.629,11</b>	<b>508.546.629,11</b>	<b>1.162.686.877,55</b>		<b>51,71</b>

Fonte: relatórios mensais SENARC e informações BB

<b>TOTAL</b>	<b>983.400.000,00</b>
--------------	-----------------------

<b>100,00</b>
---------------

## 2.2 Acordo de empréstimo com o BIRD

Visa fortalecer o Programa Bolsa Família, contribuindo para que a expansão do número de beneficiários ocorra paralelamente ao aprimoramento da qualidade do Programa, mediante a cooperação entre os entes federados, o acesso das famílias pobres a serviços de saúde e educação e a inclusão das famílias na dinâmica socioeconômica do território, como forma de romper com a reprodução intergeracional da pobreza no Brasil. A meta do Programa Bolsa Família, em 2006, atingiu sua meta: o atendimento a 11,2 milhões de famílias.

### 2.2.1 Componentes do Empréstimo

**Componente 1:** Transferências Condicionadas de Renda – no valor de US\$ 551,5 milhões, objetiva fortalecer a capacidade do Tesouro Nacional de honrar as transferências de renda do Programa, assegurando os recursos necessários à sua expansão. Assim, os US\$ 551,5 milhões correspondem ao reembolso, ao Tesouro Nacional, de parcela (8 a 11 %) dos gastos do Governo Federal com as transferências do Bolsa Família.

**Componente 2:** Aprimoramento Técnico do Programa Bolsa Família – no valor de US\$ 15 milhões, divide-se em três subcomponentes:

1. Cadastro Único (US\$ 4,4 milhões): este componente baseia-se na melhoria do Cadastro Único, com intuito de torná-lo instrumento de planejamento e gestão de políticas públicas. Para tanto está prevista, entre outras atividades, a construção de um novo sistema de Cadastro Único e a revisão do questionário cadastral.
2. Monitoramento e Avaliação (US\$ 7,0 milhões): inclui a construção de um sistema de informações gerenciais para o Bolsa Família que permita aos gestores o acesso a informações atualizadas.
3. Fortalecimento Institucional (US\$ 3,2 milhões): visa a melhoria do funcionamento do Programa, o que abrange, entre outras ações, apoio técnico para a verificação de condicionalidades e para a articulação e implementação dos programas complementares.

#### Orçamento - Quadro comparativo

Componentes		US\$ milhões repassados por ano			
		2004	2005	2006	Total
Parte B	Identificação da população beneficiária	0,4	2,4	<b>1,6</b>	4,4
	Monitoramento e Avaliação	0,4	4,7	<b>1,9</b>	7,0
	Fortalecimento Institucional	0,5	1,3	<b>1,0</b>	2,8
	Administração do projeto	0,2	0,3	<b>0,3</b>	0,8
Total		1,5	8,7	<b>4,8</b>	15

## 2.3 O acordo de empréstimo com o BID

Visa reduzir a reprodução intergeracional da pobreza, através da expansão e consolidação do sistema de proteção social baseado no Programa Bolsa Família de transferências condicionadas.

Os objetivos específicos são (i) expandir o alcance do Programa Bolsa Família a todas as famílias elegíveis de uma forma eficiente e efetiva; (ii) avaliar e melhorar a qualidade dos programas complementares da rede de proteção social, em especial a do PETI; e (iii) fortalecer o MDS, bem como a estrutura descentralizada de assistência social, com particular ênfase na capacitação de seus recursos humanos.

### 2.3.1 Componentes do empréstimo:

**Componente 1:** Transferências Condicionadas de Renda – tem por objetivo apoiar a estratégia de racionalização de outros programas de transferência condicionada de renda por meio da expansão da cobertura do Programa Bolsa Família, atingindo 11,2 milhões em 2006. Essa expansão é baseada na inclusão de novas famílias e na migração gradativa para o Programa Bolsa Família, de famílias beneficiárias elegíveis dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás, suprimindo duplicações de benefícios e ampliando a cobertura do Programa Bolsa Família. Este Componente também apoiará o PETI na medida em que seus atuais beneficiários sejam cadastrados e crianças elegíveis sejam a ele incorporadas, ampliando sua cobertura de 931.000 crianças em 2004 para, aproximadamente, 1.200.000 crianças até 2007.

O Programa financiou parcialmente as transferências condicionadas de renda a beneficiários do Programa Bolsa Família e a beneficiários cadastrados do PETI.

**Componente 2:** Fortalecimento Institucional – tendo como objetivo o fortalecimento da capacidade do MDS de desenvolver, implementar e avaliar o sistema de proteção social integrado, este componente visa a apoiar especificamente a expansão do sistema de identificação de beneficiários (CadÚnico), a melhoria dos programas e políticas complementares ao Programa Bolsa Família e a capacitação do pessoal do MDS e do sistema de proteção social, desdobrando-se em quatro subcomponentes:

1. Apoio ao CadÚnico – tem por objetivo apoiar a melhoria e expansão do registro único que é utilizado pelos municípios para identificar potenciais beneficiários de programas de proteção social. O Programa financiará parcialmente os custos dos municípios com o cadastramento de beneficiários do PETI, o que permitirá a automação do pagamento aos beneficiários. O Programa financiará também (i) o desenvolvimento e aplicação de indicadores de qualidade para o CadÚnico em âmbito municipal; (ii) a provisão de equipamentos de informática aos municípios mais pobres para facilitar o processo de registro dos beneficiários; e (iii) atividades de comunicação social, entre outras.

2. Apoio a Políticas e Programas Complementares – tem o objetivo de fortalecer a jornada ampliada do PETI e outros programas de assistência social que integram o sistema de proteção social tal como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Tanto no caso da jornada ampliada do PETI como no do PAIF, o Programa financiou, entre outras atividades, (i) a avaliação dos programas referidos nas cinco

regiões do País, baseada em uma metodologia que permita a comparabilidade entre as mesmas; (ii) a sistematização e disseminação dos resultados; e (iii) a revisão e divulgação dos manuais de operação de cada programa.

O Programa também financiou um novo suplemento sobre trabalho infantil da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), executado pelo IBGE, permitindo novas estimativas da magnitude do problema e suas características, bem como estudos atualizados do impacto do PETI. Antes de efetuar a pesquisa em 2006, o Programa financiou a realização de oficinas com especialistas nacionais e internacionais que tenham efetuado pesquisas utilizando o suplemento de 2001, promovendo o conhecimento e a experiência necessários para apoiar a revisão do respectivo questionário.

O Programa financiou ainda estudos da rede nacional de serviços de assistência social, compreendendo setores público e não-governamental. Para tanto, foram utilizados a pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e o estudo baseado no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE. Adicionalmente, o Programa financiou um estudo para identificar as competências básicas e capacidades requeridas para uma prestação eficaz e eficiente de serviços sociais no País. A informação resultante desse estudo será utilizada para desenvolver uma estratégia para a capacitação continuada e descentralizada em nível local, destinada a superar o hiato entre capacidades existentes e necessidades identificadas.

3. Capacitação – tem como objetivo melhorar a capacidade do País de formular, implementar, monitorar e avaliar programas e políticas sociais.

Em âmbito federal, cursos de capacitação serão utilizados para fortalecer a capacidade institucional do MDS. Especificamente, o Programa financiará cursos de curta duração e bolsas de pós-graduação para funcionários do MDS, assim como visitas técnicas a países com experiências bem sucedidas na preparação, implementação e acompanhamento de programas de proteção social.

O Programa também financiará, no próximo ano, a capacitação de gestores sociais nos níveis federal, estadual e municipal, essenciais para a modernização do sistema de proteção social. Esta capacitação será realizada em duas fases: na primeira, serão formados multiplicadores oriundos de instituições públicas ou privadas, sob a coordenação da ENAP, e na segunda, será realizada a capacitação descentralizada, conduzida por instituições públicas ou privadas, de gestores de programas sociais oriundos dos estados, do Distrito Federal, das capitais, dos municípios com mais de 100 mil habitantes e dos que se localizam em regiões metropolitanas.

4. Apoio à avaliação – com o objetivo de apoiar esforços de avaliação que estão sendo conduzidos pelo MDS, este componente financiou, especificamente, consultorias internacionais e oficinas para apoiar a preparação, acompanhamento e divulgação das análises dos resultados da avaliação que o MDS realizou em colaboração com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

Adicionalmente, o Programa apoiará dois seminários internacionais com ênfase em monitoramento e avaliação de aspectos de programas de proteção social.

### **2.3.2 Custo do Programa e Plano de Financiamento**

Custo e financiamento (em milhões de US\$)

<b>Categorias de investimento</b>	<b>Banco</b>	<b>% do total dos gastos do Programa</b>
<b>Componente 1.</b> Transferências de Renda Condicionadas	983.4	12.9%
<b>Componente 2.</b> Fortalecimento Institucional	15.7	100%
Apoio ao CadÚnico	6.4	
Apoio a Políticas e Programas Complementares	3.6	
Capacitação	5.2	
Apoio à Avaliação	0.5	
Administração e Supervisão	0.9	100%
Administração do Programa	0.9	

Atendendo às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, contidas na Instrução Normativa nº 06/2004, foram criadas as unidades gestoras específicas 550012 – Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família, para gerir os recursos oriundos do BIRD, e 550014 - Apoio ao Sistema Proteção Social, para gerir os recursos oriundos do BID, também no âmbito da Secretaria Executiva.

A Carta de Acordo nº TF053578 firmada com o Banco Mundial, referente à doação do governo do Japão para a Preparação do Segundo Empréstimo Programático de Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano (PSRL II), prorrogada até abril de 2006, implementou as seguintes ações:

1. Análise de dados quantitativos e qualitativos sobre as condições socioeconômicas e demográficas da população brasileira;
2. Pactuação com os entes federados, nos âmbitos estadual e municipal;
3. Estudos para a integração de programas de transferência de renda existentes, ao Programa Bolsa Família;
4. Planejamento de ações com entes federados para descentralização da gestão e execução do PBF;
5. Plano de integração das populações tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas;
6. Proposta de articulação e integração entre o PBF e os programas de assistência social;
7. Plano de expansão e consolidação do PBF;
8. Material para comunicação e informação aos envolvidos no desenvolvimento do PBF; e
9. Plano de capacitação para os envolvidos no desenvolvimento do PBF.

Do valor total previsto de US\$ 242.720,00, já havia sido executada a importância de US\$ 123.623,61; o saldo restante de US\$ 119.097,00, já comprometido, foi executado no exercício de 2006.

No exercício de 2006, foi desembolsado pelo BIRD, em favor da Secretaria do Tesouro Nacional, o valor total de R\$ 514.945.871,82, sendo R\$ 514.905.744,95 por conta do Componente 1 na modalidade SWAP, relativo ao reembolso de parte das despesas realizadas com pagamento do benefício do Programa Bolsa Família, destinando-se o saldo de R\$ 40.126,87 ao reembolso de outras despesas pagas no Componente 2, relativo ao período de retroatividade.

## 2.4 ACORDOS DE COOPERAÇÃO:

### 2.4.1 UNESCO (914BRA3026):

**RESUMO DO PROJETO:** Contribuir para eliminar a insegurança alimentar e nutricional da população brasileira e enfrentar as causas estruturais da pobreza, de acordo com os seguintes objetivos: implantar o Modelo de Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza; Sistema de Gestão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família; fortalecer e Ampliar o Processo de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; identificar e Apoiar Ações Locais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; dotar a SAIP com os insumos necessários para promover, de forma integrada com as secretarias finalísticas do MDS, a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de Governo, setor privado e entidades da sociedade civil, com vistas ao fortalecimento das ações de mobilização, visando compatibilizar as políticas públicas e otimizar a alocação de recursos; qualificar A SAGI para o aumento da efetividade de suas ações mediante interlocução com entidades acadêmicas e de promoção de assistência social, geoprocessamento de informações, desenvolvimento de sistemas computacionais, capacitação de agentes públicos e sociais e, fortalecimento institucional do MDS; e aprimoramento da organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social que contribua para o enfrentamento das causas estruturais da pobreza e a promoção do desenvolvimento social local, por meio de ações voltadas para a inclusão social e diminuição das desigualdades, orientado por princípios de sustentabilidade e pelos pressupostos da Lei Federal nº 8.742/93, especialmente no que tange à descentralização, à participação e ao controle social.

#### **Objetivos:**

**Objetivo Imediato 1:** Implantar o Modelo de Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

**Objetivo Imediato 2:** Sistema de Gestão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

**Objetivo Imediato 3:** Fortalecer e Ampliar o Processo de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

**Objetivo Imediato 4:** Identificar e Apoiar Ações Locais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

**Objetivo Imediato 5:** Dotar a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP com os insumos necessários para promover, de forma integrada com as secretarias finalísticas do MDS, a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de Governo, setor privado e entidades da sociedade civil.

**Objetivo Imediato 6:** Qualificar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI para o aumento da efetividade de suas ações mediante interlocução com entidades acadêmicas e de promoção de assistência social; geoprocessamento de informações; desenvolvimento de sistemas computacionais; capacitação de agentes públicos e sociais; e fortalecimento institucional do MDS.



**Objetivo imediato 7:** Aprimorar a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

#### **2.4.2 FAO (UTF/BRA/064/BRA)**

**Objetivo 1:** Suporte à Implementação e Gestão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Resultado 1.1:** Política de segurança alimentar e nutricional 2004-2007 desenhada.

**Resultado 1.2:** Políticas públicas para promoção da segurança alimentar e nutricional formatadas e em aplicação.

**Resultado 1.3:** Reformas para a consolidação dos Arranjos Institucionais Locais e Agendas Compartilhadas em nível ministerial e das três esferas de Governo aprovadas e em implementação.

**Objetivo 2:** Redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar em áreas rurais, urbanas e periurbanas.

**Resultado 2.1:** Desenvolvimento local com foco em segurança alimentar e nutricional promovido por meio dos consórcios de Segurança alimentar e desenvolv. local – CONSADs.

**Resultado 2.2:** Material sobre educação alimentar, nutricional e para o consumo elaborado e disponibilizado para ações locais de capacitação.

**Resultado 2.3:** Práticas sustentáveis para aumentar a produção, melhorar o acesso econômico aos alimentos e a convivência da agricultura familiar com a seca no Nordeste adotadas.

**Objetivo 3:** Implantação do Sistema de Avaliação do Programa Fome Zero

**Resultado 3.1:** Subprogramas administrados pelo MESA (MDS), como Acesso à alimentação, Banco de alimentos, Educação alimentar, Restaurantes populares e Abastecimento agroalimentar, periodicamente avaliados.

**Resultado 3.2:** Avaliação do impacto global do PFZ sobre a segurança alimentar no âmbito local, regional e nacional realizada.

**Resultado 3.3:** Evolução dos resultados na execução do PFZ comunicada de forma adequada e oportuna à sociedade.

#### **2.4.3 PNUD (04/046)**

**Objetivo:**

**Objetivo 1:** Dotar o MDS de ferramentas e sistemas informacionais para monitoramento e avaliação.

**Produto 1.1:** Ferramentas computacionais específicas para acesso e tratamento de informações desenvolvidas e/ou adquiridas.

**Produto 1.2:** Sistemas informatizados para monitoramento e avaliação de programas sociais desenvolvidos e implantados.

**Produto 1.3:** Subsistema informatizado para gestão de programas de segurança alimentar desenvolvidos e implantados.

**Produto 1.4:** Especificação técnica de sistemas informatizados de gestão das áreas finalísticas do MDS concluídas.

**Produto 1.5:** Atualização de ferramentas e sistemas desenvolvidos pela SAGI realizada.

**Objetivo 2:** Dotar o MDS de dados relevantes para a tomada de decisão no âmbito de suas políticas e ações

**Produto 2.1:** Bases de dados formatados para monitoramento e avaliação implementadas.

**Produto 2.2:** Bases de dados georeferenciados para monitoramento e avaliação implementadas.

**Produto 2.3:** Relatórios técnicos e gerenciais para o monitoramento e avaliação elaborados.

**Produto 2.4:** Resultados de programas de proteção social e elaborar propostas de melhoria – PETI avaliados.

**Produto 2.5:** Resultados de programas de proteção social e elaborar propostas de melhoria – PAIF avaliados.

**Objetivo 3:** Processos de monitoramento e avaliação incluídos e assimilados na gestão das políticas sociais

**Produto 3.1:** Metodologias de monitoramento desenvolvidas e implementadas.

**Produto 3.2:** Estudos específicos de avaliação de políticas e programas sociais concluídos.

**Produto 3.3:** Estudos analíticos de políticas e programas sociais concluídos.

**Produto 3.4:** Consultorias internacionais e oficinas de apoio à preparação, acompanhamento e divulgação das análises de resultados da avaliação executadas.

**Produto 3.5:** Seminários Internacionais com ênfase em monitoramento e avaliação de aspectos dos programas de proteção social realizados.

**Produto 3.6:** Pesquisa longitudinal produzida e impressa.

**Produto 3.7:** Avaliação final do Programa realizada.

**Objetivo 4:** Atores e gestores das políticas sociais qualificados técnica e institucionalmente

**Produto 4.1:** Programas de capacitação para agentes públicos e sociais envolvidos na implementação de programas sociais elaborados e implementados.

**Produto 4.2:** Eventos de capacitação para agentes públicos e sociais envolvidos na implementação de programas sociais formatos e realizados.

**Produto 4.3:** Cursos de capacitação de gestores sociais nos níveis federal, estadual e municipal, com vistas à modernização do Sistema de Proteção Social realizados.

**Produto 4.4:** Estudo para identificação das competências básicas e capacidades requeridas para uma prestação eficaz e eficiente de serviços sociais realizado.

**Objetivo 5:** Políticas sociais transparentes e com resultados divulgados

**Produto 5.1:** Publicações técnicas desenvolvidas e disponibilizadas.

**Produto 5.2:** Documentos técnicos desenvolvidos e disponibilizados.

**Produto 5.3:** Mídias alternativas de disseminação e compartilhamento identificadas e desenvolvidas.

**Produto 5.4:** Webpage desenvolvida e disponibilizada.

**Produto 5.5:** Revisão e divulgação do manual de operacionalização do Programa PETI elaborada.

**Produto 5.6:** Revisão e divulgação do manual de operacionalização do Programa PAIF elaborada.

**Objetivo 6:** Atores envolvidos na gestão de políticas sociais articulados

**Produto 6.1:** Rede de cooperação técnica e institucional formada e institucionalizada.

**Produto 6.2:** Oficinas de atualização com especialistas nacionais e internacionais, que utilizaram o suplemento 2001, com vistas à revisão do correspondente questionário realizadas.

**Produto 6.3:** Seminário Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI realizado.

**Produto 6.4:** Seminário Internacional do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF realizado.

**Objetivo 7:** Recursos humanos da SAGI com competências desenvolvidas para a efetividade organizacional

**Produto 7.1:** Sistema de gestão de competências dos recursos humanos da SAGI.

**Produto 7.2:** Visitas técnicas a países com experiências bem sucedidas na preparação, implementação e acompanhamento de programas de proteção social concluídas.

#### 2.4.4 PNUD (04/028)

O Projeto BRA/04/028 – Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família apresenta como resultados (outcomes):

**Resultado 1:** Aperfeiçoamento e fortalecimento da legitimidade do Sistema de identificação da população beneficiária do Bolsa Família.

**Produto 1.1:** Aperfeiçoamento técnico do cadastro único.

**Produto 1.2:** Desenvolvimento do sistema de acesso à base de dados do cadastro único.

**Resultado 2:** Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa desenvolvido

**Produto 2.1:** Sistema de gerenciamento de informações desenvolvido e em operação.

**Produto 2.2:** Parcerias intergovernamentais mapeadas.

**Produto 2.3:** Pesquisas qualitativas e surveys realizados

**Resultado 3:** Fortalecimento Institucional e do Grau de Publicização do Programa.

**Produto 3.1:** Definição das responsabilidades institucionais e funcionais dos entes federados.

**Produto 3.2:** Sistema de verificação de condicionalidades desenvolvido.

**Produto 3.3:** Estratégia de Comunicação e Disseminação desenvolvida.

**Produto 3.4:** Estratégias desenvolvidas para operação do programa em áreas remotas.

**Produto 3.5:** Melhores práticas e experiências emancipatórias mapeadas e estratégias de disseminação definidas.

**Resultado 4:** Programa Bolsa Família monitorado e auditado.

**Produto 4.1:** Sistema de monitoramento do Programa Bolsa Família desenvolvido e implantado.

**Produto 4.2:** Projeto avaliado.

#### **2.4.5 PNUD (05/028)**

**O Projeto BRA/05/028: Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens** tem como objetivo a promoção e apoio ao processo de inclusão produtiva de jovens, na faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica. Com a sua implementação espera-se o alcance dos seguintes resultados e produtos:

**Resultado 1:** Ampliação da capacidade do MDS no monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas de redução de pobreza.

**Produto 1.1:** Iniciativas descentralizadas de promoção da inclusão produtiva dos jovens implementadas em parceria com universidades em todo o território nacional.

**Produto 1.2:** Metodologia para avaliação de estratégias e projetos de inclusão desenvolvida e disponível para subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficientes para a redução da pobreza e desigualdade.

O conjunto dos acordos de cooperação técnica com organismos internacionais tem permitido o fortalecimento institucional do MDS, possibilitando as contribuições de consultores nacionais e estrangeiros, o intercâmbio técnico com outros países, e a modernização das ferramentas computacionais, melhorando consideravelmente a capacidade de gestão, de monitoramento e de avaliação de programas sociais.

## **2.5 Subsecretaria de Planejamento e Administração**

A supervisão das atividades das Coordenações Gerais vinculadas à Subsecretaria de Planejamento e Administração – Coordenações Gerais de Planejamento e Avaliação, de Recursos Humanos, de Logística e Administração, de Informática e de Orçamento, Finanças e Contabilidade – objetivou o estabelecimento de medidas que viabilizaram o atendimento das necessidades das unidades integrantes do MDS, em especial, dos assuntos pertinentes às mudanças/reformas de espaços físicos, para recepcionar e acomodar os novos servidores concursados (200, sendo 100 de nível superior e 100 de nível médio) e aqueles do Processo de Seleção Simplificada, cuja proposta de contratação de 60 profissionais, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e do Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003, foi elaborado pela SE, esforço concluído pela Portaria nº 36/MP, de 21 de fevereiro de 2006, publicada no DOU de 22/06/2006.

Com a criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, foi a SE que remanejou, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o cargo em comissão DAS 4 que passou a integrar a estrutura organizacional do referido sistema, no âmbito da Controladoria Geral da União, por força do Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006.

No exercício de 2006, a instituição de comissões de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares do MDS foram demandados à SE que, dessa forma, pode organizar melhor e fiscalizar e acompanhar o andamento desses procedimentos.

Também em 2006, a Ouvidoria Geral do MDS, parte da estrutura da SE, consolidou-se efetivamente como ação orçamentária, detentora de recursos capaz de assumir as despesas com a Central de Relacionamento Fome Zero, podendo, então, prescindir das doações que não davam mais vazão às necessidades do órgão – doação da prestação de serviços para a operacionalização do canal 0800 7072003 e do Fale Conosco (endereço eletrônico disponibilizado para contato da sociedade). A doação foi feita por empresas parceiras, conforme se segue: (a) a portabilidade do número 0800, pela ANATEL; (b) a solução tecnológica (front-end) de atendimento, pela Fundação Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD; (c) a hospedagem do servidor da CPqD, com a base de dados, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO; (d) os pulsos das ligações, pelas operadoras TELEMAR, EMBRATEL, TELEFÔNICA, BRASIL TELECOM e ACEL – Associação

Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular; (e) as posições de atendimento/operadores da central de telemarketing pelas empresas TELEFONICA, executada pela ATENTO (sediada em Brasília/DF), EMBRATEL, executada pela BRASIL CENTER (Goiânia/GO), TELEMAR, executada pela CONTAX (Rio de Janeiro/RJ) e BRASIL TELECOM, executada pela TELEPERFORMANCE (Florianópolis/SC).

Tal situação culminou com a realização de procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados destinados à implantação, operação e gestão da referida central, incluindo os serviços de telemarketing receptivo, - nas formas operador e eletrônico, e ativo – na forma operador e abrangendo todos os recursos necessários a sua operacionalização, inclusive instalações físicas, infra-estrutura, rede interna, linhas telefônicas, linhas de comunicação para voz, dados e imagens, circuitos para interligação das redes, adequações ambientais, equipamentos, desenvolvimento de aplicativos, demais recursos para a operação e pessoas especializadas (operadores generalistas e especialistas, supervisores, gerentes de atendimento e de retaguarda). A empresa vencedora de tal certame foi a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda., com sede no Núcleo Bandeirante, em Brasília/DF.

Portanto, desde maio/2006, a Central de Relacionamento Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS encontra-se implantada nas instalações físicas da citada empresa.

As informações recebidas pela Ouvidoria-Geral do MDS são oriundas das várias manifestações recebidas por meio de cartas, telefone, atendimento pessoal e pela página da internet (e-mail e formulário eletrônico), implantada no sítio do MDS. Em se tratando de um Ministério com programas sociais de alcance nacional e sem representações regionais, as atividades da Ouvidoria assumem importância estratégica, ao consolidar os canais de comunicação entre os cidadãos e o Ministério, potencializar e racionalizar os fluxos internos de informações, bem como assegurar as respostas, com a devida celeridade, aos pleitos endereçados ao MDS.

## **2.6 Ouvidoria-Geral do MDS**

A Ouvidoria-Geral do MDS, entre suas atribuições, contempla uma Divisão de Ouvidoria para atender às questões relacionadas ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS. À referida Divisão compete propor, coordenar e implementar a Política Nacional de Ouvidoria em Assistência Social, no âmbito do SUAS, buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do Sistema. Além disso, compete ao referido setor implementar políticas que estimulem a participação de usuários e de entidades da sociedade civil no processo de avaliação dos serviços prestados pelo SUAS. Sendo assim, a Ouvidoria do MDS deve analisar as manifestações emanadas das organizações civis, com a finalidade de ampliar o acesso e propor melhorias aos serviços de Assistência Social.

É fundamental mencionar ainda que, o regimento interno do MDS prevê a realização permanente de fóruns de usuários do SUAS e a promoção de ações que assegurem a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade em todas as etapas do processamento das reclamações ou informações decorrentes. Além disto, com a incorporação dos serviços da Central de Relacionamento Fome Zero, o número de acesso à Ouvidoria passou a ser o 0800 707 2003, já conhecido por grande parte da população. Com esse novo canal de comunicação gratuito ao cidadão (0800 707 2003), serviço esse, prestado por meio da já citada empresa, a Ouvidoria do MDS é também incrementada por um novo quadro de pessoal especializado em atendimento.

A nova estrutura foi composta, a princípio, por 12 atendentes, que se revezam em dois turnos: de 07:00h às 13:00h e de 13:00h às 19:00h, de segunda a sexta-feira, à exceção de feriados nacionais. Os responsáveis pelo atendimento telefônico e pelo registro das manifestações recebidas trabalham nas instalações da empresa prestadora do serviço;

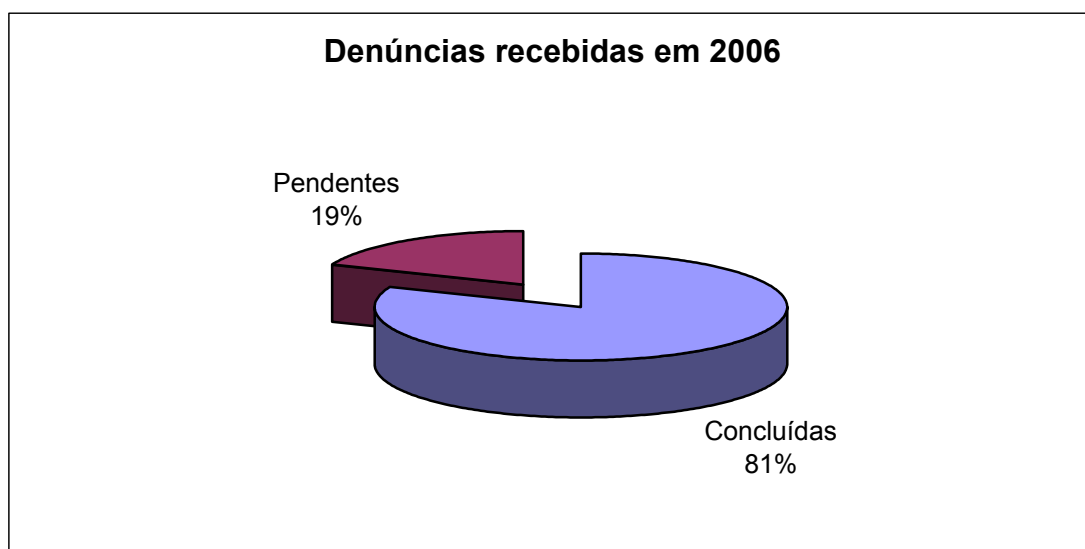
Um sistema de Customer Relationship Manager (CRM), que possibilita registro, encaminhamento e acompanhamento das manifestações, inclusive pelo cidadão autor, além da produção de relatórios, que oferecem dados quantitativos e qualitativos, abrangendo informações sobre localidade, sexo, faixa etária, nível de escolaridade, entre outras variáveis, a respeito dos cidadãos manifestantes; e

Aumento da equipe interna – responsável por análise, encaminhamento e finalização das manifestações registradas no âmbito da Ouvidoria, com o acréscimo de cinco novos funcionários.

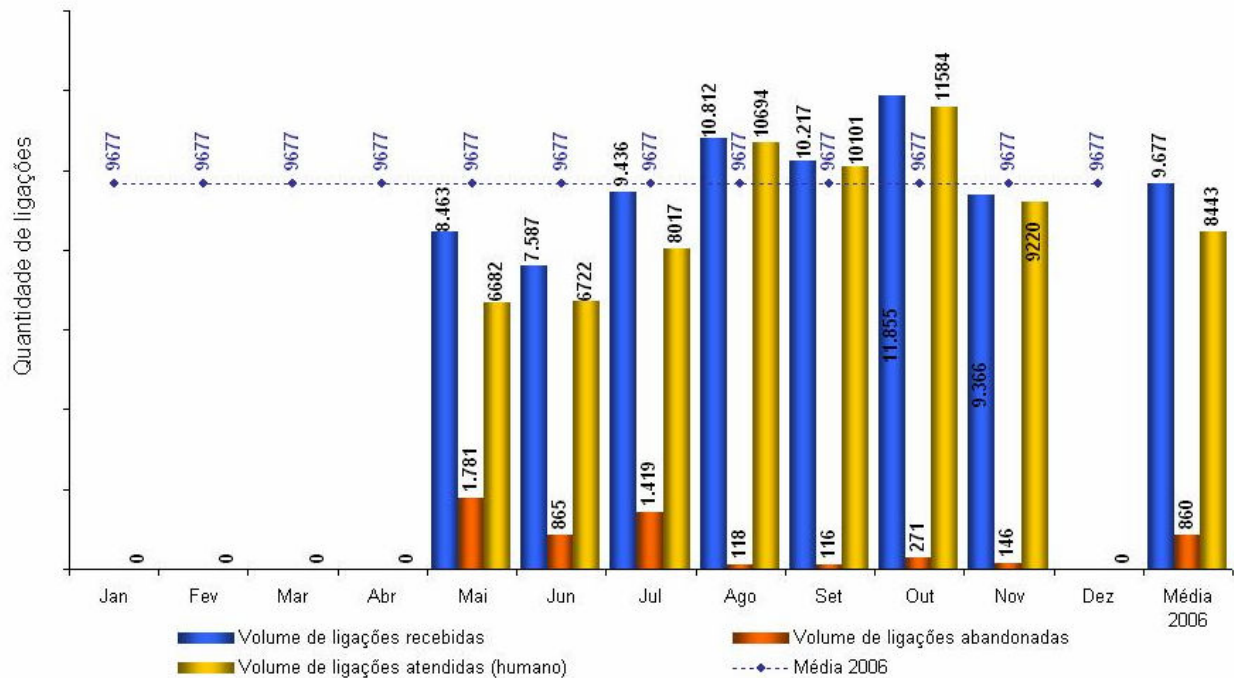
A nova estrutura possibilitou uma reformulação da Ouvidoria no atendimento às manifestações dos cidadãos, classificadas em reclamação; denúncia; crítica; sugestão; elogio; recebidas pelos canais: telefone (0800); e-mail; formulário eletrônico; carta; fax; e atendimento pessoal; seguindo as etapas: Recepção, por meio dos canais descritos; Registro no sistema de CRM; Encaminhamento, no caso das manifestações recebidas por telefone, para a equipe interna da Ouvidoria; Análise, tratamento e encaminhamento para as áreas responsáveis (Secretarias/Departamentos/Coordenações) do MDS e para outros órgãos do Governo Federal, quando pertinente; Acompanhamento dos trâmites e retorno ao cidadão, quando solicitado, sobre o andamento de sua manifestação; Acompanhamento das respostas oferecidas diretamente pelo setor responsável ao cidadão, para finalização de pendências no sistema de CRM; Retorno das orientações enviadas pelos setores responsáveis aos cidadãos, a respeito de suas manifestações; Encerramento da demanda; Produção de relatórios estatísticos, a partir das manifestações recebidas, que indicam o nível de satisfação dos cidadãos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito deste Ministério.

Após a disponibilidade do serviço de ligação gratuita, o volume de demandas por telefone suplantou as recebidas por meio eletrônico. Manifestações recebidas por meio do telefone 0800 7072003.

O MDS em 2006, recebeu 3.040 denúncias em seus diversos programas sendo que foram concluídas 2.468, o que equivale a 81% das denúncias recebidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



## ANÁLISE DE RECEPTIVO - OPERAÇÃO MDS - OUVIDORIA

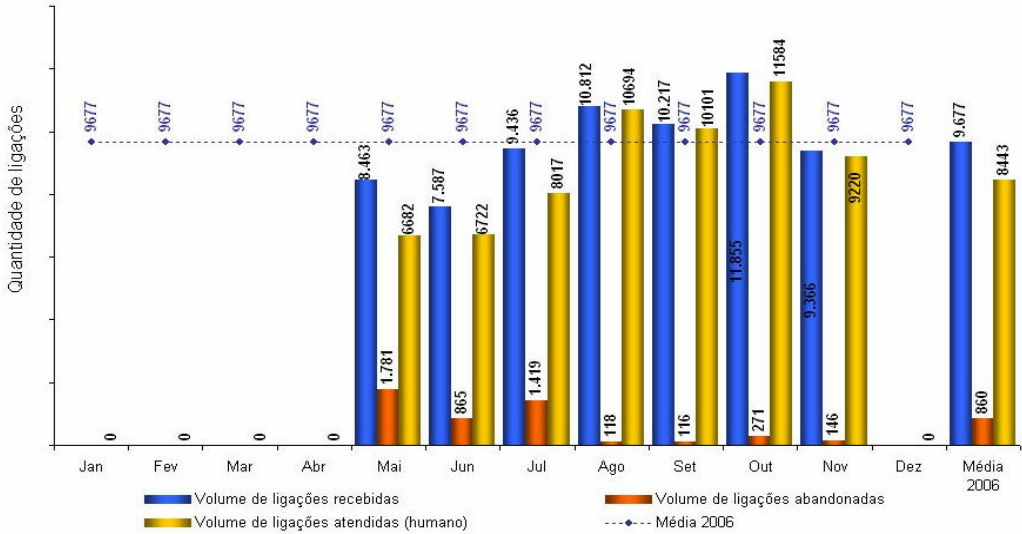


Ao demonstrar o número de ligações telefônicas recebidas por meio do 0800 7072003, fica evidente a importância desse canal de comunicação para o cidadão brasileiro. Por ser um Ministério presente em todos os municípios brasileiros, com a expressiva participação da população menos favorecida em seus programas sociais, a disponibilização de um telefone gratuito tem permitido ao cidadão beneficiário, usuário a possibilidade de poder acompanhar a execução desses programas. Outra consequência positiva, que se confere a partir das manifestações dos cidadãos, é o controle nas ações da administração.

Manifestações recepcionadas por meio do telefone 0800 7072003

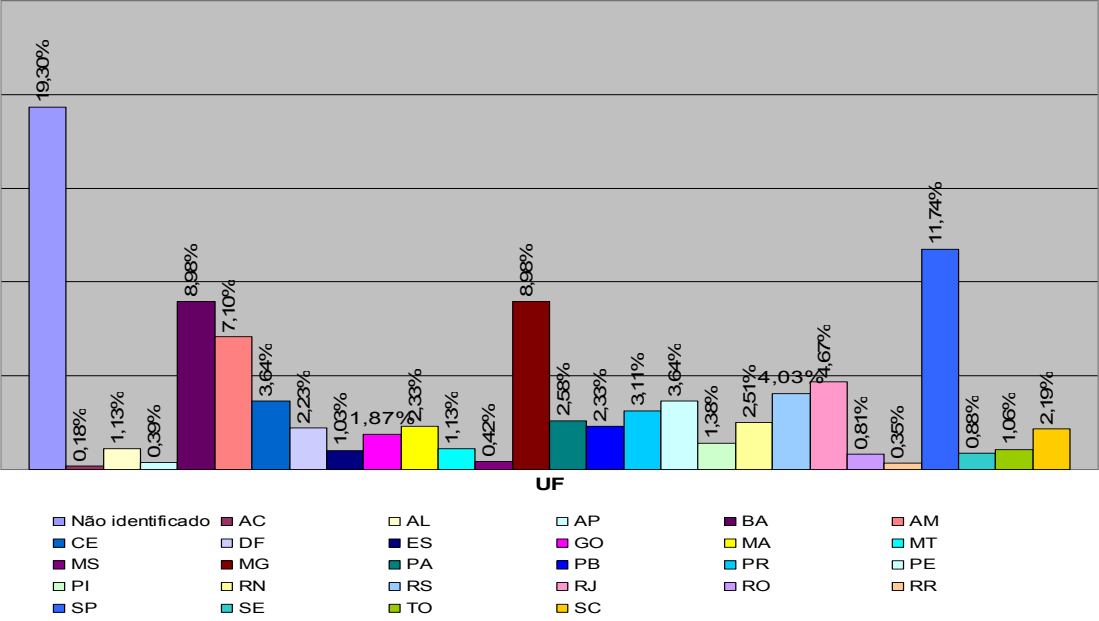


**ANÁLISE DE RECEPTIVO - OPERAÇÃO MDS - OUVIDORIA**

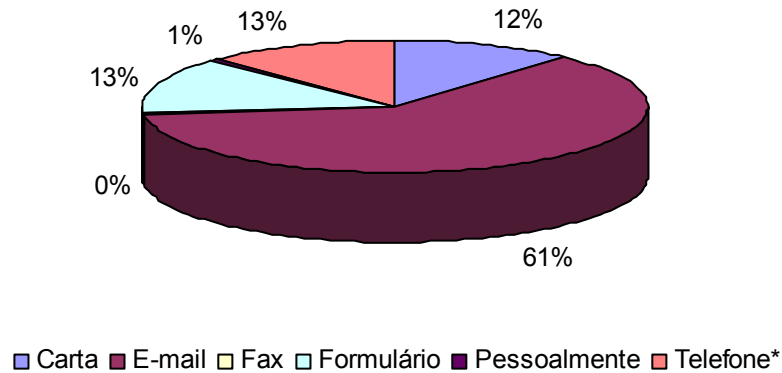


Manifestações recebidas por meio de cartas, e-mail, formulário eletrônico, telefones pagos, atendimento pessoal e fax.

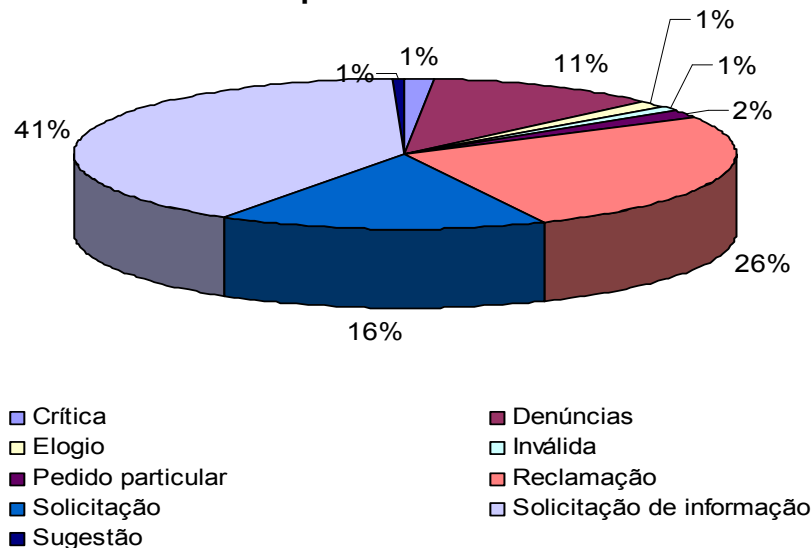
**UF de origem em números absolutos**



### Canal de recepção



### Tipo de demanda



Todas as manifestações e contatos são registrados, classificados, encaminhados para procedimentos e mantidos em arquivo eletrônico, de forma que o cidadão possa ter acesso às providências realizadas pela Ouvidoria em qualquer tempo.

## 2.7 Central de Relacionamento Fome Zero

O processo licitatório da Central de Relacionamento Fome Zero realizado pelo MDS em 2006, incluiu os serviços de telemarketing receptivo, abrangendo todos os recursos necessários à sua operacionalização, inclusive instalações físicas, infraestrutura, rede interna, linhas telefônicas, linhas de comunicação para voz, dados e imagens, circuitos para interligação das redes, adequações ambientais, equipamentos, desenvolvimento de aplicativos, demais recursos para a operação e pessoas especializadas. A Central conta com 94 posições de atendimento, sendo 14 especialistas para atendimento específico de gestores municipais do Programa Bolsa Família, seis posições para atendimento de Ouvidoria e 74 posições para atendimento referente a todos os projetos, programas e políticas do MDS. A Central conta também com 188

agentes de relacionamento, 08 supervisores e 01 gerente de retaguarda. O atendimento de primeiro nível é executado pelos agentes generalistas; o de segundo nível, pelos agentes especialistas e de Ouvidoria. Além desses dois níveis de atendimento, a Central conta com uma equipe de terceiro nível formada por 17 profissionais.

### **2.7.1 Principais atribuições:**

- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos agentes de relacionamento da Central;
- Acompanhar a evolução do volume de ligações recebidas pela Central de Relacionamento Fome Zero;
- Prover o conteúdo das FAQ - Perguntas e Respostas mais Frequentes, em conjunto com as áreas diretamente envolvidas, utilizadas pelos agentes para prestar atendimento aos usuários da Central de Relacionamento Fome Zero;
- Tratar e finalizar os atendimentos registrados como pendentes, pelos operadores, quais sejam: informações não encontradas;
- Propor customizações para o sistema de CRM, utilizado pelos agentes para consulta da informação;
- Responder aos e-mails recebidos pela caixa postal do Fome Zero oriundos do Fale Conosco dos sítios [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br) e [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), do e-mail institucional [fomezero@mds.gov.br](mailto:fomezero@mds.gov.br) e do Fale com o Governo do sítio [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br);
- Tratar as mensagens recebidas através do e-mail institucional do Programa Bolsa Família: [bolsa.familia@mds.gov.br](mailto:bolsa.familia@mds.gov.br);
- Tratar as mensagens recebidas através do e-mail institucional Parcerias ([parcerias@mds.gov.br](mailto:parcerias@mds.gov.br)) referentes aos projetos e programas do MDS;
- Prover o conteúdo das respostas-padrão a serem utilizadas no tratamento dos e-mails, em conjunto com as áreas afins;
- Auxiliar no gerenciamento do conteúdo, bem como propor melhorias de funcionalidades para os sítios [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br) e [www.desenvolvimentosocial.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.gov.br).

### 2.7.2 Dados estatísticos:

<b>EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES RECEBIDAS</b>	
<b>Período</b>	<b>Total de Ligações Recebidas</b>
<b>2003</b>	<b>1.894.296</b>
<b>2004</b>	<b>2.002.071</b>
<b>2005</b>	<b>4.473.551</b>
<b>2006</b>	<b>4.095.842</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.465.760</b>

Fonte: Dados extraídos em 1º de outubro de 2006 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Obs.: De 14 de março de 2003 a 07 de maio de 2006 a Central Fome Zero atendeu de segunda a segunda-feira, exceto em feriados nacionais. De 08 de maio de 2006 em diante a Central passou a atender de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais.

<b>EVOLUÇÃO DOS E-MAILS VÁLIDOS RECEBIDOS</b>	
<b>Período</b>	<b>Total de E-mails Válidos Recebidos</b>
<b>2003</b>	<b>18.596</b>
<b>2004</b>	<b>16.146</b>
<b>2005</b>	<b>20.811</b>
<b>2006</b>	<b>20.856</b>
<b>TOTAL</b>	<b>76.409</b>

Fonte: Dados extraídos em 1º de outubro de 2006 dos relatórios diários da Coordenação-Geral do Relacionamento Fome Zero

### 2.7.3 Informações complementares:

- Catalogadas, até o momento, 538 Respostas-Padrão utilizadas para respostas aos e-mails e 2.092 FAQ – Perguntas e Respostas mais Frequentes utilizadas pelos operadores para o atendimento telefônico.

A Central de Relacionamento Fome Zero recebeu no período de:

- 17 de março de 2003 a 30 de setembro de 2006, 12.465.760 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e setecentos e sessenta) ligações;
- 01 de fevereiro de 2003 a 30 de setembro de 2006, 76.409 (setenta e seis mil, quatrocentos e nove) e-mails válidos;
- Todas as alterações nos programas do MDS devem ser previamente comunicadas à Central Fome Zero, visando à capacitação dos 188 agentes de relacionamento, e garantindo conseqüentemente a melhoria

no atendimento aos beneficiários/usuários dos projetos, programas e políticas do MDS.

- Além dos serviços rotineiros, a Central presta assessoria às secretarias do MDS, com a realização de serviços de telemarketing ativo, efetuando ligações telefônicas que atendam demandas das secretarias finalísticas desta Pasta. Nessas atividades, a Central é acionada para contatar um determinado tipo de público visando à captação e disseminação de informações junto aos mesmos.
- No mês de setembro/2006 foi solicitado, pela Ouvidoria-Geral do MDS, ligações telefônicas com a finalidade de se obter confirmação do recebimento da Nota Informativa Conjunta do MDS, FONSEAS e CONGEMAS sobre os repasses dos recursos do PETI e a inclusão dos beneficiários desse programa no Cadastro Único, além de comunicar aos cidadãos beneficiários sobre a disponibilidade de recursos na Prefeitura. Tal ativo teve como público alvo os 40 (quarenta) municípios nos quais se relataram reclamações, por parte dos beneficiários, sobre o atraso de pagamento do PETI.
- No mês de outubro, novas ligações telefônicas ativas foram solicitadas pela SAGI, objetivando a publicização de edital voltado à seleção de instituições que tivessem interesse de formar profissionais públicos da área social, em todo o território nacional, no âmbito da proteção social não contributiva, ativo este dirigido a mais de 2.000 instituições.

Ressalte-se, ainda que, no intuito de assegurar um melhor relacionamento com outros órgãos, em 2005 e 2006, a Ouvidoria Geral do MDS participou de eventos, dentro e fora desta capital, na área de Ouvidorias Públicas e correlatas.

A licitação da Central de Relacionamento Fome Zero veio possibilitar ao MDS e, em especial à Ouvidoria Geral, verificar a real situação das demandas dos cidadãos usuários dos serviços públicos prestados pelo órgão, mediante acesso gratuito para registros, além de obter o pleno conhecimento de suas dúvidas e aspirações, contribuindo, assim, para uma maior participação daqueles na administração pública, além de propiciar o aprimoramento da própria prestação dos serviços.

## **2.8 Tomadas de Contas Especiais Simplificadas**

No exercício de 2006 não houve abertura de processo de Tomada de Conta Especial Simplificada no âmbito da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e nem regularização de tomadas de contas especiais regularizadas antes do encaminhamento ao TCU, conforme item 17 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006.

## **2.9 Conclusão**

Finalizando, a SE, em 2006, divulgou as políticas e ações do MDS em mais de 53 viagens nacionais de trabalho, com destaque para a política de transferência de renda, as ações de controle social, a Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para públicos formados por gestores estaduais e municipais, de trabalhadores do setor, de conselheiros de modo

geral, de dirigentes de entidades de assistência social, e outros; cabe destaque, outrossim, como de fundamental importância, o amplo debate empreendido com a comunidade acadêmica sobre os temas retrocitados, acrescidos de explicações sobre LOAS, LOSAN e controle social, empreendidas em diversas Universidades.

A SE empreendeu 4 viagens internacionais em 2006, apresentando e discorrendo sobre as políticas e ações do MDS, com ênfase para a composição da Mesa do Internacional Forum on the Social Science – Policy Nexus, em Buenos Aires/Argentina, onde foi discutida a importância da pesquisa social na formulação de políticas públicas, evento organizado pela UNESCO; a 8ª Reunião da Rede para Redução da Pobreza e Proteção Social, promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington-DC; a Reunião de Especialistas na Gestão e Financiamento das Políticas que afetam as famílias, promovida pela CEPAL, em Santiago/Chile, onde proferiu a palestra “A Experiência do Programa de Combate à Fome no Brasil”; e a Reunião Sub-regional do Cone Sul e Rede de Pobreza e Proteção Social – Construindo uma nova geração de programas sociais para a superação da pobreza e da equidade do Cone Sul, organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, na qual proferiu a palestra “A Estratégia de Desenvolvimento Social no Brasil”, ocorrida em Buenos Aires/Argentina.

Com o propósito de integrar as equipes de profissionais e promover a transversalidade das políticas implementadas pelo MDS, a Secretaria Executiva instituiu e coordenou a realização de 10 fóruns ao longo de 2006, nos quais dirigentes de unidades e convidados tiveram a oportunidade de divulgar, discutir e esclarecer questões diversas, com destaque para os seguintes temas: Populações Tradicionais e Específicas, Política de Gênero, Rede SUAS e Sistemas, Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social nas Empresas, e outros. A média de frequência nos fóruns foi de 90 a 100 servidores, expressando elevado índice de participação e assegurando maior interação entre o corpo técnico do MDS. Os eventos coordenados pela Secretaria Executiva revelaram-se um processo contínuo de capacitação interna, propiciando maior abrangência na avaliação dos programas sociais da atual gestão.

Com o propósito de intensificar e estreitar a coordenação das áreas finalísticas do MDS e, dessa forma, promover a construção da unidade e a integração das ações do Ministério, atendendo orientação do Titular desta Pasta, as reuniões temáticas mensais presididas pelo Ministro de Estado com os secretários e assessores foram complementadas, em 2006, com os encontros mantidos semanalmente pela Secretária Executiva com esses dirigentes, bem como com as reuniões sistemáticas com a sua própria equipe e com o fórum de diretores.

Ressalte-se, finalmente, a importância de reforçar o caráter unitário da Secretaria Executiva, com o entendimento de que a titular e seu adjunto mantiveram estreita articulação e plena informação sobre o andamento das ações a cargo de cada um. Para alcançar as melhorias almejadas e no intuito de intensificar e estreitar a coordenação das áreas finalísticas e meio do MDS, bem como promover a integração da Pasta, a Secretaria Executiva estabeleceu, em 2006, um calendário que, além das reuniões sistemáticas acima citadas com os dirigentes do Ministério, previu o acompanhamento semanal das atividades das secretarias e encontros regulares de sua própria equipe, com o propósito de realizar o balanço das atividades desenvolvidas no âmbito interno, cotejando periodicamente as metas definidas com os resultados alcançados, para o que pautará seu planejamento em modelo de gestão institucional, articulando processos e resultados para o aprimoramento permanente no alcance dos objetivos das responsabilidades de governo.

### 3. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Em 2006, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA deu continuidade às atividades para adequar as condições de funcionamento e de provimento das unidades fim e meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado no início do exercício de 2004, mediante a unificação de três estruturas distintas: o Ministério da Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família.

O estabelecimento das competências e responsabilidades, no âmbito da SPOA, ocorreu por intermédio da publicação do Decreto Nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Pasta, bem como da Portaria Nº 416/MDS, de 12 de agosto de 2005, que aprovou o Regimento Interno do MDS.

O referido Decreto, além de consolidar a estrutura do MDS, transferiu a gestão/execução do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para a estrutura da Secretaria Nacional Assistência Social – SNAS, remanescendo à SPOA competência para gerir as Áreas de Logística e Administração; Recursos Humanos; Informática; Planejamento e Orçamento, Finanças e Contabilidade do Ministério.

Muitas ações foram desenvolvidas pela SPOA, em 2006, tais como: dois concursos públicos para o provimento de cargos para o MDS; os procedimentos necessários para a elaboração da proposta orçamentária da Pasta, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, especialmente para a suplementação de créditos orçamentários e a definição de novos limites financeiros com o intuito de proporcionar aos diversos setores do MDS o cumprimento de suas metas; implementação de sistemas de informação, gestão, acompanhamento e controle sobre os programas e ações executados pelas áreas e unidades do MDS; a realização de processos administrativos para contratação de serviços e fornecimentos demandados pelas áreas fim e meio do Ministério; ações de capacitação, com vistas a qualificar o corpo funcional do órgão etc.

Relativamente aos apontamentos e diligências formulados pelos Controles Interno e Externo, todas foram respondidas tempestivamente às origens:

**Versão Preliminar do Relatório de Auditoria CGU – Exercício 2005:** por meio dos Ofícios SPOA nº. 135 e 168, de 27/6 e 26/7/2006, foram encaminhados os esclarecimentos adicionais a questionamentos formulados em solicitação de auditoria, pela equipe CGU;

**Acórdão TCU nº 664/2006- 2ª Câmara:** por via do Ofício SPOA nº 182, de 7/7/2006, respondeu-se questões relativas à tomada de contas especial instaurada sobre convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Porto Real do Colégio/AL;

**Ofício TCU nº 330/2006 – 4ª SECEX, sobre representação da empresa FÓTON Informática S/A:** pelo Ofício SPOA nº 103, de 23/5/2006, foram prestadas informações sobre os procedimentos visando à contratação, por via da Concorrência nº 01/2006, de serviços de Informática e Tecnologia da Informação;

**Acórdão TCU nº 1327/2006 – Plenário:** mediante o Ofício SPOA nº 206, de 6/9/2006, informou-se àquela Alta Corte de Contas a anulação da Concorrência nº

01/2006, para a contratação de serviços de Tecnologia de Informação e Informática, com vistas ao aprimoramento de seus termos;

**Ofício TCU nº 508/2006, de 30/6/2006**, sobre a representação formulada pela empresa HMS Consultoria em Licitações Ltda, relativa ao Pregão Eletrônico nº 03/2006, para contratar a prestação de serviços de transporte: pelo Ofício SPOA nº 142, de 5/7/2006, informou-se a revogação do certame, para efeito de aprimorar o edital, visando à contratação da proposta mais vantajosa para a Administração;

**Acórdão TCU nº 1614/2006 – 2ª Câmara**: pelo Ofício SPOA nº 253, de 9/11/2006, informou-se a instauração de tomada de contas especial sobre o Contrato nº 15/2002, firmado entre o extinto-Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS e a Fundação Getúlio Vargas – FGV, em razão da recusa da instituição em recolher valor recebido indevidamente pela não realização integral do objeto. Além da TCE, cópia integral do processo foi encaminhado à Procuradoria Regional da União para ajuizar ação de reposição ao erário;

**Ofício TCU nº 569/2006, 4ª SECEX, sobre a representação da empresa B2BR Business To Business Integration do Brasil Ltda**: mediante o Ofício SPOA nº 203, de 5/9/2006, foram prestados esclarecimentos sobre os procedimentos adotados na contratação emergencial de serviços de Informática e Tecnologia de Informação, pelo menor preço cotado.

Além destas, outras providências foram adotadas para a regularização de falhas e impropriedades indicadas em relatórios e diligências: fortalecimento das áreas de Compras e Licitação, aprimoramento de atividades de controle e acompanhamento de contratos celebrados, reelaboração de editais de licitação, para ampliar as possibilidades de participação e aprimorar as condições de escolha das propostas mais vantajosas para a Administração; e ações de capacitação, com vistas a qualificar o corpo funcional do órgão.

Em relação as providências quanto às constatações e recomendações da Controladoria Geral da União, tratados no Relatório de Auditoria CGU nº 175317, Relatório de Gestão de 2005, cumpra-me informar o que segue:

**Subitem 7.1.1.1 – Desatualização dos termos de responsabilidade de bens móveis.**

**Providência:** a Coordenação de Material e Patrimônio–COMAP/CGLA informou à Auditoria/CGU que, naquela ocasião, cerca de 70% dos bens do Ministério já possuíam termos de responsabilidade e estariam atualizados, ou seja: teriam a situação física corretamente registrada e devidamente assinados, os quais tem sido objeto de atuação permanente por parte daquela área de Patrimônio.

**Subitem 9.1.1.1 – Falhas na formalização do Pregão nº 19/2005.** Além da falha descrita no Pregão, que foi inviabilizado por decisão judicial, a Auditoria faz referência direta à decisão de contratar emergencialmente uma empresa apesar de sua proposta ter sido superior à da empresa concorrente, para prestação do serviço de Informática, enquanto não concluísse o procedimento licitatório respectivo.

**Providência:** a área responsável informou que considerou a proposta de menor preço inexequível, o que a levou a “optar pelo menor valor das propostas consideradas exequíveis”. Em resposta, a CGU ressaltou: *“a verificação dos fatos envolvidos nos atos que propiciaram a contratação emergencial em tela deve ser objeto de sindicância, conforme solicitação à Secretaria Executiva”*.



No que se refere ao andamento do processo licitatório para serviços de informática, visando à substituição do contrato emergencial celebrado para atender ao Acórdão TCU nº 1327/ /2006, a área responsável informou que estão sendo finalizados os ajustes necessários ao Termo de Referência.

**Subitem 9.2.1.1** – Improriedade na formalização e pagamentos de serviços de publicidade. A análise da CGU restringiu-se ao evento “Encontro da 2ª Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária”, entre os dias 29/9 e 2/10/2005. Foram identificados gastos com produtor, da ordem de R\$ 11.704,72. Deste valor, R\$ 8.141,69 referiam-se a custos internos da subcontratada e R\$ 3.563,03 aos honorários. Além disso, apontou outros fatos/situações indevidos, tais como: pagamentos de despesas de Produtor de Eventos, no valor de R\$ 1.300,29, relativos ao custeio de telefonia celular, alimentação e táxi, em Brasília; à falta de um Plano Anual de Comunicação; ausência de cotação de preços de, no mínimo, três propostas etc.

**Providência:** a área responsável informou a realização de glosa do valor de R\$ 1.300,29, relativa à parcela de recursos utilizados para custeio de despesas do produtor do evento. Além disso, foi determinado àquela área que adote procedimentos corretos para a regular execução das despesas, em especial para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a confirmação de que os preços são compatíveis com os de mercado, independentemente do vínculo de confiança que as empresas tenham com as agências de publicidade.

**Subitem 9.2.1.2** – Falta de ressarcimento de trechos não utilizados pelos beneficiários pela empresa Contratada para fornecimento de passagens aéreas.

**Providência:** segundo informação da área responsável (CGRH), a recomendação foi cumprida. As requisições de transporte não utilizadas são apresentadas com pedidos de reembolso para reduzir os valores a pagar à empresa contratada. Nova metodologia de acompanhamento e controle foi adotada para acompanhar de forma efetiva o saldo contratual disponível, o que agilizará o processamento de trechos não-utilizados, reduzindo a periodicidade da dedução dos valores faturados.

**Subitem 9.2.1.4** – Realização de despesas vultosas em edifício locado pelo MDS, que totalizaram R\$ 3.528.341,88, a partir de novembro/2005 até maio/2006, relativos à adaptação da estrutura do edifício, sendo que as benfeitorias se incorporaram ao prédio, sem que a Administração Pública possa vir a requerer indenização sobre os valores gastos.

**Providência:** a área responsável informou que, após a adaptação inicial para utilização do imóvel, eventuais necessidades de novas adaptações foram autorizadas somente por solicitação dos setores responsáveis, nos casos de novas demandas de utilização do espaço.

**Subitem 9.2.2.1** – Improriedades na execução de despesas realizadas mediante adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão 16/2005., do Ministério da Saúde, para contratação de serviço para a V Conferência Nacional de Assistência Social, em que se identificou falhas: (a) não apresentação de três propostas de locação de espaço físico para a aprovação prévia do gestor, conforme item 4.1 da planilha de orçamento; (b) ausência de novo termo de referência, compatível com a redefinição da programação das

atividades contempladas no evento, que resultou no acréscimo de 23 oficinas, no valor de R\$ 467.406,00.

**Providência:** a área responsável informou que o Centro de Convenções Ulysses Guimarães era o único espaço de Brasília a oferecer infra-estrutura e condições para atender especificidades do público-alvo da Assistência Social, e, que, em procedimentos futuros, as disposições e condições estabelecidas nas atas de registro de preços que venha a utilizar serão detalhadamente consideradas.

**Subitem 9.3.1.1** – Ausência de providências pela falta de apresentação, pelo conveniente, da prestação de contas final, no prazo estabelecido pela IN STN nº 1/97, no que se refere ao Convênio 05/2004.

**Providência:** a área responsável informou que o Executor apresentou a prestação de contas final, acostada às fls. 180 do Volume I do Processo 71000.008531/2004-21, Convênio nº 05/2004, cujos registros de recebimento já foram providenciados no SIAFI, e que a análise financeira para fins de aprovação final está sendo providenciada, bem como os registros correspondentes no SIAFI.

**Subitem 9.3.1.2** – Falta de notificação às câmaras municipais sobre liberação de recursos às prefeituras, relativamente ao convênio anterior.

**Providência:** justificativa acatada pela Auditoria CGU.

**Subitem 9.3.1.5** (fls. 16) – Falha na avaliação de valor proposto como contrapartida de convênios.

**Providência:** a área responsável informou que foram realizadas análises técnica e financeira do convênio e aprovada a prestação de contas final, depois da glosa e devolução de valores inelegíveis. E, também, que os valores propostos estavam de acordo com a adequação das instalações físicas e com o quadro profissional o Executor, em face das necessidades e proporções pré-estabelecidas, conforme revela o parecer favorável da equipe técnica que realizou o acompanhamento *in loco* da execução do convênio. Complementarmente a SPOA expediu ofício alertando o Executor sobre a importância do integral cumprimento das disposições contidas na legislação pertinente, sob pena de instauração de tomada de contas especial, nos casos em que resulte prejuízo ao erário, conforme dispõem a IN TCU nº 13/96 e In STN nº 01/97. Ademais, cumpre informar que este Ministério está aguardando a manifestação final da CGU sobre o assunto, visto que alguns procedimentos e acessos a sistemas de análise não são acessíveis ao MDS, mas, tão-somente, aos órgãos de Controle Interno e Externo da União. À vista da reanálise do processo, pela Auditoria/CGU, este Ministério adotará as medidas necessárias e suficientes ao tratamento definitivo do assunto.

**Subitem 9.3.1.6** (fl. 16) – Saques indevidos da conta específica de convênio, para depósitos em outras contas do conveniente, no que se refere ao Convênio nº 01/2004.

**Providência:** a área técnica informou que o executor comprovou a devolução da quantia à conta da União e dos rendimentos não apropriados pela aplicação financeira dos recursos da conta bancária do convênio, depositados em outra conta gerida pelo Instituto, corrigidos pelo IPCA mais juros de 1% (Fonte de cálculo TCU). Complementarmente a SPOA expediu ofício alertando o Executor da importância do integral cumprimento das disposições contidas na legislação pertinente, sob pena de instauração de tomada de contas especial, nos casos em que resulte prejuízo ao erário, conforme

dispõem a IN TCU nº 13/96 e In STN nº 01/97.

**Subitem 9.3.1.7** (fls. 16) – Falta de procedimento licitatório, pelo conveniente, para a contratação de serviços e aquisições de material gráfico e cartilhas, durante a execução do Convênio nº 01/2004.

**Providência:** a área responsável informou que, em atenção às diligências que foram dirigidas ao Instituto, e aos resultados das análises técnica e financeira realizadas pela SAIP e SPOA, o Executor comprovou realização de procedimentos análogos à licitação pública, executados mediante tomada de preços de três empresas para a escolha do menor preço. Os documentos comprobatórios estão apensos ao Processo. Cumpre, todavia, aguardar a manifestação final da CGU sobre o assunto, visto que alguns procedimentos e acessos a sistemas de análise não são disponibilizados ao MDS, mas, tão-somente, aos órgãos de Controle Interno e Externo da União. À vista da reanálise do processo, pela Auditoria/CGU, este Ministério adotará as medidas necessárias e suficientes ao tratamento definitivo do assunto.

**Subitem 9.3.1.8** (fl. 17) – Utilização de recursos financeiros para pagamento de despesas bancárias, relacionadas ao Convênio nº 01/2004.

**Informação:** a área responsável informou que calculou o valor utilizado pelo Executor para cobrir despesas bancárias realizadas com recursos transferidos pelo MDS. Em resposta à diligência que lhe foi expedida, comprovou a devolução dos recursos indevidamente utilizados, atualizados pelo IPCA e acrescido das parcelas legais correspondentes.

**Subitem 9.3.1.9** (fl. 17) – O conveniente executor contratou por dispensa de licitação empresas ligadas a colaboradores para fornecimento de serviços de consultoria e assessoria pedagógicos, com relação ao Convênio nº 01/2004.

**Informação:** a área responsável informou que o Executor apresentou documentos e informações para demonstrar a realização de procedimento análogo à licitação para escolha da proposta de menor preço, enviando, inclusive, informações e produtos decorrentes dos serviços contratados e declarou que as empresas contratadas não teriam ligação com seu quadro de Pessoal. A informação foi considerada satisfatória, e, quando da realização do próximo trabalho de acompanhamento *in loco*, na execução do convênio de 2005, deverá ser objeto de análise específica pela equipe deste MDS. Cumpre, todavia, aguardar a manifestação final da CGU sobre o assunto, vez que alguns sistemas utilizados na análise daquele órgão de Controle são indisponíveis ao MDS, mas, tão-somente, pelos órgãos de Controle Interno e Externo da União. À vista dos resultados da reanálise do processo, pela Auditoria/CGU, este Ministério adotará as medidas necessárias e suficientes ao tratamento definitivo do assunto.

**Subitem 9.3.1.12** (fl. 17) – Falhas na comprovação da utilização de recursos de contrapartida, no que tange a convênio firmado em 2005.

**Informação:** a área responsável informou que diligenciou a entidade para que apresentasse novos elementos de comprovação, relativos aos aportes de recursos próprios alocados ao Projeto. O Executor cumpriu a solicitação e a prestação de contas parcial foi aprovada com ressalvas, passíveis de posterior regularização. Complementarmente, informou-se que seria incluído na próxima vistoria *in loco* escopo de

trabalho que possibilite acompanhar a sua execução, com o objetivo de prevenir a ocorrência de disfunções que prejudiquem o resultado final do ajuste, inclusive, sobre os gastos de contrapartida.

**Subitem 9.3.1.13** (fl. 17) – Antecipação de recursos de convênio, em desacordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

**Informação:** a área responsável informou que o atraso no repasse da segunda parcela fez com que ela fosse contemporânea à terceira, portanto com ela se fundindo. E que o adiantamento da última, para perseverar a separação das duas, a conduziria ao próximo ano, enfrentando os contratempos da execução orçamentária, do exercício findo e das incertezas dos restos a pagar. É de considerar que certamente o adiamento da terceira parcela provocaria atrasos no cronograma original, com efeitos negativos sobre a execução e os resultados pretendidos. A Auditoria CGU acatou as justificativas.

**Subitem 9.3.1.15** (fl. 18) – Falha na análise da situação de regularidade de entidade Executora, como entidade filantrópica, vez que não apresentou atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social. Na assinatura do convênio, o pedido de renovação estava classificado como pendente.

**Providência:** o assunto está sendo examinado pela área responsável de modo a não se repetir.

**Subitem 9.3.1.17** (fl. 18) – Falhas na mensuração de contrapartida.

**Providência:** o assunto está sendo examinado pela área responsável, de maneira a que não mais se repita.

**Subitem 9.3.1.19** (fl. 18) – Falhas na execução de convênio firmado com a mesma Executora.

**Providência:** o assunto está sendo examinado pela área responsável, de maneira a que não mais se repita.

**Subitem 9.3.1.21** (fl. 73) – Falta de licitação por conveniente executor.

**Providência:** o assunto está sendo examinado pela área responsável.

**Subitem 9.3.1.22** (fl. 74) – Pagamento de despesas bancárias, no valor de R\$ 79,63, com recursos transferidos pelo MDS.

**Providência:** o assunto está sendo examinado pela área responsável, para fins de devolução ao Erário.

**Subitem 9.3.1.23** (fl. 74) – Comprovantes de despesa emitidos em nome de outras instituições que não participaram do convênio firmado entre MDS e a proponente executora.

**Providência:** o assunto está sendo examinado pela área responsável, de maneira a que não mais se repita.

**Subitem 10.2.2.3** (fl. 19) – Ausência de registro de suporte documental.

**Providência:** a área responsável informou que buscará assegurar maior atenção à consistência e tempestividade da análise e registro de suporte documental. A CGU verificará o assunto.

**Subitem 10.2.2.4** (fl. 19) – Registro incorreto de despesas em conta contábil do SIAFI.

**Providência:** a área responsável informou estar adotando medidas para aprimorar os procedimentos adotados pela área de Contabilidade

### 3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO

À Coordenação-Geral de Logística e Administração – CGLA, como responsável pelo planejamento, coordenação, orientação, avaliação e execução das atividades relativas à administração de contratos, compras, licitações, material e patrimônio, obras, instalações, protocolo, reprografia, manutenção predial, telecomunicações, transportes, vigilância e zeladoria, coube, em 2006 dar continuidade às ações necessárias para adequar as condições de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado no início do exercício de 2004. Essas ações abrangeram providências em diversas áreas, com vistas ao atendimento das demandas do Ministério e a solução de problemas de infra-estrutura apresentados pelas Unidades Administrativas do MDS, bem como fortalecer suas ações como unidade gestora que atende às necessidades das demais unidades do MDS, dando o apoio logístico para o desenvolvimento de suas atividades.

Assim, foram implementados diversos procedimentos licitatórios e contratações de recursos materiais, serviços e logística, envolvendo áreas de naturezas diversificadas como espaço físico, telefonia, contratos, materiais e serviços gerais, foram reforçados os setores de compras, licitações, contratos e serviços gerais, dentre outras, que otimizaram e melhoraram a rotina de trabalho contribuindo para o atendimento das demandas tempestivamente.

#### 3.1.1 Licitações, Dispensas e Inexigibilidades

Para as aquisições de bens ou serviços necessários ao funcionamento deste Ministério, no decorrer de 2006 foram realizados 17 (dezessete) Pregões, 08 Adesão de Ata de Registro de Preço, 02 (duas) concorrências, 01 (uma) Tomada de Preço e 76 (setenta e seis) dispensas/inexigibilidades de licitação. Em relação a este último ponto, esse quantitativo representou um aumento de 14,47% em relação às aquisições efetuadas desta forma em 2005, conforme tabela abaixo.

**MDS/CGLA – DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES (2005-2006)**

2005	2006	Varição %
65	76	14.47

#### RELAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIOS

<b>Modalidade – PREGÃO</b>				
<b>Processo</b>	<b>Área</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Situação</b>
71000.14947/2005-69	CGLA	01/2006	Aquisição de Combustível para o exercício 2006.	Homologado
71000.000626/2006-68	CGI	02/2006	Aquisição de Licenças para o Uso do Software Autocad 2006.	Revogado
71000.001220/2006-01	CGLA	03/2006	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte.	Revogado
71000.000726/2006-94	CGLA	04/2006	Contratação de empresa em serviços de manutenção e assistência técnica de aparelhos condicionadores de ar.	Homologado
71000.003182/2006-12	SNAS	05/2006	Contr. de empresa na prestação de serv de fornecimento de passagens aéreas.	Revogado
71000.000626/2006-68	CGI	06/2006	Aquisição de Licenças de Uso de Software AUTOCAD 2006	Homologado
71000.002202/2005-57	GABINETE MINISTRO	07/2006	Serviço de fornecimento de automóvel com motorista, de abrangência nacional, para atender o Ministro de Estado do MDS.	Revogado
71000.002809/2006-18	CGLA	08/2006	Aquisição de material de consumo	Homologado
71000.003155/2006-40	CGLA	09/2006	Aquisição de material de informática	Homologado
71000.007611/2006-21	CGLA	10/2006	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte.	Homologado
71000.002816/2006-10	CGLA	11/2006	Aquisição de material permanente	Homologado
71000.008118/2006-28	SNAS	12/2006	Contratação de serviços de degravação com registro taquigráfico.	Homologado
71000.007259/2006-23	CGLA	13/2006	Aquisição de Jornais e Revistas.	Homologado
71000.00.8150/2006-11	CGRH	14/2006	Fornecimento de passagens aéreas, âmbito nacional e internacional.	Homologado
71000.008568/2006-11	PROTOC.	15/2006	Serviços de manuseio, etiquetagem e envelopamento de correspondências.	Homologado
71000.008567/2006-76	SNAS	16/2006	Prestação de serviços de correção e conferência do serviço de registro de endereços inconsistentes a partir da devolução de cartilhas do BPC	Homologado
<b>Modalidade - TOMADA DE PREÇOS</b>				
<b>Processo</b>	<b>Área</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Situação</b>
71000.001640/2006-89	ASCOM	01/2006	Aquisição de Planos para divulgação de ações e programas do MDS.	Homologada

<b>Modalidade - CONCORRÊNCIA</b>				
<b>Processo</b>	<b>Área</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Situação</b>
71000.015221/2005-43	CGI	Técnica e Preço n.º 01/2006	Contratação de serviços de informática	Anulada conforme decisão do TCU
71000.001641/2006-23	ASCOM	Técnica e Preço n.º 03/2006	Contratação de serviços de comunicação institucional.	Revogada

<b>Modalidade - REGISTRO DE PREÇOS</b>				
<b>Processo</b>	<b>Área</b>	<b>Número</b>	<b>Objeto</b>	<b>Situação</b>
71000.001214/2006-45	CGI	Adesão à Ata RP TST	Aquisição de 1200 licenças – Sistema Antivirus para computadores Desktop.	Homologado
71000.015990/2005-41	CGLA	Adesão à Ata RP TRT 10ª Região	Aquisição de toner e cilindro para fax Brother	Homologado
71000.001618/2006-39	CGI	Adesão à Ata RP TST	Aquisição de 02 (duas) impressoras	Homologado
71000.003312/2006-17	CGLA	Adesão à Ata RP – Pregão 18/2005 – M. Turismo	Fornecimento de pontos de rede lógica e elétrica	Homologado
71000.001706/2006-31	SNAS	Adesão à Ata RP M. Saúde	Contratação de empresa especializada para a realização do I Encontro Nacional de Coordenadores dos CRAS.	Homologado
71.000.004726/2006-63	CGI	Adesão à Ata de RP Pregão 116/2005 – TST	Aquisição de 100 (cem) microcomputadores.	Homologado
71000.007891/2006-77	CGI	Adesão à Ata	Aquisição de 200 (duzentos) microcomputadores. (Memo nº. 303 – CGI).	Homologado
71000.008031/2006-51	CGI	Adesão à Ata	Aquisição de 02 (duas) impressoras. (Memo nº. 308 – CGI).	Homologado

Dos procedimentos licitatórios por meio de Pregão, 04 (quatro) foram revogados e 13 (treze) foram adjudicados/homologados. Desses últimos devem ser destacados aqueles cujos resultados representaram uma maior economicidade para a Administração em relação às estimativas iniciais de mercado:

Processo	Número	Objeto	Economia (%)
71000.14947/2005-69	Pregão 01/2006	Aquisição de combustível.	13,78
71000.000626/2006-68	Pregão 02/2006 (Revogado)	Aquisição de licenças para o uso do software Autocad 2006.	20,56
71000.001220/2006-01	Pregão 03/2006 (Revogado)	Prestação de serviços de transporte.	Revogado
71000.000726/2006-94	Pregão 04/2006	Serviços de manutenção, em aparelhos condicionadores de ar.	87,30
71000.003182/2006-12	Pregão 05/2006 (Revogado)	Prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas.	Revogado
71000.000626/2006-68	Pregão 06/2006	Aquisição de licenças para o uso de software Autocad 2006.	23,25
71000.002202/2005-57	Pregão 07/2006 (Revogado)	Serviços de fornecimento de automóvel com motorista para atender o Ministro de Estado do MDS.	-212,24
71000.002809/2006-18	Pregão 08/2006	Aquisição de material de consumo	40,19
71000.003155/2006-40	Pregão 09/2006	Aquisição de material de informática	46,21
71000.007611/2006-21	Pregão 10/2006	Prestação de serviços de transporte	42,24
71000.002816/2006-10	Pregão 11/2006	Aquisição de material permanente	42,12
71000.008118/2006-28	Pregão 12/2006	Gravação e degravação com registro taquigráfico.	56,58
71000.007259/2006-23	Pregão 13/2006	Aquisição de Jornais e Revistas.	10,50
71000.00.8150/2006-11	Pregão 14/2006	Fornecimento de passagens aéreas, âmbito nacional e internacional	28,01
71000.008568/2006-11	Pregão 15/2006	Prestação de serviços de manuseio, etiquetagem e envelopamento de correspondências	35,14
71000.008567/2006-76	Pregão 16/2006	Prestação de serviços de correção e conferência do serviço de registro de endereços inconsistentes a partir da devolução de cartilhas do BPC	78,21
71000.008910/2006-82	Pregão 17/2006	Aquisição de material de consumo e permanente	39,65
71000.001640/2006-89	Tomada de Preços 01/2006	Aquisição de Planos para divulgação de ações e programas do MDS.	30,23
Totais			75,41

Visando dotar o MDS de instrumentos que permitam o suprimento de suas demandas planejadas com material de consumo, mobiliários, pisos, divisórias e outros itens, no decorrer do ano 2006 foram realizados os procedimentos administrativos e legais pertinentes que resultaram na conclusão dos procedimentos licitatórios acima listados.

Por oportuno cabe destacar que o MDS aderiu, em 2006, a diversas Atas de Registros de Preços realizadas por outros Órgãos da Administração e pelo Poder Judiciário para a aquisição de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática e para a realização de eventos.

Quanto às concorrências públicas realizadas, a primeira destinou-se à contratação de serviços de informática, cuja conclusão foi anulação conforme decisão do



TCU, a terceira teve como objeto a contratação de serviços de comunicação institucional, cuja conclusão foi à revogação, e a quarta, cuja conclusão está em andamento destina-se à contratação dos serviços de comunicação, para atendimento às demandas do MDS.

### **3.1.2 Contratos**

Foram implementados 51 (cinquenta e um) contratos administrativos, dos quais 17 (dezesete) foram firmados em 2006 e 34 (trinta e quatro) eram remanescentes de 2003/2004/2005.

As emissões de passagens aéreas são implementadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, bem como a gestão do contrato com a empresa de fornecimento de passagens aéreas, cabendo à UG 55005 apenas o pagamento da referida empresa.

### **3.1.3 Patrimônio e Almoxarifado**

Em 03.10.2006, por meio das Portarias SPOA/SE/MDS N°s 99 e 100, foram constituídas as Comissões de Inventário Geral de Almoxarifado e de Inventário Geral de Bens Permanentes, respectivamente, para promoverem o encerramento do exercício de 2006.

Com o encerramento dos trabalhos dessas Comissões, concluíram-se o 3º Inventário de Bens Móveis Permanentes do MDS e o 3º Inventário do Almoxarifado, tendo sido realizados os respectivos registros e baixas no SIAFI e SIASG, bem como emitidos os respectivos relatórios dos trabalhos realizados.

Mensalmente vêm sendo emitidos os relatórios de movimentação de bens (RMMB) e de movimentação de almoxarifado (RMMA).

Por meio da Portaria SPOA/SE//MDS N° 113, de 14.10.05 foi constituída uma Comissão Permanente para promover a avaliação e alienação de bens patrimoniais, permutas, cessões ou doações e propor à autoridade competente a baixa de bens móveis antieconômicos e irrecuperáveis, pertencentes ao acervo patrimonial do Ministério. Essa Comissão encontra-se com seus trabalhos em andamento.

### **3.1.4 Convênios**

Conforme quadro demonstrativo a seguir, em 2006 foram aprovados 03 (três) convênios firmados pela UG 550005 (CGLA/MDS), sob a responsabilidade técnica da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP (Código SIAFI 510249 e 516654), e da Secretaria Nacional de Assistência Social (Código SIAFI 517184).

Em relação ao Convênio Código SIAFI n° 525516, celebrado com o Instituto Paulo Freire (CNPJ: 69.270.486/0001-84), constante do Relatório de Gestão 2005, o mesmo foi transferido para a Unidade Gestora 550008 – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.

O Convênio com o Centro de Integração Empresa Escola permanece a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, tanto na sua implementação quanto pagamento e gestão.

Cód. Siafi	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Public. DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido em 2006	Contra-partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença
510249	71000.006204/2004-34 14/09/04 – 10/09/05	Consolidar as redes estaduais e nacional do Talher para construção da Política Nacional de Segurança Alimentar.	15.09.04	4..065350,12	-	416.991,00	Instituto Paulo Freire - IPF 69.270.486/0001-84	APROVADO
516867	71000.006258/2004-08 15/12/04 – 28/02/06	Ações de desenvolvimento social junto aos catadores de materiais recicláveis.	24.12.04	1.379.000,00	-	18.000,00	Organização de Auxílio Fraternal – OAF 60.907.847/0001-86	APROVADO: 197.097,36  COMPROVADO: 931.317,93  A COMPROVAR 250.584,71
516918	71000.007594/2004-60 15/12/04 – 31/01/07	Projeto para inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas no DF.	24.12.04	300.000,00	-	30.000,00	Caritas Brasileira 33.654.419/0001-16	A COMPROVAR
516654	71000.006503/2004-79 22/12/04 – 30/01/06	Mobilização, articulação e pesquisa e metodologia e de agentes de desenvolvimento local para geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Bolsa Família.	24.12.04	242.000,00	-	32.000,00	Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento - GERAR 05.653.393/0001-56	APROVADO
517184	71000.008531/2004-21 28/12/04 – 30/12/05	Criação de um ambiente Georreferenciado em escala municipal do território brasileiro.	29.12.04	531.250,00	-	66.500,00	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espacial – FUNCATE 51.619.104/0001-10	APROVADO

Seguem demonstrativos de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, conforme item 17 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006.

CONVENENTE / MOTIVO DEVOLUÇÃO	VALOR RECOLHIDO
<b>Instituto Paulo Freire - IPF (convênio 01/2004)</b>	
Inclusão indevida de Notas Fiscais da Sociedade Terra Est. Vida	R\$3.240,21

Rendimentos não apropriados referente a aplicação de R\$217.727,00, no período de set/04 a abril/05.	R\$7.358,82
Pagamento indevido de despesas com táxi, combustível, estacionamento, telefone celular e salário de agente comunitário.	R\$13.824,04
<b>Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento – GERAR (conv. 04/2004)</b>	
Pagamento de materiais em desconformidade com a cláusula terceira, inciso I, alínea O do Convênio.	R\$520,00*
Pagamento de materiais em desconformidade com a cláusula terceira, inciso I, alínea O do Convênio.	R\$835,20*

### 3.1.5 Execução Orçamentária e Financeira

A alocação dos recursos para o financiamento da logística e da administração no Orçamento Geral da União se deu por meio da Ação “2000 - Administração da Unidade” do Programa 0750 – Apoio Administrativo, a qual não teve metas especificadas. No entanto, os principais tópicos relativos às atividades implementadas estão descritas neste Relatório.

R\$ 1,00

Programa: 0750 – Apoio Administrativo				
Ação: 2000 – Administração da Unidade				
Dotação	Empenho		Liquidação	
62.580.664,00	60.012.057,19	95,90%	55.779.160,94	89,13%

Com relação à execução orçamentária da ação, pela UG 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração, cujo titular, responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira, é o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, foram empenhados R\$ 60.012.057,19 (sessenta milhões doze mil cinqüenta e sete reais e dezenove centavos), incluindo-se os recursos destinados à área de Informática. Dos recursos empenhados, foram liquidados, em 2006, R\$ 55.779.160,94 (cinqüenta e cinco milhões setecentos e setenta e nove mil cento e sessenta reais e noventa e quatro centavos).

Cabe registrar, em atendimento ao item 11 do anexo II da DN/TCU nº 81/2006, que o MDS não efetua gastos com cartões de crédito.

## 3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Compete à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC a coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades

orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério.

Dessa forma, a CGOFC está encarregada de participar, acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério e em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária da Pasta.

### 3.2.1 Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

Cabe destacar, inicialmente, que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA (Unidade Gestora 550002), apenas descentraliza para as unidades gestoras executoras as dotações alocadas pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e os recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto à administração dos recursos orçamentários e financeiros, foram realizadas diversas reformulações, por Leis, Decretos do Poder Executivo e Portarias do MDS, objetivando adequar o orçamento às reais necessidades do Ministério.

Visando o cumprimento das diretrizes e metas de política fiscal, estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei Nº 11.178, de 20 de setembro de 2005) e pelo Decreto Nº 5.780, de 19 de maio de 2006, e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, realizou-se no decorrer do exercício extensivo controle dos limites de empenho e pagamento das programações objeto de contingenciamento.

Por intermédio da tabela a seguir, pode-se observar a execução orçamentária e financeira do MDS por tipo de ação, discriminando aquelas que são classificadas como obrigatórias ou prioritárias, nos termos da LDO 2006, das discricionárias.

#### MDS – Execução Orçamentária e Financeira, por Tipo de Ação (2006)

Tipo de Ação	R\$ mil						
	Dot. Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	% (e = b/a)	% (f = c/a)	% (g = d/a)
<b>Ações Obrigatórias ou Prioritárias</b>	<b>19.970.365,4</b>	<b>19.208.747,4</b>	<b>19.208.747,4</b>	<b>19.162.073,8</b>	<b>96,2%</b>	<b>96,2%</b>	<b>96,0%</b>
Renda Mensal Vitalícia	1.914.928,3	1.892.028,1	1.892.028,1	1.892.028,0	98,8%	98,8%	98,8%
Benefício de Prestação Continuada	9.751.527,8	9.678.665,8	9.678.665,8	9.678.664,8	99,3%	99,3%	99,3%
Programa Bolsa Família	8.303.909,3	7.638.053,5	7.638.053,5	7.591.380,9	92,0%	92,0%	91,4%
<b>Ações Discricionárias</b>	<b>2.550.625,5</b>	<b>2.272.391,0</b>	<b>2.272.390,2</b>	<b>2.055.106,2</b>	<b>89,1%</b>	<b>89,1%</b>	<b>80,6%</b>
Sec. Nac. Assistência Social - SNAS	1.288.158,2	1.065.603,2	1.065.603,2	928.613,7	82,7%	82,7%	72,1%
Sec. Nac. Renda de Cidadania - SENARC	607.794,6	592.968,4	592.968,4	540.354,1	97,6%	97,6%	88,9%
Sec. De Segurança Alimentar – SESAN	619.050,4	583.651,4	583.650,7	556.335,7	94,3%	94,3%	89,9%
Sec. De Aval. e Gestão da Informação - SAGI	15.993,0	14.536,2	14.536,2	14.283,3	90,9%	90,9%	89,3%
Secretaria Executiva – SE	19.629,3	15.631,8	15.631,8	15.519,5	79,6%	79,6%	79,1%
<b>Pessoal e Encargos/CGRH</b>	<b>13.583,3</b>	<b>13.450,3</b>	<b>13.450,3</b>	<b>13.356,1</b>	<b>99,0%</b>	<b>99,0%</b>	<b>98,3%</b>
<b>Apoio Administrativo/CGLA</b>	<b>62.580,7</b>	<b>60.008,5</b>	<b>60.008,5</b>	<b>55.738,5</b>	<b>95,9%</b>	<b>95,9%</b>	<b>89,1%</b>
<b>Total MDS</b>	<b>22.597.155,0</b>	<b>21.554.597,2</b>	<b>21.554.596,5</b>	<b>21.286.274,6</b>	<b>95,4%</b>	<b>95,4%</b>	<b>94,2%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial  
Base: 31 de dezembro de 2006.

## 3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO

Em setembro de 2006 foi concluído no âmbito do Ministério o Projeto "Promovendo o Desenvolvimento Gerencial e a Obtenção de Resultados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome", realizado por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG via "Termos de Doação com Encargos celebrados" junto ao Movimento Brasil Competitivo - MBC. A consultoria durou um ano e foi acompanhada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA, tendo participado do trabalho a Assessora Especial de Controle Interno, a Consultoria Jurídica, a Coordenação-Geral de Informática - CGI e a Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN e a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS.

Foi implementado o Gerenciamento de Rotinas de Processos Reestruturados em programas da SESAN e da SNAS. Foram mapeados e redesenhados os processos de "Gestão de Convênios da SESAN", "Gestão de Convênios do FNAS" e "Gestão dos Serviços de Ação Continuada" do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. Também foram estabelecidos Procedimentos Operacionais Padrões - POP e treinamento dos servidores para executarem as tarefas de forma padronizada. Com isso, aproximadamente 150 servidores no âmbito do MDS foram capacitados. Destaca-se que foram alcançadas as metas de redução de 50% do prazo de implantação de convênios e da liberação da primeira parcela de recursos, bem como o aumento da efetividade dos programas, inclusive com economia de recursos para os cofres públicos.

Paralelo ao trabalho do INDG, foram redesenhados cinco fluxos administrativos: nomeação e exoneração, denúncias, concessão de diárias e passagens, elaboração do orçamento e de execução orçamentária. Também apoiou-se a reorganização da Consultoria Jurídica, que se dividiu em três unidades funcionais de modo a melhor atender aos diversos tipos de demandas do MDS. Foram preparados um funcionograma e as definições de competência. Trabalho de reestruturação também foi feito junto à Coordenação-Geral de Logística e Administração - CGLA visando à revisão das competências e da estrutura dessa unidade. Foi elaborado um relatório composto de uma visão geral da área, das principais questões administrativas e de recomendações para subsidiar a revisão da estrutura organizacional da CGLA no Regimento Interno.

### **3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS**

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH é órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e tem dentre suas competências: propor diretrizes gerais quanto à preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos; gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos; planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades de recrutamento, seleção, administração, pagamento de pessoal e de legislação de pessoal; planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades de desenvolvimento de recursos humanos; propor normas complementares e procedimentos relativos à área de recursos humanos, no âmbito do Ministério; subsidiar a elaboração dos planos anual e plurianual e da proposta orçamentária no que se refere a recursos humanos; promover ações que visem a valorização do servidor; promover a orientação e uniformização de procedimentos decorrentes da avaliação de desempenho individual dos servidores de acordo com a norma legal.

A CGRH operacionaliza a política de Recursos Humanos – RH, por meio de duas Coordenações, sendo que a Coordenação de Gestão de Pessoas tem a

competência específica de administração de pessoal coordenando, orientando, supervisionando e controlando as atividades relativas a cadastro, pagamento, benefícios, remuneração, normas de servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão do MDS e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas de gerir os planos de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos, efetuando levantamento das necessidades de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos nas unidades administrativas do Ministério.

### 3.4.1 Situação dos Servidores

No ano de 2006, com a realização do primeiro concurso para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível médio foram oferecidas 200 vagas, tendo sido nomeados 167 candidatos, sendo que já tomaram posse 87 candidatos.

Quantitativo de pessoal do MDS

Descrição	Situação em dez/06	Percentual
Ativo Permanente	87	11,9
Requisitados	215	37
Nomeado Cargo em comissão	166	29,37
Natureza Especial	01	0,1
Exercício Descentralizado de Carreira	53	10
Contrato temporário	54	9,2
Exercício provisório	02	0,7
Terceirizados	582	1,8
<b>Total</b>	<b>1160</b>	<b>100</b>

Quantitativo de Pessoal - Área Meio e Área Fim

Situação	GM		SE EXEC		SPOA		SAGI		SAIP	
	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim
<b>Servidores Efetivos</b>	08	00	00	00	07	00	05	00	05	00
<b>Contrato Temporário</b>	00	00	10	00	00	00	09	00	03	00
<b>Estagiários</b>	07	00	04	00	08	00	05	00	03	00
<b>Prestadores de serviço</b>	41	00	36	00	172	00	12	00	23	00
<b>Total</b>	56	00	50	00	187	00	31	00	34	00

### 3.4.2 Despesas Folha de pagamento do Exercício de 2006

No exercício de 2006, especificamente a partir do mês de agosto, verifica-se um aumento na despesa de pessoal em razão da contratação com base da Lei nº 8745/93 (Edital/FUNIVERSA nº 01/2006, publicado no Diário oficial da União 04 de abril de 2006) e de nomeação de concursados, (Edital/CESPE nº 01/2006, publicado no Diário oficial da União 04 de abril de 2006).

Valor total da folha de pessoal cotejando-o com o valor pago com terceirizados e estagiários;

Servidor		Terceirizado		Estagiário	
MÊS	VALOR	MÊS	VALOR	MÊS	VALOR
Jan/06	955.484,82	jan/06	2.563.570,35	jan/06	11.107,38
Fev/06	952.485,96	fev/06	2.535.836,64	fev/06	11.736,20
Mar/06	911.845,30	mar/06	2.802.478,44	mar/06	13.688,63
Abr/06	873.957,32	abr/06	2.825.370,06	abr/06	17.532,31
Mai/06	899.599,99	mai/06	2.883.282,58	mai/06	17.469,95
Jun/06	1.141.103,53	jun/06	2.922.717,01	jun/06	16.026,12
Jul/06	875.322,84	jul/06	2.964.907,29	jul/06	17.511,01
Ago/06	1.121.988,95	ago/06	2.890.362,69	ago/06	16.815,98
Set/06	1.138.104,20	set/06	2.099.230,28	set/06	15.947,50
Out/06	1.192.298,74	out/06	2.741.704,48	out/06	15.532,20
Nov/06	1.797.474,86	nov/06	2.694.566,69	nov/06	15.895,30
Dez/06	1.539.404,92	dez/06	2.730.437,13	dez/06	16.080,11
<b>TOTAL</b>	<b>13.399.071,43</b>	<b>TOTAL</b>	<b>32.654.463,64</b>	<b>TOTAL</b>	<b>185.342,69</b>

OBS.1: Os valores da folha de pagamento dos servidores requisitados referem-se a opção do DAS, recebendo os vencimentos do cargo efetivo na folha de pagamento do órgão de origem.

OBS.2: No exercício de 2006, no mês de junho verifica-se um aumento referente ao pagamento do 13º salário e no mês de agosto, em razão da contratação com base da Lei nº 8745/93 (Edital/FUNIVERSA nº 01/2006, publicado no Diário oficial da União 04 de abril de 2006) e de nomeação de concursados, (Edital/CESPE nº 01/2006, publicado no Diário oficial da União 04 de abril de 2006).

### Cargos comissionados

Código	GM		SE		SPOA		SAGI		SAIP		Total	
	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	MEIO	FIM
NE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
101.6	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	2
101.5	1	0	1	0	1	0	0	3	0	2	3	5
102.5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
101.4	5	0	5	0	6	0	0	6	0	0	16	6
102.4	8	0	3	0	0	0	0	1	0	6	11	7
101.3	0	0	1	0	14	0	0	4	0	0	15	4
102.3	17	0	5	0	10	0	3	0	6	0	41	0
101.2	1	0	3	0	20	0	0	0	0	0	24	0
102.2	13	0	3	0	6	0	8	0	4	0	34	0
101.1	1	0	0	0	7	0	0	0	0	0	8	0
102.1	1	0	0	0	5	0	0	0	0	0	6	0
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>165</b>	<b>24</b>

### 3.4.3 Requisitados com ônus em 2006

Do quantitativo da força de trabalho do exercício de 2006, 10(dez) são requisitados com ônus para este MDS, na forma do art. 11 do Decreto nº 4.050, de 12.12.2001, com a redação dada pelo Decreto nº 5.213, de 24.09.2004, no qual gerou um custo anual de R\$ 615.325,25 (Seiscentos e quinze mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Requisitados com ônus	10 Sem pendência de ressarcimento
Requisitados	205 Sem ressarcimento
Cedidos	Não existe servidor cedido do MDS

### 3.4.4 Estagiários

O MDS possui convênio com o Centro Integrado de Empresa Escola – CIEE. A bolsa mensal paga aos estagiários é no valor unitário de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta) para Nível Superior e R\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco) para Nível Intermediário, valores estes, atualmente defasados, porém, compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecê-lo, na forma da Portaria Normativa MP nº 08, de 23 de janeiro de 2001.

SECRETARIA	NIVEL	QUANT	TOTAL
SE	MÉDIO	0	4
	SUPERIOR	4	
SPOA	MÉDIO	6	8
	SUPERIOR	2	
GM	MÉDIO	5	7
	SUPERIOR	2	
CONJUR	MÉDIO	1	1
	SUPERIOR	0	
SNAS	MÉDIO	8	11
	SUPERIOR	3	
DEFNAS/SNAS	MÉDIO	4	20
	SUPERIOR	16	
SAIP	MÉDIO	0	3
	SUPERIOR	3	
SAGI	MÉDIO	2	5
	SUPERIOR	3	
SENARC	MÉDIO	0	6
	SUPERIOR	6	
SESAN	MÉDIO	4	6
	SUPERIOR	2	



### 3.4.5 Auxílio Moradia

No exercício de 2006 foi gasto o montante de R\$ 1.073.318,45 (um milhão, setenta e três mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos), com o reembolso de auxílio moradia, nos termos do Decreto Nº 1.840, de 20 de março de 1996 e Ofício-Circular nº 001 / 2004-SPU / MP, de 09.01.2004 e Ofício-Circular nº 002 / 2004-SPU / MP, de 19.07.2004 .

Além das determinações do Decreto nº 4.040 / 01, para 2006 foi publicado nos artigos 157 a 160 da MP nº 301 / 06, novas orientações quanto ao pagamento do auxílio. Segue relação dos servidores que receberam auxílio-moradia, com os respectivos valores ressarcidos no exercício de 2006.

**Relação dos valores de ressarcimento de aluguel com a localização de imóvel, data início de pagamento e valor.**

#### SNAS

NOME / ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL	ORIGEM	DATA INÍCIO/MDS	VALOR PAGO 2006
<b>HELENA FERREIRA DE LIMA</b>	RJ	01/09/03	23.400,00
QE 15 Conj. P casa 40 – Guará II/DF			
<b>LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJOS</b>	SP	19/04/04	21.600,00
SQN 311 Bloco L Aptº 304 – Brasília/DF			
<b>MARIA DE FATIMA SOUZA</b>	SP	01/08/05	21.600,00
SQN 314 Bl. B Aptº 409 – Brasília/DF			
<b>JOSE EDUARDO DE ANDRADE</b>	SP	05/07/04	21.300,00
SQS 303 Bloco G Aptº 205 – Brasília/DF			
<b>MARCIA MARIA BIONDI PINHEIRO</b>	MG	01/09/03	21.600,00
SHS Q 02 Bloco I/J Aptº 517 – Bonaparte – Brasília-DF			
<b>MARIA JOSE DE FREITAS</b>	MG	14/09/04	23.400,00
SHS – Hotel Flat Melliá Confort Park Aptº 503 – Brasília/DF			
<b>JAIME RABELO ADRIANO</b>	MG	21/10/04	18.000,00
CCSW 02 Lote 04 Aptº 331 – Sudoeste – Brasília/DF			
<b>SIMONE APARECIDA ALBUQUERQUE</b>	MG	08/05/04	25.026,00
SHCGN 705 Bloco G Aptº 303 – Brasília/DF			
<b>GISELE DE CASSIA TAVARES</b>	PR	23/04/04	21.600,00
SHN Q. 02 Bl. I/J Aptº 516 – Bonaparte Hotel – Brasília/DF			
<b>RITA DE CASSIA ANGARTEN MARCHIORE</b>	SP	08/03/05	1.800,00
SQN 216 BL E APTO 305 – BRASILIA/DF			
<b>TOTAL</b>			199.326,00

#### CONJUR

NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL	ORIGEM	DATA DE INÍCIO	VALOR PAGO 2006
----------------------------------	--------	----------------	-----------------

<b>ORLANDO DE LUCA JUNIOR</b>	<b>PR</b>	01/06/04	21.600,00
SQN 310 Bl. A Aptº 612 – Brasília/DF			
<b>CIBELE RIBEIRO DO VALE</b>	<b>MG</b>	28/07/04	16.228,70
Complexo Lakeside Hotel Residence nº 210 – Brasília/DF			
<b>ANTONIO DUARTE GUEDES NETO</b>	<b>MG</b>	27/05/04	5.400,00
SHN - Garvey Park Hotel Bloco 02 (em 03/2006)			
<b>JUAREZ PINHEIRO</b>	<b>RS</b>	16/03/06	17.400,00
Lakeside Hotel Residence Bloco G Aptº 105 – Brasília/DF			
<b>LUCILENE RODRIGUES SANTOS</b>	<b>SP</b>	02/08/06	7.200,00
SQN 110 Bloco H Aptº 406 – Brasília/DF			
<b>ROGERIO FAVRETO</b>	<b>RS</b>	31/03/05	10.800,00
Lakeside Hotel Bloco D Aptº 206 – Brasília/DF(até 06/2006)			
<b>TOTAL</b>			<b>78.628,70</b>

**SPOA**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>JOSE MAURICIO SALGADO</b>	<b>MG</b>	12/05/06	15.540,00
SHIN QI 01 Conj. 04 casa 16 – Lago Norte – Brasília/DF			
<b>RICARDO DE ALMEIDA COLLAR</b>	<b>RS</b>	24/01/05	2.600,00
SQN 108 Bloco C Aptº 301 – Brasília/DF (até 03/2006)			
<b>DANIEL DARLEN CORREA RIBEIRO</b>	<b>MG</b>	16/09/05	8.580,00
QHN – Metropolitan Flat Aptº 1405 – Brasília/DF (até 05/2006)			
<b>RONALDO ALVES NOGUEIRA</b>	<b>MG</b>	12/03/04	16.519,99
SQN 212 Bl. I Apt. 410 - Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			<b>43.239,99</b>

**SAGI**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>LUIS OTAVIO PIRES FARIAS</b>	<b>RJ</b>	18/10/05	3.960,00
SMLN MI 13 – Cond. P. Seguro c/7C – Brasília/DF (até 11/03/2006)			
<b>JOSE RAIMUNDO DA SILVA ARIAS</b>	<b>PA</b>	01/06/06	12.600,00
SQN 215 Bloco D Aptº 606 – Brasília/DF			
<b>ROMULO PAES DE SOUSA</b>	<b>MG</b>	15/03/04	21.600,00
Complexo Lakeside Hotel Residence Bloco G Aptº 437 – Brasília/DF			
<b>MONICA APARECIDA RODRIGUES</b>	<b>RS</b>	25/04/04	13.500,00
SQS 103 Bloco H Aptº 605 – Brasília/DF			

<b>LEONOR MARIA PACHECO SANTOS</b>	<b>PB</b>	01/06/03	23.145,50
SQN 215 Bloco C Aptº 303 – Brasília/DF			
<b>ROBERTO WAGNER DA SILVA RODRIGUES</b>	<b>CE</b>	04/05/04	21.600,00
SQS 103 Bloco H Aptº 101 – Brasília/DF			
<b>JENI VAITSMAN</b>	<b>RJ</b>	30/06/04	21.600,00
SQN 106 Bloco A Apt 304 – Brasília/DF			
<b>EUGENIA BOSSI FRAGA</b>	<b>MG</b>	21/06/04	3.600,00
SHN Aptº 1113 – Metropolitan – Brasília/DF (até 02/2006)			
<b>AILA VANESSA DAVID DE OLIVEIRA SOUSA</b>	<b>MG</b>	01/12/05	20.650,00
SQS 115 Bloco J aptº 603 Brasília/DF			
<b>CAIO NAKASHIMA</b>	<b>PR</b>	15/06/04	21.600,00
SQN 115 Bloco E Aptº 508 – Brasília/DF			
<b>ANTONIO JOSE GONCALVES HENRIQUES</b>	<b>RJ</b>	15/03/05	23.400,00
SQN 107 Bloco E Aptº 121 – Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			187.255,50

**SENARC**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR</b>	<b>RJ</b>	11/10/05	23.400,00
SQS 309 Bloco A Aptº 603 – Brasília/DF			
<b>CAROLINA GABAS STUCHI</b>	<b>SP</b>	18/03/05	23.400,00
SQS 307 Bloco I aptº 408 – Brasília/DF			
<b>ANA MARIA MACHADO VIEIRA</b>	<b>RJ</b>	28/03/05	21.600,00
SHN – Metropolitan Flat Aptº 601 – Brasília/DF			
<b>RICARDO RODRIGUES DUTRA</b>	<b>MG</b>	04/07/05	21.600,00
SHCGN 714/715 Bloco A – Mansoori Apart-Hotel – Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			90.000,00

**SESAN**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>MIGUEL JESUS ESPINHEIRA GONZALEZ</b>	<b>BA</b>	20/05/06	13.500,00
Lakeside Hotel Residence Bloco D Aptº 110 – Brasília/DF			
<b>LUIS ANSELMO PEREIRA DE SOUZA</b>	<b>BA</b>	14/05/04	6.480,00
SHIN Qi 02 Conj 07 casa 10 - Brasília/DF (até 03/2006)			
<b>JOAO AUGUSTO DE FREITAS</b>	<b>MG</b>	25/04/06	11.620,00
QMSW 05 Lote 06 Aptº 248 – Bloco 03 – Sudoete – Brasília/DF			
<b>LEA ROCCHI SALES</b>	<b>RJ</b>	10/09/06	3.577,60

SQN 215 Bloco F Aptº 412 – Brasília/DF			
<b>MARCO AURELIO LOUREIRO</b>	<b>MG</b>	10/01/05	21.240,00
SQS 210 Bl. A Aptº 108 – Brasília/DF			
<b>CRISPIM MOREIRA</b>	<b>MG</b>	25/05/04	21.600,00
SQN 314 Bloco F Aptº 107 – Brasília/DF			
<b>ONAU RUANO</b>	<b>PR</b>	07/06/05	21.600,00
SHIN QL 03 Conj. 03 casa 09 – Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			99.617,60

**SECRETARIA EXECUTIVA**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>JOAO DOMINGOS FASSARELLA</b>	<b>MG</b>	03/02/05	19.800,00
Melliá Confort Park Aptº 908 (em 11/2006)			
<b>CELIA REGINA DE SOUZA</b>	<b>SP</b>	20/01/05	21.600,00
SMPW Qd. 15 Conj. 06 casa 10 – Brasília/DF			
<b>CARLA MARCIA DE LACERDA ALVES</b>	<b>MG</b>	13/02/04	21.600,00
SQS 105 Bloco G Aptº 401 – Brasília/DF			
<b>MARCIA HELENA CARVALHO LOPES</b>	<b>PR</b>	12/02/04	21.600,00
SQS 103 Bloco K Aptº 601 – Brasília/DF			
<b>CAROLINA MACHADO ROCHA BUSCH PEREIRA</b>	<b>TO</b>	16/02/06	21.540,00
SMPW Qd. 15 Conj. 06 casa 10 – Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			106.140,00

**GABINETE DO MINISTRO**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>FERNANDO TADEU PINTO DOS SANTOS</b>	<b>SP</b>	01/06/04	12.600,00
SQSW 301 Bloco A Aptº 103 – Brasília/DF (até 08/2006)			
<b>ROBERTA OZON CALDO</b>	<b>SP</b>	17/05/05	20.940,00
SQS 109 Bloco C Aptº 407 – Brasília/DF			
<b>NILSON ANTONIO CARVALHO FIGUEIREDO</b>	<b>RS</b>	01/01/05	14.080,00
SQS 406 Bloco J Aptº 203 – Brasília/DF (até 07/2006)			
<b>ANGELA MARIA CARRATO DINIZ</b>	<b>MG</b>	15/08/06	7.000,00
SHN – Garvey Park Hotel Aptº 805 – Brasília/DF			
<b>FLAVIO JOSE RODRIGUES DE CASTRO</b>	<b>MG</b>	29/03/04	21.600,00
SHS – Mellia Confort, Aptº 813 – Brasília/DF			
<b>MARIA DAS GRACAS CARVALHO DE MORAIS</b>	<b>MG</b>	05/04/05	21.450,00
SQSW 101 Bloco E Aptº 501 – Sudoeste – Brasília/DF			
<b>ADRIANA VEIGA ARANHA</b>	<b>MG</b>	04/05/04	21.600,00
SQN 202 Bloco G Aptº 509 – Brasília/DF			

<b>MARIA DE LOURDES SILVA DE OLIVEIRA</b>	<b>SP</b>	04/02/05	11.300,66
SQN 212 Bloco J Aptº 606 – Brasília/DF (até 06/2006)			
<b>ENEIDA FERREIRA DA COSTA</b>	<b>MG</b>	16/12/05	4.980,00
SHCGN 714/715 Bloco D Aptº 303 – Brasília/DF (até 03/2006)			
<b>RORIDAN PENIDO DUARTE</b>	<b>MG</b>	02/03/04	20.160,00
SHTN Trecho 01 Bloco A Aptº 4039 – Brasília/DF			
<b>PATRICIA PINTO DUTRA</b>	<b>MG</b>	12/04/04	21.600,00
SHS Qd. 02 St. Paul Hotel Aptº 409 – Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			177.310,66

**SAIP**

<b>NOME/ENDEREÇOS DE ORIGEM E ATUAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>VALOR PAGO 2006</b>
<b>HILDEZIA ALVES DE MEDEIROS</b>	<b>RJ</b>	01/09/03	21.600,00
SQS 204 Bloco Aptº 503 – Brasília/DF			
<b>MARY CELIA GUIRADO</b>	<b>PR</b>	08/11/05	25.200,00
Lakeside Hotel Residence Bloco G Aptº 421 – Brasília/DF			
<b>ANA MARIA DE PINHO GUIMARAES</b>	<b>MG</b>	05/05/04	21.600,00
SQS 208 Bloco C Aptº 305 Brasília/DF			
<b>MARIA DE FATIMA ABREU</b>	<b>MG</b>	06/05/04	23.400,00
SHIGS 705 Bloco I casa 67 – Brasília/DF			
<b>TOTAL</b>			91.800,00
<b>TOTAL GERAL</b>			1.073.318,45

Quanto ao encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de concessão de aposentadorias, reforma e pensão, temos a informar que não foi concedida nenhuma aposentadoria e reforma de pensão no âmbito deste Ministério. Com relação aos servidores que entraram em exercício até o mês de dez / 2006, no total de 87 servidores efetivos e 53 contratados temporariamente, foram estes incluídos no SISAC, conforme determina a legislação em vigor, restando apenas o encerramento do processo, que se dará tão logo seja finalizada a Portaria/SE Nº 02, publicada no DOU em 05 de fevereiro de 2007, para então encaminharmos os documentos necessários ao registro do ato no TCU.

**3.4.6 Diárias**

No exercício de 2006, foi gasto com diárias o valor de R\$ 1.275.461,19 (um milhão duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), com servidores e colaboradores eventuais. Seguem total de diárias pagas por beneficiário discriminadas em nacional e internacional, bem como discriminação detalhada das diárias pagas e iniciadas no final de semana (incluindo sexta-feira e

excluindo o Domingo) e feriado, porém deixamos de apresentar os resultados da viagem, visto que não temos nenhum mecanismo para este fim.

Em parceria com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento será implantado ainda neste ano o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, cujo projeto piloto foi implementado na SENARC. Para tanto, foi realizado treinamento nos dias 24, 25, 26 e 27 de outubro de 2006, com os envolvidos em elaboração de Plano de Viagens. Foram Iniciadas também as certificações digitais para as autoridades com perfil de aprovação e execução financeira.

Convém ainda registrar, que mesmo após toda a implantação do SCDP, continuaremos sem possibilidade de obtermos as informações a respeito dos resultados alcançados pelas viagens no âmbito do MDS.

#### Diárias 2006

Mês / Ano	Valor Mensal
jan / 06	47.691,05
fev / 06	82.088,33
mar / 06	132.447,63
abr / 06	131.778,50
maio / 06	140.927,83
Jun / 06	108.710,07
Jul / 06	80.217,69
Ago / 06	130.913,09
Set / 06	103.000,43
Out / 06	108.113,08
Nov / 06	158.973,53
Dez / 06	50.599,96
Total	1.275.461,19

Quanto a solicitação referente ao total de diárias pagas por beneficiário discriminadas em nacional e internacional estamos providenciando os dados. Abaixo segue a discriminação detalhada das diárias pagas e iniciadas no final de semana

#### Discriminação detalhada das diárias pagas e iniciadas no final de semana

SETOR	NOME	TRECHO	NAC / INT	PERÍODO	OBJETIVO	DIÁRIAS	QUANT. DIÁRIAS
SAIP	Aderval Costa Filho	BSB / POA / BSB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	559,79	3,5
SAIP	Aderval Costa Filho	BSB / SLZ / BSB	NAC	sexta , 12 a 14 / 05	Visitar a Associação das Comunidades Negras e assinatura de projetos	398,08	2,5
GM	Adriana Veiga Aranha	BSB / GVA / BSB	INT	sábado, 11 a 17 / 03	Participar da 33ª Reunião Anual do Comitê de Nutrição da ONU	5.489,15	7,5
GM	Adriana Veiga Aranha	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 15 a 17 / 09	Participar da conferência mun. Segurança Nutricional	356,86	2,5
GM	Adriana Veiga Aranha	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 20 / 10	Participar da audiência pública	121,83	0,5
GM	Adriana Veiga Aranha	BSB / FLN / BSB	NAC	feriado, 15 e 16 / 11	Ministrar Palestra no SLAN 2006	257,89	1,5
GM	Adriana Veiga Aranha	CNF / SCL / BSB	INT	Sexta-feira, 03 a 06 / 11	Acompanhar Ministro em evento	2.178,01	3,5
SNAS	Aidê Cançado Almeida	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 27 / 10	III Seminário Internacional IDHS	121,83	0,5

SAGI	Aíla Vanessa David de Oliveira Cançado	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 03 / 03	Participar de reunião com técnicos da FUNDEP E CEDEPLAR	121,83	0,5
SAGI	Aíla Vanessa David de Oliveira Cançado	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 22 a 22 / 09	Participar de reunião na FUNDEP	121,83	0,5
SNAS	Aldo Benvindo	BSB / SÃO / RIO / BSB	NAC	sábado, 07 a 09 / 10	Participar do lançamento do programa de apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis do BNDES	473,68	2,5
SNAS	Aldo Benvindo	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 27 e 28 / 10	II Encontro de catadores da Baixada Fulinense e Rio de Janeiro	270,27	1,5
SAIP	Alexandra Silva	Dourados	NAC	sábado, 01 a 05 / 04	Complementação de diárias	515,40	5,0
SENARC	Alexandre Macedo Galliza	BSB / GYN / BSB	NAC	sexta, 06 a 06 / 10	Visita técnica ao estado, com o objetivo de conhecer os trabalhos no âmbito do PBF e CadiÚnico.	106,02	0,5
SESAN	Alexandro Rodrigues Pinto	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 17 / 03	Acompanhar o Secretário em lançamento de Convênio MDS / EMAER	121,83	0,5
SAIP	Alfredo Almeida	REC / BHZ / MAO	NAC	Sexta-feira, 02 a 03 / 06	Participar das discussões e elaborar "A questão da institucionalidade"	240,50	1,5
SENARC	Aline Diniz Amaral	BSB / REC / BSB	NAC	sexta, 21 a 22 / 07	Participar de reunião sobre acordo de cooperação técnica	233,14	1,5
SESAN	Aloísio Lopes Pereira de Melo	BSB / PORTO PRINCE / BSB	INT	Sabado, 24 a 29 / 06	Participar da Missão ao Haiti	3.572,73	5,5
SNAS	Amaiza Medeiros	BSB / BEL / BSB	NAC	Sexta-feira, 02 a 05 / 06	Participar da reunião técnica com gestores municipais e estaduais	312,67	3,5
SAGI	Ana Amélia Camarano	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de Seminário sobre Conceito de Família - BPC	126,76	0,5
SNAS	Ana Angelica Melo	BSB / YVR / BSB	INT	Sabado, 17 a 26 / 06	Participar do 3º Fórum Urbano Mundial	6.307,05	9,5
SNAS	Ana Ligia Gomes	BSB / LDB / BSB	NAC	feriado, 12 a 16 / 10	Proferir palestra sobre Gestão do SUAS - 3ºcongresso paranaense	596,90	4,5
SNAS	Ana Ligia Gomes	BSB / GIG / BSB	NAC	Sexta-feira, 17 e 18 / 11	Participar do "Acción Social, Educacción y Cultura"	270,27	1,5
SNAS	Ana Ligia Gomes	BSB / JPA / BSB	NAC	Sabado, 25 e 26 / 11	Participar da inauguração o Centro de Referência da Assistência Social	265,25	1,5
SNAS	Ana Lucia Baptista	LDB / BSB / LDB	NAC	sábado, 17 a 21 / 06	Participar do 1º CRAS	511,93	4,5
SNAS	Ana Maria Barbosa	BSB / VIX / BSB	NAC	sexta, 11 a 12 / 08	Proferir palestra em Cariacica / ES	257,89	1,5
SNAS	Ana Maria Barbosa	BSB / THE / BSB	NAC	sábado, 16 a 19 / 12	Participar do XIV encontro nacional de entidades de deficientes físicos	530,91	3,5
SAGI	Ana Maria Correa	CPQ / BSB / CPQ	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de reunião para avaliar resultados do PNAD	120,25	0,5
SAIP	Ana Maria Guimarães	BSB / GIG / BSB	NAC	sábado, 09 a 11 / 12	Representar o MDS em Festiva e Feira dos direitos humanos: iguais na diferença	418,71	2,5
SENARC	Ana Maria Machado Vieira	BSB / WAS / BSB	INT	sábado, 09 / 09 a 08 / 10	Participar do curso de gerência Social p / directivos-Indes	10.573,43	14,5
SAIP	Ana Maria Plascidino	SS / POA / SSA	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
GM	Ana Patrícia de Ramos Barros	SP / BSB	NAC	25 / mar	Complementação de diárias, viagem a Buenos Aires	203,41	1,0
GM	Ana Patrícia de Ramos Barros	BSB / MVD / BSB	INT	segunda, 25 a 27 / 09	Dar seguimento aos trabalhos p / criação do instituto social do mercosul em Montevidéu	1.528,85	2,5
GM	Ana Patrícia de Ramos Barros	BSB / IGU / BSB	NAC	Sabado, 25 a 30 / 11	Participar do foro Mercosul Social	582,18	2,5
SAIP	Anna Cláudia Pontes	BSB / WAS / BSB	INT	sábado, 09 / 09 a 07 / 10	Participar do curso de gerência Social p / directivos-Indes	10.517,60	14,5
SENARC	Antônio Carlos Rosa de Oliveira Júnior	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Cooperação técnica na fiscalização do PBF junto ao MP	121,83	0,5
SENARC	Antônio Carlos Rosa de Oliveira Júnior	BSB / PNZ / BSB	NAC	sexta, 9 a 10 / 06	Proferir palestra mobilização da Instância de Controle Social	386,61	2,5
SENARC	Antônio Carlos Rosa de Oliveira Júnior	bsb / johanesburgo / bsb	INT	sábado, 07 a 12 / 10	seminario sobre atividades de transferencias de renda ,organizado pela rede de redução de pobreza dos países	1.864,75	3,0

					do sul da africa.		
SENARC	Antonio Claret Campos	BSB / SP / ROM / SP / CNF	INT	sábado, 29 / 04 a 07 / 05	Assessorar o Sr. Ministro em evento sobre Fome Zero	6.500,69	8,5
SAGI	Antônio José Gonçalves Henriques	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 27 / 10	Resultados do Pré-Teste do Estudo de Egressos do Programa Agente Jovem	121,83	0,5
SAIP	Antonio Miguel Lima	CWB / POA / CWB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SESAN	Antonio Neto	BSB / BEL / BSB	NAC	feriado, 15 a 17 / 11	Vistoria ao processo de execução do Restaurante Popular	411,35	2,5
GM	Aurea Bragio	FLN / BSB / FLN	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,00	0,5
SNAS	Beatriz Paiva	FLN / SÃO / FLN	NAC	sexta, 04 a 04 / 08	Participar do encontro entre o MDS e a PUC	111,08	,5
SAIP	Benedito Pereira	SLZ / POA / SLZ	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
SENARC	Bernardino Martins de Aquino Júnior	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Cooperação técnica na fiscalização do PBF junto ao MP	121,83	0,5
SAGI	Bianca Martins Bastos	BSB / MAO / BSB	NAC	feriado, 02 a 07 / 11	Orientar e apoiar a codificação de dados da Chamada Nutricional	750,97	5,5
SAGI	Caio Nakashima	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 03 a 05 / 11	Proferir palestra sobre Solução utilizando Software Livre	418,71	3,5
SAGI	Caio Nakashima	BSB / GVA / BSB	NAC	sexta, 11 a 17 / 08	Apresentar os projetos desenvolvidos pelo MDS na conferência FOSSA4G	5.279,19	6,5
SENARC	Camile Sahb Mesquita	BSB / PAR / MRS / PAR / BSB	INT	sábado, 20 a 24 / 05	Proferir palestra no 1º Encontro da Cooperação Intern. Fed.Franco-Brasil	3.974,56	5,5
SENARC	Camile Sahb Mesquita	BSB / GYN / BSB	NAC	sexta, 06 a 06 / 10	Visita técnica ao estado, com o objetivo de conhecer os trabalhos no âmbito do PBF e CadiÚnico.	117,70	0,5
SENARC	Carolina Machado Borges	BVB / BSB	NAC	sexta, 15 / 09	Prorrogação de viagem	109,46	0,5
SE	Carolina Pereira	BSB / IGU / BSB	NAC	sábado, 25 a 29 / 11	Integrar comissão organizadora do Fórum Mercosul Social	589,54	3,5
SE	Carolina Pereira	BSB / WAS / BSB	INT	sábado, 09 / 09 a 07 / 10	Participar do curso de gerência Social p / directivos-Indes	10.517,60	14,5
SENARC	Cecilia Lariu	BSB / WAS / BSB	INT	sábado, 25 / 02 a 27 / 03	Participar do curso de gerência Social p / diretivos	11.030,22	15,5
SE	Celia Regina Souza	BSB / SSA / BSB	NAC	sexta, 28 a 30 / 04	Representar o MDS em oficina de Economia solidária	364,19	2,5
SNAS	Cely Almeida	CGB / BSB / CGB	NAC	sexta, 25 / 08	Participar da reunião da câmara técnica da Cit sobre NOB RH SUAS	120,25	0,5
GM	Christiane Costa	SÃO / BSB / SÃO	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SAGI	Cintia Agostinho	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de Seminário sobre Conceito de Família - BPC	120,25	0,5
SAIP	Claudia Regina Pinho	CGB / POA / CGB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
GM	Claudia Souza	CGB / BSB / CGB	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
CNAS	Cláudia Thereza Parada Marques Pires de Sabóia	BSB / BEL / BSB	NAC	sábado, 18 a 23 / 03	Participar de reunião ampliada do CNAS	841,95	5,5
CNAS	Cláudia Thereza Parada Marques Pires de Sabóia	BSB / SLZ / BSB	NAC	feriado, 15 a 24 / 11	Reunião com a FUMCAS	1.335,25	1,5
SAIP	Cleide Souza	CNF / CGH / CNF	NAC	sexta, 08 e 09 / 12	Participar da reunião da coordenação nacional de entidades negras	240,50	1,5
SESAN	Crispim Moreira	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 17 a 18 / 02	Coordenar oficina de planejamento econômicos solidários	270,27	1,5
SESAN	Crispim Moreira	BSB / POA / BSB	NAC	sábado, 04 a 11 / 03	Participar de Plenária Nacional de Desenvolvimento Sustentável	1.131,47	7,5
SESAN	Crispim Moreira	BSB / FLN /	NAC	sexta, 24 a 25 /	Discutir sobre Política de	257,89	1,5



		BSB		03	Segurança Alimentar e Convênios		
SESAN	Crispim Moreira	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 28 / 04	Compôr a mesa da Audiência Pública Comunidades Tradicionais	364,19	0,5
SESAN	Crispim Moreira	BSB / FLN / BSB	NAC	sexta, 26 a 27 / 05	Acompanhar e monitorar necessidades na execução do convênio nº182 / 04	411,35	2,5
SESAN	Crispim Moreira	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 15 a 16 / 09	Participar da I conferência municipal de segurança alimentar	233,16	1,5
SAGI	Cristina Filgueiras	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 26 a 26 / 05	Participar de reunião na SAGI.	120,25	0,5
SAGI	Daniela Ramos	BSB / WAS / BSB	INT	sábado, 09 / 09 a 07 / 10	Participar do curso de gerência Social p / directivos-Indes	9.899,11	14,5
GM	Daniela Silveira	RIO / BSB	NAC	sexta, 10 a 10 / 03	Acompanhar o Ministro em visita oficial no estado	240,50	1,5
SNAS	Denise Colin	CWB / BSB / CWB	NAC	sexta, 25 a 25 / 08	Participar da reunião da câmara técnica da Cit sobre NOB RH	120,25	0,5
SENARC	Denise Reis Costa	BSB / IGU / BSB	NAC	sexta, 30 / 07 a 02 / 08	Apurar denúncias de irregularidades na execução do PBF em Guairá / PR	393,67	3,5
SAGI	Diana Sawyer	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de Seminário sobre Conceito de Família - BPC	113,70	0,5
GM	Diogo Henrique Franklin de Carvalho	BSB / IGU / BSB	NAC	sábado, 25 a 30 / 11	Participar do foro Mercosul Social	471,29	5,5
SAIP	Domingos Oliveira	CGB / POA / CGB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
CNAS	Edileuza Melo	BSB / BEL / BSB	NAC	domingo, 19 a 23 / 03	Participar de reunião ampliada do CNAS	518,92	4,5
CNAS	Edivaldo Ramos	CGR / BSB / CGR	NAC	sexta, 17 a 17 / 11	Participar da reunião extraordinária da comissão de política do CNAS	120,25	0,5
SAIP	Eduardo De Paula	BSB / RIO / BSB	NAC	sábado, 07 a 12 / 10	Representar o MDS no seminário assistência técnica da cooperação Brasil / Itália	641,05	5,5
SNAS	Eliane Quaresma	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sábado, 09 a 10 / 07	Participar da reunião da Câmara Técnica	120,25	0,5
SNAS	Elisa Machado Camarote	BSB / CGB / BSB	NAC	26 / fev	Complementação de diárias	34,35	0,0
SNAS	Elisa Machado Camarote	BSB / CGB / BSB	NAC	sexta, 27 a 28 / 01	Contribuir com informações sobre CRAS Indígena	297,95	2,5
SAIP	Eliseu Oliveira	MOC / BHZ / POA / BHZ / MOC	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SESAN	Flávia Renata Lemos de Souza	BSB / SSA / NAT / FOR / BSB	NAC	sábado, 09 a 15 / 09	Realiza Mesas Técnicas com representantes dos Municípios	928,03	6,5
GM	Flávio José Rodrigues de Castro	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 04 a 5 / 08	Participar de reunião na prefeitura de Belo Horizonte	270,27	1,5
GM	Flávio José Rodrigues de Castro	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 28 a 28 / 08	Assessorar o ministro Patrus Sousa	136,58	0,5
GM	Flávio José Rodrigues de Castro	BSB / CNF / BSB	NAC	sábado, 18 a 21 / 11	Encaminhar informações e prestar assessoria	559,79	3,5
SAIP	Geise Correia	PVH / POA / PVH	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
GM	Germano Nogueira Falcão Filho	BSB / IGU / BSB	NAC	Sabado, 25 a 30 / 11	Participar do foro Mercosul Social	705,88	5,5
GM	Gilvana Barros	PVH / BSB / PVH	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	686,15	0,5
SNAS	Gisele de Cássia Tavares	BSB / LDB / BSB	NAC	sexta, 12 a 13 / 05	Participar de discussão do Orçamento da Política	233,16	1,5
SESAN	Gisele Sabrina Ferreira da Silva	BSB / BEL / BSB	NAC	feriado, 15 a 17 / 11	Vistoria ao processo de execução do Restaurante Popular	349,47	2,5
SESAN	Gisele Sabrina Ferreira da Silva	BSB / GIG / BSB	NAC	Sabado, 04 a 06 / 11	Realização de visita para implantação de quatro restaurantes populares	342,11	2,5
SNAS	Glair Nogueira Moraes	BSB / BEL / BSB	NAC	feriado, 15 a 18 / 11	Prestar suporte no encontro regional sobre SUAS	559,79	3,5

SAIP	Guaracy Cunha	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 20 / 10	Participar da reunião preparatória p / encontro conexão social	120,25	0,5
SE	Helbio Leite	BSB / BHZ	NAC	sexta, 10 / 03	Retorno após presidir Comissão de Processo Administrativo (de 03 a 10 / 03)	609,74	4,5
SNAS	Helena Ferreira de Lima	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 31 / 03	Reunião com consultores do Bolsa Família p / integração ao PAIF	121,83	0,5
SNAS	Helena Ferreira de Lima	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 31 / 03	Reunião com Consultores do Bolsa Família e PAIF	120,25	0,5
SNAS	Helena Ferreira de Lima	BSB / RIO / BSB	NAC	sábado, 12 a 13 / 08	Ministrar palestra relacionada à operacionalização do CRAS / PAIF	121,83	1,5
SAIP	Heliana Kátia Tavares Campos	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Participar de reunião na Editora Globo (retorno para reembolso)	136,58	0,5
SAIP	Heliana Kátia Tavares Campos	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 28 / 04	Representar o MDS em evento na USP e Editora Globo	403,61	0,5
SAIP	Heliana Kátia Tavares Campos	BSB / BHZ / BSB	NAC	sábado, 01 a 04 / 04	Participar de reunião anual do BID	307,16	3,5
SAIP	Heliana Kátia Tavares Campos	BSB / SLZ / BSB	NAC	sexta, 12 a 14 / 05	Visitar a Associação das Comunidades Negras e assinatura de projetos	467,76	2,5
SAIP	Heliana Kátia Tavares Campos	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 02 a 03 / 06	Participar da Plenária Nacional	314,52	1,5
SAIP	Hildezia Medeiros	BSB / POA / BSB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de Plenária Nacional de Desenvolvimento Sustentável	559,79	3,5
SESAN	Horus De Paula	MCZ / BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 27 / 10 a 01 / 11	Visitas técnicas nos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de alimentos no Município de Petr5olina	364,19	5,5
SE	Ikuko Kinoshita	BSB	NAC	sexta, 27 / 10 a 09 / nov	Presidir a comissão de processo administrativo disciplinar	1.758,58	13,5
SE	Ikuko Kinoshita	BSB	NAC	sexta, 10 a 24 / 11	Presidir comissão de processo administrativo	1.882,59	14,5
SE	Ikuko Kinoshita	BSB	NAC	sábado, 25 a 08 / 12 / 11	Presidir comissão de processo administrativo	1.752,03	13,5
SE	Ikuko Kinoshita	BSB	NAC	sábado, 09 a 22 / 12	Presidir comissão de processo administrativo disciplinar	1.752,03	13,5
SESAN	Ivana Lovo	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 20 / 10	Participar da reunião de intercâmbio de tecnologia alternativas	120,25	0,5
SNAS	Jaime Rabelo	BSB / PMW / BSB	NAC	sexta, 10 a 12 / 02	Participar de Oficina para elaboração do Plano de Ação	398,08	2,5
SNAS	Jaime Rabelo	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 26 a 30 / 05	Representar o MDS no encontro regional: DOCE - Governador Valadares	589,54	4,5
SENARC	Jean Marc Georges Mutzig	BSB / IST / BSB	INT	sexta, 23 / 06 a 02 / 07	Palestrar na 3º conferencia internacional sobre renda - Banco Mundial	6.113,75	9,5
SAGI	Jeni Vaistman	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 2 / 6 / 2006	Participar da reunião na Escola Nacional de Ciências Estatísticas	121,83	0,5
SAGI	Jeni Vaistman	BSB / IST / BSB	INT	sábado, 24 / 06 a 02 / 07	Representar o MDS 3º Conferência Internacional Transferências	5.282,50	8,5
SAIP	João Alfredo de Sousa	REC / POA / REC	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SAGI	Jose Alberto Carvalho	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de Seminário sobre Conceito de Família - BPC	112,77	0,5
SAIP	Jose da Costa Alves	BEL / POA / BEL	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SNAS	José Eduardo de Andrade	BSB / REC / BSB	NAC	sexta, 06 a 09 / 01	Participar do Festival da Juventude em Recife	545,07	3,5
SNAS	José Eduardo de Andrade	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 20 a 21 / 01	Participar de Mesa de discussões / Jovens na Comunicação	270,27	1,5
SNAS	José Eduardo de Andrade	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 07 a 09 / 04	Participar de Mostra Cultural - Festival de Arte e Cultura	418,71	2,5
SNAS	José Eduardo de Andrade	BSB / REC / BSB	NAC	sábado, 08 a 09 / 07	Participar da avaliação dos jovens agressos Proj. Agente jovem	277,63	1,5
SAGI	José Raimundo da Silva Arias	BSB / MAO / BSB	NAC	sexta, 25 a 26 / 08	Participar do lançamento "Chamada Nutricional p / Crinaças menores de 5"	282,64	1,5
SAGI	José Raimundo da Silva Arias	BSB / BEL / BSB	NAC	sexta, 27 e 28 / 10	Palestra no Seminário Reg.da Assoc.Bras.de Ens.e Pesq.em Serviço Social	270,27	1,5

SAGI	José Raimundo da Silva Arias	BSB / BEL / BSB	NAC	Feriado, 15 a 18 / 11	Participar do Encontro Regional sobre os Benefícios da Assistência Social no contexto do SUAS	559,79	4,5
GM	Juarez Pinheiro	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 10 a 12 / 02	Participar de reunião da nova estrutura da CONJUR	381,37	2,5
SNAS	Jucemery Silveira	CWB / BSB / CWB	NAC	sexta, 06 a 07 / 10	Participação na reunião de trabalho sobre a rede de SUAS	250,81	1,5
SAIP	Julia Otero dos Santos	BSB / POA / BSB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
SNAS	Jussara Silva	FLN / BSB / FLN	NAC	sexta, 25 / 08	Participar da reunião da câmara técnica da Cit sobre NOB RH SUAS	120,25	0,5
SAGI	Kaizô Beltrão	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de Seminário sobre Conceito de Família - BPC	113,70	0,5
SESAN	Kathleen Oliveira	BSB / BHZ / BSB	NAC	sábado, 26 a 26 / 08	Participar do III congresso nacional de doença celíaca	129,19	0,5
SESAN	Léa Rocchi Sales	BSB / MAO / BSB	NAC	sexta, 18 a 22 / 08	Visita técnica à projetos apoiados pela carteira de projetos	737,99	4,5
SAGI	Lenaura Lobato	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de Seminário sobre Conceito de Família - BPC	113,70	0,5
SAGI	Leonor Pacheco	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 21 a 21 / 07	Participar reunião no CEDEPLAR	121,83	0,5
SAGI	Leonor Santos	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 24 / 03	Participar de reunião no IBGE sobre PNAD	121,83	0,5
SAGI	Leonor Santos	BSB / FLN / BSB	NAC	Sabado, 11 a 16 / 11	Proferir palestra no 14º Congresso de Nutrição	803,93	5,5
SNAS	Leopoldo Costa	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Participar de Seminários sobre SUS e SUAS	121,83	0,5
SAIP	Leslye Ursini	BSB / POA / BSB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
SENARC	Letícia Bartholo de Oliveira e Silva	BSB / REC / BSB	NAC	sexta, 21 a 22 / 07	Participar de reunião sobre acordo de cooperação técnica	270,27	1,5
SENARC	Letícia Bartholo de Oliveira e Silva	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 28 a 28 / 07	Participar de reunião com a equipe do IBGE	121,83	0,5
SENARC	Letícia Bartholo de Oliveira e Silva	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 04 a 04 / 08	Participar de reunião com a equipe da diretoria de pesquisa IBGE	121,83	0,5
SESAN	Letícia Cristina Sant'Anna da Silva	BSB / JPA / BSB	NAC	domingo, 16 a 28 / 04	Acompanhar a CGU na apuração de denúncia do PAA	858,95	12,5
SESAN	Letícia Cristina Sant'Anna da Silva	BSB / NAT / BSB	NAC	sábado, 05 a 09 / 08	Participar e organizar a oficina de capacitação p / o controle Social do leite	383,36	2,5
SESAN	Letícia Cristina Sant'Anna da Silva	BSB / AJU / BSB	NAC	Sabado, 02 a 05 / 12	Fiscalizar e supervisionar o programa do leite	530,91	3,5
SAGI	Leticia Leon	CPQ / BSB / CPQ	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de reunião para avaliar resultados do PNAD	120,25	0,5
SNAS	Levindo Carvalho	BHZ / BSB / BHZ	NAC	Sexta, 12 a 13 / 05	Participar da Oficina sobre ação sócio-educativa	250,81	1,5
GM	Lidiomar Pontes	BVB / BSB / BVB	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SENARC	Lúcia Maria Modesto Pereira	BSB / RIO / BSB	NAC	Sabado, 2 / 06	Participar de reunião na ENCE	121,83	0,5
SENARC	Lúcia Maria Modesto Pereira	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 28 a 28 / 07	Participar de reunião com a equipe do IBGE	121,83	0,5
SENARC	Lúcia Maria Modesto Pereira	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 25 a 25 / 08	Acompanhar a Secretaria Executiva em reunião no Rio de Janeiro	121,83	0,5
SAGI	Luís Otávio Pires Farias	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 27 / 10	Resultados do Pré-Teste do Estudo de Egressos do Programa Agente Jovem	121,83	0,5
SAGI	Luís Otávio Pires Farias	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 6 / 10	Participar de reunião na FIPE	121,83	0,5
SNAS	Luziele Tapajos	BSB / CGR / BSB	NAC	Sexta-feira, 01 e 02 / 12	participação no XXI congresso de infância e juventude	257,89	1,5
SNAS	Lygia Leite	REC / BSB / REC	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar da 63ª reunião ordinária da CIT	250,81	0,5
GM	Mª Goreti Costa	NAT / BSB / NAT	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5

SNAS	Mª Jsé Freitas	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 22 a 22 / 09	Palestrar sobre revisão do BPC em BH	121,83	0,5
SNAS	Mª Lúcia Silva	BSB / SÃO / BSB	NAC	sábado, 07 a 08 / 10	Participar de reunião com o movimento dos catadores e população de rua abrangendo o MDS	277,63	1,5
SNAS	Mª Luiza Rizzoti	LDB / SÃO / LDB	NAC	sexta, 04 a 04 / 08	Participar do encontro entre o MDS e a PUC	116,81	0,5
SAIP	Manoel de Carvalho	PNZ / POA / PNZ	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SNAS	Marcelo Garcia	RIO / BSB	NAC	domingo, 12 / 02	Participar da 58ª reunião ordinária da CIT	120,25	0,5
CNAS	Marcelo Garcia	BSB / RIO	NAC	sexta, 17 / 02	Participar da 133ª reunião ordinária do CNAS	511,93	3,5
SNAS	Marcelo Vargens	RIO / BSB / RIO	NAC	Sexta-feira, 30 / 06	Participar da teleconferência organizada pelo MDS	120,25	0,5
SNAS	Marcia Gebara	CGB / BSB / CGB	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar da 63ª reunião ordinária da CIT	120,25	0,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Participar, representando o MDS em 2 reuniões	136,58	0,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	SP / BSB	NAC	25 / mar	Complementação de diárias, viagem a Buenos Aires	232,91	1,0
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / LDB / BSB	NAC	sábado, 18 a 19 / 02	Proferir palestra sobre importância dos Conselhos Municipais	203,26	1,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / LDB / BSB	NAC	sexta, 10 a 13 / 03	Proferir palestra em evento sobre Geração de Renda e Mulher na Política	277,40	1,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 31 / 03 a 04 / 04	Participar da reunião anaula das Assembleias de governadores	833,62	4,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / SP / IAD / SP / BSB	INT	sábado, 22 a 29 / 04	Representar o MDS na 8ª Reunião de Rede p / Redução da Pobreza e Proteção Social	5.751,35	7,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / MII-LDbCWB / BSB	NAC	Sexta-feira, 12 a 16 / 05	Participar de inauguração de CRAS e proferir palestra em evento	391,79	1,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / GYN / BSB	NAC	Sexta-feira, 02 / 06	Representar o Sr.Ministro no encontro do PROUNI	292,34	0,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 6 / 10	Participar de reunião projeto de formação de gestores sociais.	136,58	0,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / BHZ	NAC	sexta, 20 a 21 / 10	Visita ao Centro de referência de assistência Social	314,52	1,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	BSB / EZE / BSB	INT	feriado, 15 a 17 / 11	Participar dos desafios dos sistemasde proteção social.	1.661,66	2,5
SE	Márcia Helena Carvalho Lopes	SP	NAC	Sabado, 25 e 26 / 11	Participar da celebração de natal, na feira da natalidade	321,88	1,5
CNAS	Márcia Maria Biondi Pinheiro	BSB / BEL / BSB	NAC	sábado, 18 a 23 / 03	Participar de reunião ampliada do CNAS	841,95	5,5
CNAS	Márcia Maria Biondi Pinheiro	BSB / RIO / BSB	NAC	Sexta-feira, 05 a 06 / 05	Proferir palestra na Rede Socio-Assistencial - SUAS	270,27	1,5
SNAS	Márcia Maria Biondi Pinheiro	BSB / FLN / SÃO / BSB	NAC	sexta, 22 a 25 / 09	Proferir palestra no seminário sobre SUAS	598,26	3,5
SAGI	Marcia Maria Quintslr	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de reunião para avaliar resultados do PNAD	126,76	0,5
SAIP	Marcos Araújo	REC / POA / REC	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SNAS	Margarete vieira	SLZ / BSB / SLZ	NAC	sexta, 15 / 09	Participar da 63ª reunião da CIT	120,25	0,5
CNAS	Margarete Vieira	BSB / SLZ	NAC	Sexta-feira, 15 / 12	Retorno da servidora sendo que a Reuniao da CIT foi cancelada.	120,25	0,5
GM	Maria das Graças Morais	BSB / CNF / MCL / CNF / BSB	NAC	Sexta-feira, 01 a 04 / 12	Representar o Senhor Ministro Patrus Ananias em evento	473,20	4,5
SNAS	Maria de Fatima Souza	BSB / BEL / BSB	NAC	feriado, 15 a 18 / 11	Participar do Encontro Regional sobre SUAS	559,79	3,5
SE	Maria Eugenia Pinto	LDB / BSB / LDB	NAC	Sexta-feira, 12 a 19 / 05	Participar das discussões do programa GRPE	642,49	4,5
SAIP	Maria Ivete Santos	STM / BSB / STM	NAC	sexta, 03 e 08 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	5,5
SAIP	Maria Ivete Santos	BEL / POA / BEL	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SAIP	Maria Jocicleide Aguiar	RBR / POA / RBR	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e	415,82	3,5

					Economias Quilombolas		
SNAS	Maria José de Freitas	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 03 a 04 / 02	Participar de reunião sobre portadores de sofrimento mental	270,27	1,5
SNAS	Maria José de Freitas	BSB / BEL / BSB	NAC	feriado, 15 a 18 / 11	Participar do Encontro Regional sobre SUAS	559,79	3,5
SENARC	Maria Lucia Afonso	BHZ / SP / BHZ	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de reunião para desenvolver trabalho articulado PBF / PAIF	116,81	0,5
SNAS	Maria Lúcia Lopes da Silva	BSB / CGR / BSB	NAC	sexta, 28 a 30 / 04	Participar de reunião sobre População de Rua	398,08	2,5
SNAS	Maria Lúcia Lopes da Silva	BSB / FLN / BSB	NAC	Sexta-feira, 03 a 06 / 11	Prestar suporte no encontro regional sobre SUAS	523,55	3,5
GM	Marie Robert	SLZ / BSB / SLZ	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
GM	Maristela Melo	BSB / BHZ / BSB	NAC	Sexta-feira, 23 a 28 / 06	Organizar o evento "Cumprimento da meta do bolsa família"	735,26	5,5
SNAS	Marlene Santos	BSB / BEL / BSB	NAC	feriado, 15 a 18 / 11	Prestar suporte no encontro regional sobre SUAS	473,16	3,5
SE	Mary Célia Guirado	BSB / IGU / BSB	NAC	sábado, 28 / 01	Prorrogação de diária (prorrogado através de Memo)	123,70	1,0
SE	Mary Célia Guirado	BSB / LDB / BSB	NAC	sexta, 10 a 11 / 03	Acompanhar a Secretária Executiva em conferências / Direito da Mulher	233,16	1,5
SNAS	Maura Luciene Souza	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 07 a 09 / 04	Participar de Mostra Cultural - Festival de Arte e Cultura	418,71	2,5
SNAS	Maura Souza	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 27 a 28 / 01	Acompanhar o Secretário em visita a Projeto Social	270,27	1,5
SNAS	Miguel Ibarra	RIO / JOI / RIO	NAC	sexta, 28 / 04	Participar Do VIII Encontro do CONGEMAS	209,59	0,5
SESAN	Miguel Jesus Espinheira Gonzáles	BSB / FOR / BSB	NAC	sexta, 22 a 24 / 09	Participar da missão de reforço ao desenvolvimento do programa de cooperação entre governos do Brasil	418,71	2,5
GM	Miguel Montana	POA / BSB / POA	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SAIP	Moema Barbosa	NAT / CGH / NAT	NAC	Sexta-feira, 08 e 09 / 12	Participar da reunião da coordenação nacional de entidades negras	240,50	1,5
SAGI	Mônica Rodrigues	BSB / WAS / BSB	INT	sábado, 25 / 02 a 26 / 03	Participar de Curso Gerência social para Diretivos	10.323,34	14,5
SAIP	Nereu Schneider	Dourados	NAC	sábado, 01 a 05 / 04	Complementação de diárias por prorrogação de viagem	515,40	5,0
SAIP	Neri de Ramos	CWB / POA / CWB	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
GM	Nilson Figueiredo	BSB / WAS / BSB	INT	sexta, 08 / 09 a 07 / 10	Participar do curso de gerência Social p / directivos-Indes	10.573,43	14,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 17 / 03	Participar de lançamento oficial de Convênio MDS / EMATER	136,58	0,5
SESAN	Onaur Ruano	SÃO / BSB	NAC	Sexta-feira, 26 / 05	Acompanhar o Sr. Ministro em visita equipamentos de Segurança Alimentar	307,16	1,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / BOG / BSB	INT	feriado, 01 a 07 / 05	Participar de Seminário Iberoamericano Segurança Alimentar e Nutricional	3.608,81	5,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / SÃO / BSB	NAC	Sexta-feira, 19 a 20 / 05	Participar do Seminário Seg. Alimentar e Nutricional e inclusão	314,52	1,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / SÃO / BSB	NAC	Sabado, 10 a 11 / 06	Inauguração do restaurante popular de Jandira / SP	277,40	1,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / PORTO PRINCE / BSB	INT	Sabado, 24 a 29 / 06	Participar da Missão ao Haiti	2.674,91	5,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / CWB / BSB	NAC	sexta, 1 / 09	Participar da reunião com a Secretaria de Estado Trabalho e Emprego	131,64	0,5
SESAN	Onaur Ruano	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 22 / 09	Participar da inauguração do banco de alimentos de Osasco	121,75	0,5
SNAS	Osvaldo Azevedo	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 13 a 14 / 01	Visitar o Abrigo Cristo Redentor	314,52	1,5
SNAS	Osvaldo Azevedo	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 27 a 28 / 01	Visita técnica a Projeto Social Espaço Meninas	314,52	1,5
SNAS	Osvaldo Azevedo	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 07 a 09 / 04	Participar de Mostra Cultural - Festival de Arte e Cultura	492,46	2,5
SNAS	Patricia de Marco	BSB / JPA / BSB	NAC	sexta, 10 a 13 / 02	Visita / inauguração dos CRAS em Pianacó	514,42	3,5

GM	Patrus Sousa	BSB / MVD / BRU / BSB	INT	sábado, 25 a 29 / 03	Conferência Social em Montevideu e Bruxelas	1.964,38	2,5
GM	Patrus Sousa	BSB / GRU / ROM / GRUBSB	INT	sábado, 29 / 04 a 07 / 05	Proferir palestra sobre fome Zero no XII Sessão Plenária	6.559,88	8,5
SENARC	Pedro Luiz Cavalcante	BSB / GYN / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Participar do processo de capacitação da Versão 6.0	106,02	0,5
GM	Pedro Monteiro	GYN / BSB / GYN	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SAIP	Pedro Ramos de Sousa	MCP / POA / MCP	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SNAS	Priscila Costa	BSB / BHZ	NAC	sexta, 10 / 03	Auxiliar na definição de procedimentos técnicos de engenharia	642,49	4,5
SAIP	Raimundo Nonato	SSA / POA / SSA	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
SNAS	Regina Mioto	FLN / SÃO / FLN	NAC	sexta, 04 a 04 / 08	Participar do encontro entre o MDS e a PUC	116,81	0,5
GM	Regina Miranda	FOR / BSB / FOR	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SAIP	Renata de Souza	BHZ / POA / BHZ	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	487,88	3,5
SNAS	Renato Francisco dos Santos Paula	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 27 e 28 / 10	V Simpósio Multidisciplinar - Estado Igreja e Cultura - UNIFAI	270,27	1,5
SNAS	Renato Francisco dos Santos Paula	BSB / SÃO-BHZ / BSB	NAC	sexta, 01 a 04 / 09	Representar o MDS no 10º congresso estadual da Apaes de MG	473,20	3,5
SENARC	Ricardo Rodrigues Dutra	BSB / IST / BSB	INT	Sabado, 24 / 06 a 02 / 07	Participar da 3ª Conferência Internacional sobre Transfêrencias de Renda	5.276,14	8,5
SENARC	Ricardo Rodrigues Dutra	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 28 a 28 / 07	Participar de reunião com a equipe do IBGE	121,83	0,5
SENARC	Ricardo Rodrigues Dutra	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 04 a 04 / 08	Participar de reunião com a equipe da diretoria de pesquisa IBGE	121,83	0,5
SNAS	Ricardo Silva	VIX / BSB / VIX	NAC	Sexta-feira, 12 a 15 / 05	Dar apoio a SNAS na I Conferência Nacional dos Direitos da PPD	435,87	3,5
SENARC	Rita de Cássia Vandanezi Munck	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 06 a 07 / 10	Participar da inauguração do portal do trabalhador de Osasco	233,16	1,5
SAGI	Roberto Wagner da Silva Rodrigues	BHZ / CDG / IST / BSB	INT	Sabado, 24 / 06 a 02 / 07	Participar de Missão Internacional CDES 3ªConf. Internacional Trasferências	5.282,50	8,5
SAGI	Roberto Wagner da Silva Rodrigues	BSB / WAS / BSB	INT	sexta, 14 / 07 a 05 / 08	Participar do curso de efectividad em el desarollo	8.371,43	22,5
SAGI	Roberto Wagner da Silva Rodrigues	BSB / JPA / BSB	NAC	sexta, 25 a 27 / 08	Participar do lançamento do "Projeto Chamada Nutricional Quilombola"	398,08	2,5
GM	Rogério Jesus	MAO / BSB / MAO	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / RIO / BHZ	NAC	Sexta-feira, 2 / 6 / 2006	Participar da reunião na Escola Nacional de Ciências Estatísticas	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / PAR / BSB	INT	Sabado, 24 a 28 / 06	Participar da missão internacional da secretaria do CDES	3.498,05	4,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 16 a 16 / 06	Reunião na Prefeitura de Contagem / MG	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BHZ / BSB	NAC	sexta, 4 / 08	Participar de reunião na CEDEPLAR	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / BHZ / RIO / BSB	NAC	sexta, 01 a 05 / 09	Participar como coordenador / debatedor da sessão temática 19	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 20 / 10	Participar da mesa redonda VII	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / BEL / BSB	NAC	sexta, 06 a 07 / 10	Proferir palestra "Determinantes Sociais p / o Processo Saúde-Doença na conjuntura Brasileira"	314,52	1,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 20 a 20 / 10	Participar da mesa redonda VII - As metrópoles do nordeste	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de	BSB / GIG	NAC	sexta, 24 / 11	Participar do Fórum "Sistema	136,58	0,5

	Sousa				Integrado de Pesquisas domiciliares		
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSb / BHZ / BSB	NAC	sexta, 17 / 02	Participar de reunião na UFMG (CEDEPLAR)	136,58	0,5
SAGI	Rômulo Paes de Sousa	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 03 / 03	Participar de reunião com técnicos da FUNDEP E CEDEPLAR	136,58	0,5
GM	Róridan Penido Duarte	BSB / POA / BSB	NAC	Sabado, 10 a 12 / 06	Acompanhar o Sr. Ministro em visita a programas do MDS.	238,65	0,5
GM	Róridan Penido Duarte	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 09 a 09 / 06	Representar o Sr. Ministro na 105º reunião do IPEA	121,83	0,5
GM	Róridan Penido Duarte	BSB / BHZ	NAC	sexta, 7 / 07	Acompanhar o Sr. Ministro em viagem a serviço e visita a programas do MDS.	559,79	3,5
GM	Róridan Penido Duarte	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Representar o Sr. Ministro na 106º reunião do IPEA	121,83	0,5
GM	Róridan Penido Duarte	BSB / GIG / BSB	NAC	sexta, 08 a 08 / 12	Representar ministro na reunião de acompanhamento conjuntural do IPEA	121,83	0,5
SAIP	Rosângela Gonçalves de Carvalho	BSB / CGR / BSB	NAC	sexta, 13 a 26 / 01	Coordenação Geral do Comitê de Políticas Públicas Indígenas do MS	1.652,28	13,5
SAIP	Rosângela Gonçalves de Carvalho	BSB / CGR / BSB	NAC	sexta, 08 a 18 / 12	Dar continuidade aos trabalhos do comitê gestor de ações indígenas participação em reuniões	1.409,48	10,5
GM	Rosangela Sousa	THE / BSB / THE	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SENARC	Rosani Evangelista da Cunha	BSB / SP / BSB	NAC	sexta, 10 / 02	Participar de reunião na Editora Globo	136,58	0,5
SENARC	Rosani Evangelista da Cunha	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 31 / 03 a 02 / 04	Acompanhar o Ministro em reunião Anual do BID	492,46	2,5
SENARC	Rosani Evangelista da Cunha	BSB / MADRI / BSB	INT	sexta, 23 a 26 / 06	Representar o Ministro 1º forum Ibero-Americano de Desenv. Social	3.639,81	4,5
SENARC	Rosani Evangelista da Cunha	BSB / EZE / BSB	INT	feriado, 15 a 18 / 11	Painelista na Mesa Redonda sobre "Experiências em la Implementacion da TCE"	2.328,87	3,5
GM	Rose Pedroso	AJU / BSB / AJU	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,00	0,5
GM	Roseane Viana	BSB / BEL / BSB	NAC	sexta, 19 a 20 / 05	I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	356,86	2,5
GM	Roseane Viana	BSB / FLN / BSB	NAC	feriado, 15 a 17 / 11	Participação do SLAN 2006	390,72	2,5
SNAS	Rosilene Rocha	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar da 63ª reunião ordinária da CIT	120,25	0,5
SESAN	Sabrina Ionata de Oliveira	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 23 a 24 / 06	Participar da reunião "Lei de Prevenção da Obesidade Infantil	270,27	1,5
SAIP	Sandra Cipriano Chaves	BSB / PLU / BSB	NAC	feriado, 15 a 18 / 11	Participar do IV Encontro Nacional de Educação Social - ENES	559,79	3,5
SNAS	Sânia Maria Campos	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 12 a 13 / 05	Participar da Oficina sobre ação sócio-educativa	250,81	1,5
SNAS	Sânia Maria Campos	BHZ / BSB / BHZ	NAC	sexta, 17 / 02	Participar de reunião sobre Proteção Social Básica	120,25	0,5
SAIP	Sebastiao Santos	BSB / LDB / BSB	NAC	sexta, 27 / 10	Projetos da Prefeitura Municipal de Londrina e entidades da área de Assistência Social	109,46	0,5
GM	Sergio Magaldi	SÃO / BSB / SÃO	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
SNAS	Silvia Barreto	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 30 a 30 / 06	Participar da teleconferência organizada pelo MDS	120,25	0,5
SNAS	Simone Aparecida Albuquerque	BSB / SÃO / BHZ / BSB	NAC	sexta, 25 a 29 / 08	Proferir palestra CRESS / SP e audiência pública em BH	755,84	4,5
SENARC	Solange Teixeira	BSB / FOR / FLN / BSB	NAC	sexta, 24 / 03	Complementação de diária por alteração de data de retorno	132,83	0,5
GM	Sueli Amaral	CGR / BSB / CGR	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	120,25	0,5
CNAS	Tania Mara da Cruz	BSB / BEL / BSB	NAC	domingo, 19 a 23 / 03	Participar de reunião ampliada do CNAS	487,88	3,5

SAGI	Terezinha Coutinho	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 31 / 03	Participar de reunião para avaliar resultados do PNAD	113,70	0,5
GM	Ubiraci Oliveira	SÃO / BSB / SÃO	NAC	sexta, 15 a 15 / 09	Participar do ato solene da sanção da lei de segurança alimentar	109,38	0,5
SAIP	Ubiratan Barbara	BSB / RIO / BSB	NAC	sexta, 27 a 29 / 10	II Encontro de Catadores de materiais Recicláveis	305,31	2,5
SAIP	Valdivino Souza	PNZ / POA / PNZ	NAC	sábado, 04 a 07 / 03	Participar de 2 Seminário Nacionais s / Comunidades e Economias Quilombolas	415,82	3,5
SE	Valdomiro Luís de Sousa	BSB / BHZ / BSB	NAC	sexta, 31 / 03 a 04 / 04	Assessorar a Secretária em reunião Anual do BID	700,87	4,5
SE	Valdomiro Luís de Sousa	BSB / SP / IAD / SP / BSB	INT	sábado, 22 a 29 / 04	Acompanhar a Sec.Executiva em evento em Washington	5.395,84	7,5
SE	Valdomiro Luís de Sousa	BSB / EZE / BSB	INT	feriado, 15 a 17 / 11	Assessorar a Senhora Secretária Executiva em reunião	1.661,66	2,5
SE	Verônica Gomes	BSB / LDB / BSB	NAC	feriado, 12 a 16 / 10	Participar do 3º Congresso paranaense de assistência social	707,55	6,5
SNAS	Vicente Faleiros	BSB / SÃO / BSB	NAC	sexta, 04 a 04 / 08	Participar do encontro entre o MDS e a PUC	116,81	0,5
SENARC	Zelia Bianchini	RIO / BSB / RIO	NAC	sexta, 13 / 01	Participar de reunião com a Casa Civil sobre Bolsa Família	126,76	0,5

### 3.4.7 Ajuda de Custo

No exercício de 2006, foi desembolsado o montante de R\$ 162.581,93 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e um três reais e noventa e três centavos) com ajuda de custo, nos termos do artigo 53 da Lei Nº 8.112, de 1990 e legislação complementar.

Mês	Exercício 2006
jan	0,00
fev	21.058,50
mar	27.421,50
abr	11.261,50
maio	12.837,10
Jun	39.542,66
Jul	0,00
Ago	17.563,90
Set	4.898,50
Out	0,00
Nov	12.051,17
Dez	15.974,10
Total	162.581,93

### 3.4.8 Formação do quadro efetivo do MDS

Através da PT 1367 / 2005 – DOU de 15 / 09 / 2005, foram redistribuídos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão-MP para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - 596 cargos, sendo que somente foi dada autorização para provimento de 200 cargos efetivos.



### **Concurso público**

Foi publicado pelo Ministério do Planejamento, no DOU do dia 26.12.2005 a Portaria nº 396/2005, que autoriza a realização de Concurso Público e o Provimento de 200 cargos, sendo 100 vagas para Agente Administrativo de nível intermediário e mais 100 vagas para o nível superior distribuídas nos cargos de administrador, arquivista, assistente social, bibliotecário, contador, economista, engenheiro, engenheiro agrônomo, psicólogo, pedagogo, técnico em comunicação social, estatístico, nutricionista, sociólogo, técnico em assuntos educacionais, técnico em nível superior e tradutor.

A Instituição organizadora contratada foi o CESPE, da Fundação Universidade de Brasília.

Através do Edital/CESPE nº 01 / 2006, publicado no Diário oficial a União 04 de abril de 2006, tornou publico o concurso público para o provimento de vagas em cargos de nível médio e de nível superior. Em 20 de junho de 2006, foi publicado o resultado final do certame e conseqüentemente efetivadas as nomeações. Até a dezembro de 2006 foram nomeados 167 candidatos, desse quantitativo tomaram posse 87 candidatos.

### **Processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicou a Portaria nº 36, de 21 de fevereiro de 2006, que autorizou o MDS a realizar processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado, de sessenta profissionais para atuação em projetos de capacitação técnica, implementados mediante acordos internacionais. Em 30 de março de 2006, foi assinado o Contrato nº2 / 2006, com a Fundação Universa, para a realização de processo seletivo simplificado.

Através do Edital/FUNIVERSA nº 01 / 2006, publicado no Diário oficial da União 04 de abril de 2006, tornou publico a realização do Processo Seletivo Simplificado para a contratação, por tempo determinado, de sessenta profissionais para atuação em projetos de cooperação técnica implementados mediante acordo Internacionais. Em 20 de junho de 2006, foi publicado o resultado final do certame e conseqüentemente efetivadas as contratações.

### **3.4.9 Plano de Saúde**

No exercício de 2006, foi ressarcido aos servidores que optaram por plano de saúde o valor total de R\$ 5.435,00 (cinco mil quatrocentos e trinta e cinco reais).

### **3.4.10 Capacitação**

Foram destinadas para 2006, a dotação orçamentária de R\$ 311.000,00 para as ações de capacitação deste Ministério, regida pela Portaria nº 176, de 11 de maio de 2006, que dispõe sobre a Capacitação dos Servidores Públicos em exercício no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As oportunidades de capacitação foram efetuadas, por inscrições de servidores em eventos promovidos por entidades externas. Houve participação em 33 eventos, entre os quais cursos, congressos, seminários e conferências.

Participaram de eventos na área gerencial e área técnica 246 (duzentos e quarenta e seis) servidores, sendo 50 (cinquenta) em um quadro de 434 cargos efetivos até julho, o que representa um percentual de 11,52%, e 198 (cento e noventa e oito) servidores de agosto a novembro, em um quadro de 533 cargos efetivos, o que representa 37,14% do total de servidores em exercício no MDS.

Os quadros a seguir demonstram as participações dos servidores por área de conhecimento.

### Área Gerencial

Observamos a participação de 199 servidores, sendo 21 (vinte e um) até o mês de julho o que representa um percentual de 4,83% do total de servidores em exercício no MDS (434 cargos) e 178 (cento e setenta e oito) servidores de agosto a novembro, o que representa um percentual de 33,39% do total de servidores em exercício no MDS em novembro (533 cargos), nos seguintes eventos:

- 434 cargos no início do ano
- 533 cargos tendo em vista a admissão de servidores aprovados em concurso público e processo seletivo para admissão de temporários, a partir de agosto.

### Recursos Humanos

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR R\$	Nº DE PARTIC
32º Congresso Nac. sobre Gestão de Pessoas	São Paulo / SP	22 / 08 / 06 à 25 / 08 / 06	ABRH	10.400,00	04
Encontro Anual de RH – 16º ENCONTRARH	Brasília / DF	19 / 09 / 06 à 21 / 09 / 04	ABRH / DF	850,00	01
Congresso Gestão de Pessoas-A nossa Aquarela é de Gente	Salvador / BA	05 / 10 / 06 à 06 / 10 / 06	ABRH / BA	1.340,00	02

### Políticas Públicas

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR R\$	Nº DE PARTIC
Oficina de Planejamento	Brasília / DF	03/ 02 / 06 à 04 / 02 / 06	ENAP	4.298,78	17
Oficina INDG	Brasília / DF		MDS	Sem Ônus	169

### Tecnologia Da Informação

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC
Conferência FOSS4G2006 – FRE AND OPEN SOURCE SOFTWARE FOR GEOINFORMATICS	Lausanne / Suíça	12 / 09 / 06 à 15 / 09 / 06	ASSOCIATION FOSS4G	620,00	01

### Assistência Social

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC
IV Congresso Ibero-Americano sobre Tecnologias de Apoio à Portadores de Deficiência IBERDISCAP / 2006	Vitória / ES	20 / 02 / 06 à 22 / 02 / 06	UFES	480,00	02
4º Congresso GIFE / 5 Mostra de Ação Voluntária Cidadania e Responsabilidade Social	Curitiba / PR	24 / 05 / 06 à 27 / 05 / 06	GIFE	495,00	01
Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social	São Paulo / SP	19 / 06 / 06 à 22 / 06 / 06	INSTITUTO ETHOS	2.010,00	01

### Administração

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC
III Fórum Brasileiro de Controle da Adm. Pública	Rio de Janeiro / RJ	07 / 08 / 06 à 08 / 08 / 06	Editora Fórum	990,00	01
V Fórum Brasileiro Sobre a Reforma do Estado	Minas Gerais	21 / 08 / 06 à 23 / 08 / 06	IBRE	580,00	01

### Área Técnica

Participaram dos treinamentos 48 servidores, sendo 26(vinte e seis) servidores até o mês de julho o que representa um percentual de 5,99% dos servidores em exercício no MDS (434 cargos)\*, e 22 (vinte e dois) servidores de agosto a novembro, o que representa um percentual de 4,12% dos servidores em exercício no mês de novembro no MDS (533 cargos). Os servidores participaram dos seguintes eventos:

### Tecnologia Da Informação

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC
Congresso SUN TECH DAYS	São Paulo / SP	11 / 04 / 06 à 12 / 04 / 06	Sun Tech Days	Sem Ônus	02
WEB DESIGNER	Brasília / DF	24 / 04 / 06 à 10 / 07 / 06	SENAC	1.020,00	01
Congresso Nac. de Auditoria de Sistemas, Segurança da Informação e Governança	São Paulo / SP	19 / 09 / 06 à 21 / 09 / 06	IDETI	680,00	01

### Orçamento

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC
Gestão para Resultados	Minas Gerais	12 / 07 / 06 à 21 / 07 / 06	INDG	780,00	01
XVII – Curso de Planejamento e Orçamento Público	Brasília / DF	04 / 09 / 06 à 08 / 12 / 06	ABOP – Assoc. Brasileira de Orçamento Público	4.500,00	02

### Administração

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC
Gestão Orçamentária e Financeira	Brasília / DF	20 / 03 / 06 à 31 / 03 / 06	ENAP	700,00	01
Gestão de Documentos –	Brasília / DF	08 / 05 / 06 à 09 / 05 /	JAD Assessoria e	7.200,00	12

Procedimentos de Protocolo		06	Planejamento		
Auditoria e Controle Interno no Setor Público	Brasília / DF	24 / 05 / 06 à 26 / 05 / 06	INFORWAP	3.600,00	03
Elaboração de Projetos	Brasília / DF	29 / 05 / 06 à 02 / 06 / 06	ENAP	1.000,00	02
Tomada de Contas Especial	Brasília / DF	19 / 06 / 06 à 20 / 06 / 06	ELO Consultoria	6.760,00	04
Gestão Integral de Convênios	Brasília / DF	24 / 07 / 06 à 28 / 07 / 06	ESAD	1.870,00	01
Contratos Convênios e as Novas Formas de Parceria da Adm. Pública	Brasília / DF	01 / 08 / 06 à 03 / 08 / 06	ZENITE	1.790,00	01
11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva	Rio de Janeiro / RJ	21 / 08 / 06 à 25 / 08 / 06	WFPHA e Associação Brasileira de Saúde Coletiva-ABRASCO	350,00	01
I Fórum Nac. de Gestão e Contabilidade	Minas Gerais	16 / 08 / 06 à 18 / 08 / 06	Conselho Federal de Contabilidade	250,00	01
Fiscalização de Contratos administrativos	Brasília / DF	31 / 08 / 06 à 01 / 09 / 06	IDEMP	5.520,00	06
Fórum em Contratação Direta	Fortaleza / CE	04 / 09 / 06 à 05 / 09 / 06	Editora FÓRUM	990,00	01
Análise de Processos Aplicada à Auditoria e Controles Internos	Brasília / DF	27 / 09 / 06 à 29 / 09 / 06	IDEMP	2.400,00	02
Licitações Recursos, Impug. E Pedidos de Esclarecimento: Ênfase no Pregão Eletrônico	Brasília / DF	29 / 09 / 06	ELO Consultoria	1.780,00	02
IV Curso de Tomada de Contas Especial	Brasília / DF	06 / 11 / 06 à 10 / 11 / 06	ABOP	1.600,00	01
XI Curso de SIAFI Gerencial	Brasília / DF	20 / 11 / 06 à 24 / 11 / 06	ABOP	1.100,00	01
WORKSHOP- Gestão de Pessoas por Competência	Brasília / DF	30 / 11 / 06	Escola de Negócios Conexões Educ. Empresarial	850,00	01

### Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação iniciados em 2005 tiveram continuidade estando alguns em fase de monografia.

Foram concedidas licenças para capacitação com o objetivo de elaboração da dissertação de mestrado, para:

NOME	CARGO	PERÍODO
Maria Lúcia Lopes da Silva	Assistente Social	a partir de 15 / 05 / 06
Camile Sahb Mesquita	EPPGG	01 / 12 / 06 à 01 / 07
Antônio Claret	EPPGG	a partir de 01 / 10 / 06

### Licença Para Aperfeiçoamento Profissional

Concedida licença para aperfeiçoamento profissional da servidora Daniella Matsunaga Sasaki.

## 3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMÁTICA

A Coordenação-Geral de Informática - CGI hoje se divide em 05 (cinco) áreas de atuação: Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sustentação de infraestrutura e Segurança da Rede de Computadores, Atendimento e Articulação Estratégica e Escritório de Projetos e Processos.

A área de **Desenvolvimento de Sistemas** executa, constrói e mantém sistemas onde são tratadas as informações e os processos do Ministério, tendo um grande envolvimento com as áreas finalísticas e quase sempre em longo prazo. Trabalhando em parceria com a equipe de desenvolvimento de sistemas esta a área de **Banco de Dados** que realiza os trabalhos que envolvem a definição, construção e manutenção das bases de dados que os sistemas desenvolvidos utilizarão.

Já os equipamentos, a tecnologia, comunicação de dados e segurança de acesso à rede de computadores do Ministério são mantidos pela área de **Suporte à Infraestrutura e Segurança da Rede de Computadores**.

A equipe de **Articulação e Atendimento Estratégico** efetua o atendimento aos usuários de microinformática e aos usuários dos sistemas do Ministério e finalmente o **Escritório de Projetos e Processos** efetua o controle, auditoria e gestão dos projetos e processos existentes na CGI.

Os serviços prestados pela Coordenação Geral de Informática têm suas atividades caracterizadas em 02 (dois) grandes grupos:

**Projetos:** atividades com duração certa, representados basicamente pelo desenvolvimento de sistemas, os quais, uma vez concluídos, geram necessidades de atividades continuadas de manutenção corretiva, avaliação de produtividade e auditoria.

**Processos contínuos:** de caráter permanente, como a análise, manutenção corretiva, auditoria e avaliação da produtividade dos sistemas, envolvendo: a importação, migração e administração das bases de dados; testes e colocações em produção de sistemas e de suas atualizações; produção de documentação dos sistemas, incluindo manuais dos usuários; o atendimento técnico dos usuários e a melhoria contínua dos processos.

### 3.5.1 Desenvolvimento de Sistemas

A Coordenação de Sistemas abrange o atendimento dos usuários e o desenvolvimento de novas soluções, tendo como competências e atribuições:

- Efetuar o levantamento, planejamento, execução, controle e avaliação das atividades de auditoria de sistemas;
- Normalização de procedimentos;
- Avaliação da efetiva produtividade dos sistemas corporativos do MDS;
- Desenvolvimento de sistemas de informação;
- Manutenção corretiva e/ou evolutiva do legado existente e apoio às demais áreas da CGI.

Em 2006 ocorreu um grande esforço no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas corporativos necessários ao suporte das atividades do MDS, especialmente as finalísticas, os quais se encontram elencados a seguir, agrupados por área:

### 3.5.2 Assistência Social

**Rede SUAS:** A Rede SUAS é composta por um conjunto de sistemas de informações para suportar o Serviço Único da Assistência Social – SUAS, atendendo os preceitos da Política Nacional de Assistência Social e as definições da Norma Operacional Básica – NOB 2005. Os sistemas da rede visam atender os preceitos legais, com a integração de vários sistemas e bases de informação. A Coordenação desta rede atua junto à SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social, transformando as definições dos órgãos gestores em projetos de sistemas. Alguns sistemas da fase 1 da rede foram desenvolvidos, outros foram planejados e iniciados no ano de 2006. A seguir descrevemos os sistemas que comportam a Rede SUAS:

**SUASweb:** neste sistema os Estados e Municípios preenchem informações necessárias para a execução das políticas sociais e dados para possibilitar ao MDS a transferência de recursos do Fundo Federal ao Fundo Municipal. Este sistema evolui, considerando as mudanças que ocorrem na legislação e tem como diretriz a Norma Operacional Básica – NOB 2005. Houve incrementos significativos neste sistema no ano de 2006.

**CadSUAS:** Alguns módulos foram implementados em anos anteriores, porém o sistema necessitou de aprimoramentos, os quais foram planejados e o desenvolvimento destas evoluções iniciaram no ano de 2006. Este sistema é um cadastro central de informações sobre os órgãos e entidades que executam a assistência social no país. O CadSUAS irá gerenciar os dados de forma centralizada e será alimentado pelos estados e municípios. O sistema aprimorado entrará em funcionamento no ano de 2007.

**InfoSUAS:** com interface interativa para uso público via internet, é voltado à apresentação de informações gerenciais sobre a execução financeira dos repasses fundo a fundo realizados pelo FNAS. Além dos relatórios disponibilizados, outros poderão ser construídos pelo usuário, com várias visões para o repasse financeiro. Permite a importação de dados em vários formatos e lê dados em um Data Mart construído para tal finalidade. Entrou em funcionamento efetivo no ano de 2006.

**SigSUAS:** sistema com informações gerenciais para o registro por Prefeituras e Estados de informações sobre a realização das ações sociais executadas com os recursos transferidos fundo a fundo pelo FNAS. O sistema será alimentado mensalmente com dados financeiros e relativos ao alcance das metas pactuadas. O desenvolvimento do sistema iniciou no ano de 2006 e o mesmo entrará em funcionamento no ano de 2007.

**GeoSUAS:** sistema da Rede SUAS desenvolvido em parceria com a Funcate/Inpe para processar indicadores da assistência social e outros indicadores sócio-econômicos tendo a possibilidade de gerar relatórios e mapas temáticos. Este aplicativos lê as informações no Data Mart construído para o InfoSUAS, tendo seus dados integrados com aquela aplicação. Entrou em funcionamento no ano de 2006.

**SIAFASweb:** Este sistema desenvolvido pela FGV era o responsável em apoiar a execução orçamentária e financeira das transferências fundo a fundo desde o ano de 2003. O SIAFASweb sofreu várias intervenções técnicas, visando melhorar sua performance e confiabilidade, continuando em operação apenas para as transferências fundo a fundo de repasses pendentes até a competência agosto/2005.

**SICNAS:** Sistema de Controle do Conselho Nacional de Assistência Social. Atualmente o CNAS é servido por sistemas mantidos pela Dataprev. Porém estes sistemas estão defasados e muitas das necessidades do CNAS não são atendidas pela plataforma atual. No ano de 2006 foi iniciado o projeto do referido sistema que entrará em funcionamento no ano de 2007.

Visando otimizar sistemas que serão utilizados pela Assistência Social e considerando a existência de similares desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, foi negociado junto aquele Ministério a cessão de 03 (três) sistemas, descritos a seguir. Os mesmos passaram por avaliação conjunta (MDS/MS), executando-se as customizações necessárias, a integração com outros sistemas, a migração de dados e a sua efetiva implantação; encontrando-se os mesmos em produção.

**SISFAF:** é o sistema de transferência de recursos do fundo federal ao fundo municipal para o repasse dos recursos do FNAS relativos às ações continuadas, substituindo o SIAFASweb, onde entrou em funcionamento de forma efetiva no ano de 2005 com funcionamento normal durante todo o ano de 2006.

**SIAORC:** sistema para a gestão orçamentária dos recursos geridos pelo FNAS, entrou em produção em 2005, mas com incrementos no funcionamento no ano de 2006.

**SISCON:** sistema para a gestão de convênios, entrou em funcionamento efetivo no ano de 2006.

**PORTAL REDE SUAS:** Gerenciador de conteúdo no ambiente Zope/Plone provendo a possibilidade de gestão das páginas pelo próprio cliente e pela Assessoria de Comunicação - ASCOM, provendo diversos componentes como Fórum, Chat, Enquete, Email, Busca, Notícias, Eventos etc. disponibilizado no ambiente Internet. Entrou em funcionamento no ano de 2006.



**EMENDAS 2005:** sistema de gestão e pagamento de emendas parlamentares relativas ao ano de 2005.

**SISPETI (Condicionalidades):** controla a transferência do recurso federal - PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil pelo programa Bolsa Família da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, com desenvolvimento no ano de 2006 e entrada efetiva em funcionamento no ano de 2007.

### 3.5.3 Segurança Alimentar

**SISPAA:** sistema para gerenciar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Visa controlar a execução do programa pelos Estados e Municípios, desde a etapa de aquisição até a distribuição dos alimentos. O desenvolvimento perdurou o ano de 2006, com ajustes e incremento, mas com previsão de entrada em funcionamento efetiva no ano de 2007.

**SISPAA Leite:** sistema para o controle do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Leite. Entrou em funcionamento efetivo no ano de 2006.

**Cisternas:** sistema para o controle da instalação das cisternas. Entrou em funcionamento efetivo no ano de 2006.

**Apresentação de Propostas:** sistema desenvolvido para o pré-cadastramento dos projetos, por meio de um formulário eletrônico com anexos, a serem encaminhados pelos Consads à SESAN. Os projetos encaminhados serão direcionados às caixas de e-mails institucionais. O aplicativo foi disponibilizado no Portal do MDS e utilizado no ano de 2006.

### 3.5.4 Articulação Institucional e Parcerias

**Sistema para acompanhamento de Parcerias:** sistema Gestão de Parceiros da SAIP possui o objetivo de prover à SAIP maior efetividade na gestão de seus parceiros doadores e beneficiários finais, bem como o controle dos produtos doados / em estoque / distribuídos. A concepção do sistema foi iniciada no ano de 2006, onde o MDS buscou conhecer outras soluções similares como o sistema da CEASA-MG e o sistema de gestão de recursos sociais do Banco do Brasil.

### 3.5.5 Gabinete do Ministro

**SIGAB:** desenvolvido para que a assessoria do gabinete acompanhe o andamento e atendimento de suas solicitações às diversas áreas do Ministério. Foi desenvolvido no ano de 2005, com incrementos no ano de 2006, devendo entrar em funcionamento no ano de 2007.

**SISDOC:** sistema desenvolvido para que a Assessoria do Fome Zero, ligada ao Gabinete do Ministro, possa acompanhar e controlar a tramitação de documentos nas diversas áreas do Ministério. Entrou em funcionamento no ano de 2006.

**OpenGroupware:** tem a finalidade de realizar o controle de agenda e foi customizado sobre um software de plataforma livre, visando o atendimento de uma

demanda proveniente do Gabinete do Ministro. A solução não atendeu a necessidade plena da agenda do Ministro, de forma que não foi utilizado.

**PORTAL FOME ZERO:** sistema de Gestão de Conteúdo do Sítio do Fome Zero Sítio do Fome Zero para disponibilização de informações e serviços para a população em geral via Web. Foi desenvolvido e entrou em funcionamento efetivo no ano de 2006.

**SIAIN:** sistema de Acompanhamento Internacional Sistema de Acompanhamento e Controle de programas de cooperação e acordo de empréstimos que o MDS mantém junto aos órgãos internacionais como PNUD, BID, Banco Mundial, etc.. Desenvolvimento iniciado no ano de 2006, mas entrará em funcionamento efetivo no ano de 2007.

**SAP:** sistema de Assessoria Política Sistema de cadastro de informações políticas gerenciado pela Assessoria Política do gabinete do Ministro do MDS, desenvolvido no ano de 2006.

**SISCONJUR:** sistema de Protocolo, solução desenvolvida pela CONJUR , controla a tramitação dos processos dentro da área, sustentado pela CGI, desenvolvido no ano de 2006.

### 3.5.6 Comunicação

**Intranet:** A página eletrônica na intranet foi implementada em duas fases: a primeira como um site estático construído com algumas funcionalidades como publicadores de notícias. No segundo momento, foi adotada a plataforma Zope/Plone, com o desenvolvimento de recursos mais sofisticados para o gerenciamento de conteúdo, inclusive com a integração ao diretório de autenticação dos usuários do MDS. O layout e a criação das interfaces da intranet são desenvolvidas com a supervisão da Ascom – Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro. A intranet foi desenvolvida e entrou em funcionamento no final do ano de 2005, tendo sido utilizada durante todo o ano de 2006. O uso da intranet possibilitou avanços na comunicação institucional tendo sido um ponto único para comunicação e divulgação de informações.

**Manutenção do site mds.gov.br:** em conjunto com a Ascom – Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, a CGI desenvolve as interfaces do Sítio com propostas de layout e componentes. Hoje seu conteúdo é gerenciado pela Ascom. - - Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro. No ano de 2006 o site do MDS na internet foi migrado para a plataforma zope/plone, tendo tido grande incremento de funcionalidades. Com o uso da plataforma zope/plone o publicador de notícias para a internet não mais foi necessário.

**Mala Direta:** desenvolvido inicialmente para o Gabinete do Ministro, com posterior uso pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro – ASCOM para processar o envio de mensagens e impressão de etiquetas e documentos de mala direta. Foram agregados aplicativos destinados à atualização e limpeza da base de dados. Está sendo utilizado para o envio de informações para divulgação do MDS na mídia em geral. No ano de 2006 houve incremento nas funcionalidades deste sistema.

**Registro de Contatos via Sítio do MDS:** desenvolvido para o registro de contatos (participantes de eventos do MDS) pela área de eventos da Ascom, possibilitando a posterior comunicação do Ministério com tais pessoas, foi utilizado no ano de 2006.

### 3.5.7 Ouvidoria

**SisOuvidoria:** desenvolvido para o acompanhamento pela Ouvidoria do Ministério, do atendimento das ocorrências registradas no sistema. O sistema foi implantado no ano de 2006, estando em uso pela equipe da Ouvidoria que utiliza o referido sistema para registrar as ocorrências da área.

### 3.5.8 Recursos Humanos e Logística

**SCDP:** sistema de concessão de diárias e passagens, que tem como gestor o Ministério do Planejamento e está em fase de negociação com o MDS. Apresentações do aplicativo já foram realizadas para a CGRH e CGI. O referido sistema não foi utilizado no ano de 2006, porém com previsão para uso no ano de 2007.

**Folha de Ponto:** criado com a finalidade de emitir as folhas de ponto dos servidores do MDS. Tem como plataforma ASP / Banco Access e encontra-se em funcionamento desde o ano de 2004, integrado com as funcionalidades da intranet do MDS.

**SISPROTOCOLO:** Sistema de Protocolo Unificado do MDS Sistema para a gestão de fluxo de documentos do MDS. No ano de 2006, foram iniciados os entendimentos com o Ministério da Justiça para a absorção deste sistema.

**SISRH:** visa adequar e implantar o sistema de recursos humanos, que faz parte de uma suíte de aplicativos integrados, cedidos pelo Ministério da Justiça. O sistema deverá atender a necessidade do MDS, automatizando os procedimentos de RH e servirá de base de informações para o sistema SisProtocolo. No ano de 2006, foram iniciados os entendimentos com o Ministério da Justiça para a absorção deste sistema.

**SIGEO:** Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional terá como função principal à manutenção dos dados sobre a estrutura organizacional e hierárquica das várias unidades de negócio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A estrutura organizacional mantida pelo SIGEO deverá ser compartilhada por grande parte dos sistemas do Ministério. No ano de 2006, foram iniciados os entendimentos com o Ministério da Justiça para a absorção deste sistema.

**Sistema de Controle de Almoxarifado e Patrimônio – LinkData:** sistema de Gestão de Informações de almoxarifado e patrimônio, em funcionamento desde o ano de 2005.

### 3.5.9 Sistemas de Apoio a Tecnologia da Informação

**Criação do Ambiente de Desenvolvimento Rápido:** este projeto definiu os padrões abertos e ferramentas de desenvolvimento de sistemas de plataforma livre para a montagem de um ambiente de implementação mais produtivo e que atenda às exigências governamentais, como a adesão aos padrões de interoperabilidade (e-ping). Concluído, este projeto serviu para no ano de 2006 criar uma base de padrões adotados pelos núcleos de TI do MDS.

**Dot Project:** sistema de gerenciamento de projetos, implantado para o controle das atividades desenvolvidas pela equipe de desenvolvimento, como um repositório único de informações para fornecer uma visão do andamento dos projetos / atividades para as coordenações / gestores do MDS. No ano de 2006 o sistema foi customizado para uso no MDS.

**MyHelpDesk:** o sistema foi customizado sobre um software de plataforma livre para responder à necessidade de maior controle e qualidade do atendimento das demandas de help desk encaminhadas pelos usuários do MDS. Entrou em funcionamento no ano de 2006.

**SAA - Sistema de Autorização e Autenticação:** Criado para unificar o acesso aos usuários de sistemas do MDS aos sistemas informatizados. O desenvolvimento foi iniciado no ano de 2006, com previsão de entrada em funcionamento no ano de 2007.

**Central de Sistemas:** sistema que centralizará o acesso a grande parte das aplicações disponíveis pelo Ministério para diversos público, provendo serviços relacionados a esses sistemas. Desenvolvimento iniciado no ano de 2006.

**Auditoria de Dados:** Ferramenta que possibilita um acompanhamento e controle de acesso e atualização as operações que ocorrem nas bases de dados, possibilitando um acompanhamento e histórico das operações efetuadas em dados.

### 3.5.10 Suporte à Infra-estrutura

A área de infra-estrutura compreende a administração e manutenção das atividades de rede, dos servidores e das estações de trabalho, incluindo o suporte técnico às negociações com prestadores de serviços e todo o processo de atendimento aos usuários de micro-computadores.

Foi implantado o sistema **CACIC - CONTROLE E MONITORAMENTO DO PARQUE COMPUTACIONAL DO MDS** disponibilizado pelo Ministério do Planejamento que permite inventariar o parque computacional do MDS em tempo real, a fim de garantir as padronizações de instalação e alerta imediato da ocorrência de problemas. A conclusão do inventário permite o planejamento da atualização tecnológica necessária às atividades do Ministério, com uso durante o ano de 2006.

Para o monitoramento dos links e recursos de rede, foi implementada solução, com alertas e garantia de quantidade de tráfego. Foram realizados estudos e análises para adequação dos links e da infra-estrutura do tráfego de dados necessário às atividades do Ministério.

Acordou-se junto a Dataprev, prestador de serviços do Ministério, alternativas técnicas (atualização/ajustes de sistema operacional e documentação) que permitissem o melhor gerenciamento e gestão do ambiente e serviços pela CGI .

No ano de 2006 foram adquiridos 300 (trezentos) microcomputadores para a modernização do parque tecnológico de microinformática. A estrutura de rede foi modernizada com equipamentos adquiridos no ano de 2005. Também foi iniciado a aquisição de equipamentos servidores para melhorar a performance dos sistemas.

Foi efetuada a migração de servidores para o bloco A da Esplanada dos Ministérios, com uma sala climatizada, para o melhor funcionamento dos mesmos. Inicialmente, a referida sala hospedará equipamentos para atividades da SAGI, SENARC e da CGI.

Visando ampliar a segurança e performance da rede do MDS, foi iniciada em 2006 solução de controle de acesso a sítios e serviços da internet, de forma a monitorar o acesso dos usuários.

O atendimento aos usuários passou por uma reestruturação completa que permitiu um maior controle das atividades realizadas pela CGI, adotando-se uma nova rotina de trabalho, otimizando as rotinas de atendimento.

### **3.6 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

A Assessoria de Comunicação, ASCOM, a partir das orientações e decisões no âmbito da gestão, é responsável pelas diretrizes do MDS no relacionamento com a mídia e com os públicos com quem o relacionamento próximo é fundamental para o pleno funcionamento das políticas e programas: prefeitos, secretários de assistência social, saúde, educação, beneficiários, formadores de opinião e movimento social, entre outros, são interlocutores fundamentais para que a implementação de políticas e programas gere resultados positivos para o país. Desde a sua fundação, em 2004, junto com o começo do MDS, a ASCOM enfrenta o desafio da sua estruturação de pessoal e instalação física, porém, aos poucos, as demanda e as necessidades estão sendo atendidas.

Suas atividades durante o ano de 2006 foram regidas pela legislação pertinente ao período eleitoral, especialmente no que se refere a realização de campanhas publicitárias e eventos e parte das ações de imprensa e internet. Seu funcionamento cotidiano deu continuidade à dinâmica de trabalho em vigor e esteve baseado em dois núcleos de atuação, ambos orientados para a produção de conteúdos de utilidade pública: o núcleo de “Informação”, envolvendo diretamente os setores de imprensa e internet, relacionados à apuração, realização e circulação de notícias, e o núcleo de “produção”, reunindo os setores de publicidade e eventos, responsáveis pela circulação ampla das informações, com abordagens distintas para os diferentes públicos.

Deve-se destacar que a ação orçamentária que custeia a os gastos com publicidade de utilidade pública do Ministério é a 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, cuja dotação foi de R\$ 8,55 milhões e que foram liquidados o montante de R\$ 8,0 milhões.

A seguir, um breve relato destas atividades realizadas no último ano.

#### ASCOM – MDS

<b>NÚCLEO</b>	<b>COMPOSIÇÃO</b>
<b>Informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessoria de Imprensa</li> <li>• Divisão de Internet</li> </ul>
<b>Produção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação de Publicidade</li> <li>• Coordenação de Eventos</li> </ul>

### 3.6.1 Informação - Assessoria de Imprensa e Coordenação de Internet

A Assessoria de Imprensa trabalha articulada com a Coordenação de Internet e ambas têm a responsabilidade de garantir que a sociedade tenha acesso às notícias do MDS de modo imediato, não só divulgando notícias diretamente relacionadas aos programas, mas também promovendo temas, conceitos, debates que estão na pauta da política social. O produto do trabalho dos assessores de imprensa, embora possa ser relatado numa perspectiva quantitativa, com o de toda a Assessoria de Comunicação, precisa ser mensurado em termos qualitativos também.

Em 2006, além das suas atividades diárias de atendimento de jornalistas, esclarecimentos de dúvidas, articulação das redações com gestores do ministério, a Assessoria de Imprensa e a Coordenação de Internet realizaram reportagens, entrevistas e coberturas especiais, entre outros, não só voltadas para o público externo, mas também para o público interno, os servidores, por meio da Intranet:

- a. **Coberturas especiais:** em função do período eleitoral, a Assessoria de Imprensa prestou atendimento a mais de 16 correspondentes estrangeiros interessados em conhecer os programas sociais do governo federal. Foram agendadas entrevistas, passadas informações, indicados locais de filmagem e entrevista etc. Além disso, trabalhamos a divulgação nacional e regional de assuntos importantes como Expansão dos Cras e dos Creas, Liberação de verbas para construção de Cras indígena, Lançamento da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) sobre Assistência Social, Integração do Peti ao Programa Bolsa Família, Campanha de atualização cadastral do Bolsa Família, Envio das agendas aos beneficiários do Bolsa Família, Troca e envio de cartões dos programas remanescentes e do Bolsa Família, divulgação mensal do repasse do IGD para prefeituras que executam bem o Bolsa Família, Início do acordo com a Coelba (troca de galadeiras na Bahia e tarifa social), início de bloqueio por descumprimento de condicionalidades no Bolsa Família; Divulgação de iniciativas municipais implementadas com recursos do IGD; Divulgação das capacitações ocorridas nas capitais dos estados em novembro e dezembro, divulgação das cartilhas da Emília, Liberação de recursos do PAA Leite e aumento do teto pago a agricultores do PAA; sanção da Losan, Encontros dos Consads, Edital de Cozinhas Comunitárias, Participação do ministro Patrus Ananias no Fórum do BID, em Washington e Balanço do monitoramento do BID a programas do MDS
- b. **Reportagens especiais:** A partir da viagem de uma dupla de jornalista e fotógrafo da Assessoria de Imprensa foram produzidas mais de 15 matérias especiais relatando programas do MDS em várias partes do país. Também foram produzidas matérias especiais sobre Bolsa Família em Nova Iorque, Três anos do Bolsa Família, Dia das Crianças, Banco de Alimentos em Diadema, Imprensa Internacional dando destaque a programas sociais brasileiros, Cooperativa de Alimentos em Lauro de Freitas, Relatório da FAO sobre o Fome Zero, Execução orçamentária do MDS
- c. **Cobertura de Eventos:** A partir da realização de eventos, a assessoria de imprensa elaborou planos de comunicação que incluíram elaboração de artigos, agendamento de entrevistas, aviso de pauta, matéria de cobertura. Entre os eventos com este tratamento em 2006 destacam-se:

Encontro sobre População em Situação de Rua, Encontro dos coordenadores de Cras, Assinatura da Carta de Acordo MDS/PNUD - 38 instituições de ensino superior receberão recursos federais para projetos de inclusão produtiva para jovens; Encontros regionais do BPC, Posse do novo presidente do CNAS, Entrevista Coletiva sobre correção da faixa de renda dos beneficiários do Bolsa Família, Entrevista Coletiva sobre a criação do IGD (Índice de Gestão Descentralizada), que calcula repasse para os municípios investir na gestão do Bolsa de acordo com o desempenho; Entrevista Coletiva sobre o cumprimento da meta de 11,1 milhões de famílias atendidas pelo PBF, Seminário com resultado do prêmio de Boas práticas do Bolsa Família, Semana de Alimentação; Divulgação da Pesquisa Domiciliar, realizada pelo Instituto Polis, com beneficiários do Bolsa Família; Divulgação de suplemento da Pnad sobre transferência de renda, Divulgação da Avaliação Nutricional de crianças do semi-árido e assentamentos, 38º Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (Fonseas), divulgação do relatório da OIT sobre combate ao trabalho infantil, 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas; Divulgação do suplemento de Segurança Alimentar da Pnad, assinatura de Convênio com o Banco Mundial e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para avaliar o Bolsa Família; Encontro dos parceiros do Fome Zero; Divulgação da pesquisa sobre melhoria na alimentação dos beneficiários do Bolsa Família; 32ª Conferência Internacional de Bem-Estar Social; Parceria MDS e Movimento Brasil Competitivo (MBC); Avaliação nutricional de crianças quilombolas; Divulgação da redução da taxa de pobreza no Brasil, calculada pela Fundação Getúlio Vargas; Assinatura do decreto presidencial que institui a separação de resíduos recicláveis em órgão e entidades da administração pública e sua destinação para associações e cooperativas de catadores.

Também foram elaborados os produtos editoriais que garantem o aprofundamento da informação e teleconferências :

- a. **Boletim Impresso:** publicação de boletim impresso bimestral, em duas páginas, com notícias do Ministério; suspenso durante período eleitoral
- b. **Boletim Online Semanal:** elaboração de boletim semanal, encaminhada por e-mail ao mailing do MDS, com notícias do Ministério; suspenso durante período eleitoral
- c. **Boletim MDS em Debate:** divulgação de artigos formatados em e-mail e encaminhados à lista de mailing do MDS; suspenso durante período eleitoral
- d. **Releases:** produção de releases com notícias do Ministério, para publicação no site do MDS e divulgação para mídia nacional e regional;
- e. **Teleconferências:** organização e realização de teleconferências e vídeo conferências, com transmissão pela Radiobrás e TV do Banco do Brasil, detalhando programas do MDS e informações para gestores. Foram quatro teleconferências tratando de SuasWeb, Consads e SUAS.
- f. **Artigos:** produção, revisão e distribuição de artigos do ministro e demais autoridades do Ministério.

Entre estas ações, a Coordenação de Internet foi diretamente responsável pelas seguintes ações:

- a. Reformulação gráfica do Portal MDS e migração de todo o conteúdo (07/06);
- b. Reformulação gráfica e editorial da intranet do MDS (lançada em 11/06);
- c. Reformulação gráfica e editorial do Portal Fome Zero (lançado em 08/06);
- d. Produção de matérias para a intranet do Ministério (5 a 7 por semana);
- e. Produção de matérias especiais para os Portais Fome Zero e MDS;
- f. Desenvolvimento de layout dos sites SUAS e Bolsa Família;
- g. Publicação de matérias, arquivos e documentos, além de manutenção de links nos Portais MDS e Fome Zero (cerca de 30 demandas/dia);
- h. Criação de banners para o Portal MDS (3 a 5/mês);
- i. Criação do Hot Site Prêmio Bolsa Família (06/06);
- j. Criação do Hot Site Parcerias por um Brasil Mais Justo (05/06);
- k. Criação do Hot Site Encontro Consad (12/06);

### 3.6.2 Produção – Coordenação de Publicidade e Coordenação de Eventos

Por causa das restrições da lei eleitoral, somente os eventos previamente autorizados pelo TSE puderam ser realizados. Para a aprovação das demandas, a Coordenação de Eventos contou com o suporte jurídico do MDS e da Secom/ PR. Durante o ano de 2006, foram realizados os seguintes eventos:

**Fóruns MDS** - Foram realizados dez fóruns nas seguintes datas: 09/03, 06/04, 04/05, 01/06, 06/07, 03/08, 14/09, 05/10, 9/11, 14/12, com o apoio operacional do Departamento de Relações Públicas e Eventos.

**Lançamento oficial do convênio do MDS com a EMATER/RJ (projeto de piscicultura)** - Projeto CONSAD RIO SUL. O evento aconteceu no dia 08 de março, em Vassouras / RJ. Foi coordenado pela SESAN, o departamento de eventos enviou material para ser distribuído no local.

**Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS**, a ser realizada em Belém/PA, na 2ª quinzena de março. O MDS teve um estande, onde colocamos apenas computadores, para que os participantes consultassem o SUAS WEB e demais programas do MDS.

**Seminário Técnico de Programas de Alimentação e Nutrição – Banco de Alimentos e Cozinhas Comunitárias – SESAN** – O evento teve o objetivo de orientar os selecionados em edital público sobre a elaboração de peças (plano de trabalho e projeto técnico) e próximos passos para a celebração de convênio. O evento aconteceu em Brasília, no Corporate Center, nos dias 16 e 17 de março, com a coordenação do departamento de eventos e materiais produzidos pelo MDS. Este ano com ajuda da ASCOM para a formulação no termo de referência o seminário aconteceu sem nenhum contratempo.

**Seminário Internacional - SAGI** - Evento pra mostrar os resultados da pesquisa realizada pela CEDEPLA (UFMG), o evento será financiado pelo Banco Mundial. O evento aconteceu 27 e 28 de abril de 2006 em Brasília.



**Lançamento da Cartilha BPC – Benefício de Prestação Continuada** – O lançamento aconteceu em São Paulo, o departamento de eventos acompanhou o evento, que teve a participação do ministro.

**Reunião de integração dos programas e ações de desenvolvimento social nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita e Japuri.** O evento aconteceu nos dias 16 e 17 de fevereiro, na Baixada Fluminense – Rio de Janeiro. – SAIP. O departamento de eventos enviou material para a reunião.

**Capacitação dos Coordenadores (agentes municipais de desenvolvimento local e gestores locais) do Estado do Acre.** A capacitação aconteceu dos 20 a 22 de fevereiro, no Acre. – SAIP. O departamento de eventos disponibilizou material e banners para o evento.

**Encontro preparatório com representantes do governo local** – 09 municípios integrantes da Serra das Confusões, Comitê gestor, MDS e demais parceiros. – O encontro aconteceu em Teresina – PI, dos dias 20 a 22 de fevereiro. – SAIP. O departamento de eventos deu suporte com o envio de materiais e banners para o evento.

**Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural** – O evento que conta com a parceria da FAO/ONU, aconteceu em Porto Alegre dos dias 6 a 8 de março. – SAIP. O MDS teve um estande de 20 m<sup>2</sup>, onde colocamos uma TV com vídeo e DVD para a inserção de vídeos do MDS e colocamos a disposição dos participantes materiais com: Revista Fome Zero, Boletins Informativos. Uma observação a ser feita, foi a falta de pessoas das áreas técnicas do MDS e de material bilíngüe, já que o evento era internacional.

**Capacitação dos Coordenadores (agentes municipais de desenvolvimento local e gestores locais) das cidades satélites do DF** – A capacitação aconteceu de 6 a 10 de março, em Brasília. – SAIP.

**Missão à Itália para conhecer as experiências em Geração de Trabalho e Renda e negociar os projetos específicos.** O encontro aconteceu nos dias 7 a 15 de março. – SAIP. O departamento de eventos enviou material trilingue para o encontro.

**Encontro Internacional do Nordeste do Brasil** – Encontro promovido pelo Instituto Ethos, o evento aconteceu em Recife – PE, de 8 a 10 de março. – SAIP. O departamento de eventos enviou as publicações do MDS.

**Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8) - SESAN** - Período: 20 a 31 de março de 2006. Local: Curitiba (PR). O MDA ofereceu espaço em seu local para o MDS, onde colocamos as publicações do ministério. O departamento de eventos enviou as publicações do MDS.

**Festival Nacional de Gastronomia** – Evento promovido pela Abrasel. O MDS participou promovendo o FOME ZERO. O festival aconteceu em Brasília, de 17 de março a 23 de abril. - SAIP

**Capacitação dos Coordenadores (agentes municipais de desenvolvimento local e gestores locais) de municípios do Estado de Pernambuco** – A capacitação aconteceu de 13 a 17 de março em Recife. – SAIP. Enviamos publicações do MDS.

**Capacitação dos Coordenadores (agentes municipais de desenvolvimento local e gestores locais)** – A capacitação aconteceu de 22 a 24 de março em Juazeiro do Norte – CE. – SAIP. Enviamos materiais do MDS.

**Seminário Regional – capacitação sobre a Política Pública** – O seminário aconteceu de 22 a 24 de março em Maceió-AL. – SAIP. O departamento de eventos enviou publicações do MDS.

**ABM - Comemoração dos 60 anos da Associação Brasileira de Municípios** – O evento, que aconteceu nos dias 27 a 29 de março no Hotel Nacional em Brasília, contou com a presença do presidente Lula na abertura, dia 27 de março às 14 horas. O MDS teve um estande de 9m<sup>2</sup> no local, onde foi distribuído além dos materiais do MDS (Revista Fome, Boletim Informativo, Guia dos Prefeitos, materiais SESAN e SNAS), o documento da SAGI, contendo o perfil de cada prefeitura.

**Seminário Internacional de Engenharia e Saúde Pública** – Evento com a parceria da Funasa, visou apresentar projetos de trabalho e renda para catadores de materiais recicláveis. Aconteceu no dia 28 de março em Fortaleza – CE. – SAIP. O departamento de eventos enviou materiais do MDS.

**Capacitação dos Coordenadores (agentes municipais de desenvolvimento local e gestores locais)** – A capacitação aconteceu no mês de março em Sobral – CE. – SAIP. O departamento de eventos deu suporte com o envio de materiais e banners para o evento.

**Oficina da Rede de Tecnologia Social no SE** – A oficina tem como objetivo conhecer e integrar a RTS, as instituições localizadas no semi-árido. Aconteceu em março. – SAIP. O departamento de eventos deu suporte com o envio de materiais e banners para o evento.

**Oficina da Rede de Tecnologia Social na região Sudeste (ABONG)** - A oficina tem como objetivo conhecer e integrar a RTS, as instituições localizadas nas regiões metropolitanas do Sudeste. Aconteceu em março. – SAIP. O departamento de eventos deu suporte com o envio de materiais e banners para o evento.

**Seminário Regional – capacitação sobre a política pública** – Aconteceu em Belo Horizonte, de 18 a 20 abril. – SAIP. O departamento de eventos enviou publicações e banners para o evento.

**Oficina da Rede de Tecnologia Social na região Norte (GTA)** - A oficina tem como objetivo conhecer e integrar à RTS, as instituições localizadas na Amazônia Legal. Aconteceu em abril, em Manaus. – SAIP. O departamento de eventos enviou publicações e banners para o evento.

No que se refere às ações de comunicação publicitária, o impacto da legislação eleitoral foi maior e mais direto. Assim, foram retirados do Portal do MDS todas as peças publicitárias, bem como os arquivos e manuais de utilização das marcas do Governo Federal, peças gráficas e eletrônicas.

Também foi necessária uma articulação direta da Coordenação de Publicidade com as Secretarias, especialmente a SESAN, para a orientação aos produtores e parceiros sobre a proibição do uso de marcas do Governo Federal em unidades móveis, embalagens e fachadas, realizadas em parceria com o MDS. Atualmente, todos os materiais publicitários do MDS estão disponíveis na rede mundial de computadores, no endereço [www.mds.gov.br/publicidade](http://www.mds.gov.br/publicidade).

Foram criadas, produzidas e veiculadas quatro campanhas no primeiro semestre de 2006:

**Bolsa Família – “Milhões de desenhos”**

**Objetivo:** Informar e mobilizar a população beneficiada para o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação do programa Bolsa Família e informar e mobilizar a sociedade para o importante trabalho de controle social, para garantir que os recursos públicos sejam plenamente investidos naquilo a que se destinam.

#### **BPC – “Viver com dignidade é um direito seu”**

**Objetivo:** Campanha inédita de utilidade pública voltada para o esclarecimento não só dos beneficiários, mas também da população, sobre os direitos da pessoa idosa e das pessoas com necessidades especiais, de acordo com os critérios do Benefício de Prestação Continuada, um benefício assistencial garantido por lei. A campanha, alinhada com a distribuição da “Cartilha do BPC” configurou-se em um importante instrumento de apoio para o impedimento da ação de “atravessadores” que, explorando pessoas idosas e com necessidades especiais, exigem pagamento para encaminhar a documentação de requisição, em um processo que é, por lei, gratuito e sem burocracias.

#### **Fome Zero – “Participe das ações do Fome Zero no seu município. O Brasil está vencendo a fome.”**

**Objetivo:** Composta por 2 filmes, intitulados “Desnutrição” e “Combate à pobreza”, esta campanha teve como objetivo mobilizar os gestores locais e os movimentos sociais, para a continuidade do trabalho que realizam na implementação dos programas de combate à fome, solicitando que conheçam e localizem os beneficiários que precisam e têm direito a estes programas. Os gestores precisavam estudar os índices das pesquisas PNAD e Chamada Nutricional para dar seguimento ao seu trabalho na localidade.

#### 4. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A SAGI tem como finalidade a geração e disseminação de informações que auxiliem no acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais a cargo do MDS. As ações a cargo da SAGI constam do Programa de Trabalho 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ações 6877 Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e 4923 Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estas Ações tratam da realização de estudos e pesquisas, bem como da capacitação dos gestores e técnicos dessas políticas, nas três esferas de governo, elencadas a seguir:

R\$ 1,00

Programa / Ação	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	<b>15.992.961</b>	<b>16.032.801</b>	<b>14.461.477</b>	<b>14.461.477</b>	<b>14.283.277</b>
4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	8.482.050	8.521.890	7.120.566	7.120.566	6.942.366
6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.510.911	7.510.911	7.340.911	7.340.911	7.340.911

Essas atividades são executadas por meio dos Projetos PNUD BRA 04/2006 – Fortalecimento Institucional da SAGI/MDS e FAO UTF/BRA/064/BRA – Apoio à Implementação e ao Alcance de Resultados do Programa Fome Zero. Desta forma, todas as atividades concluídas em 2006 e relacionadas neste relatório de gestão de 2006, utilizaram recursos transferidos aos Organismos em 2004 e 2005, no caso do PNUD, e de 2003, no caso da FAO. Os trabalhos com recursos do orçamento de 2006 ainda não foram concluídos, segue abaixo o detalhamento desta execução:

AÇÃO	CREADOR	FONTE	EMPENHADO	PAGO	FINALIDADE
<b>4923</b>	IBGE	148	3.144.953,00	3.037.436,00	1) Pesquisa de Informações Sociais Básicas Municipais – MUNIC. (Concluída em março/2007)
	IBGE	153	1.172.923,00	1.102.240,00	2) Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privada sem Fins Lucrativos. (A ser concluída em setembro/2007)
	PNUD	153	2.616.271,00	2.616.271,00	3) Pesquisa Suplementar na PNAD 2006 sobre o Trabalho Infantil. (A ser concluída em 2008)
	PNUD	148	186.419,00	186.419,00	1) Transferência para o Prodoc BRA/04/046 - Tesouro. (Execução em 2007)
<b>Total:</b>			<b>7.120.566,00</b>	<b>6.942.366,00</b>	1) Transferência para o Prodoc BRA/04/046 – Acordo de empréstimo BID. (Execução em 2007)
<b>6877</b>	PNUD	148	4.961.405,00	4.961.405,00	1) Transferência para o Prodoc BRA/04/046 – Acordo de empréstimo BID. (Execução em 2007)
	PNUD	153	2.379.506,00	2.379.506,00	1) Transferência para o Prodoc BRA/04/046 – Tesouro. (Execução em 2007)
<b>Total:</b>			<b>7.340.911,00</b>	<b>7.340.911,00</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>14.461.477,00</b>	<b>14.283.277,00</b>	

#### 4.1 Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Planejado		Executado	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
1600	7.510.911	393	7.340.911
100%	100%	24,56%	97,74%

##### 4.1.1 Objetivos e Metas Alcançadas:

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação possui, entre suas finalidades regimentais, a elaboração, proposição, coordenação e apoio à implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome voltados à promoção de formação e capacitação de gestores nos níveis federal, estadual e municipal e agentes sociais no uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas vinculadas a esta pasta. Também de fundamental importância é a atuação da Secretaria na disseminação de informações a respeito de estudos e avaliações sobre os programas do MDS.

Neste sentido, foram realizadas várias ações incluindo treinamento, promoção e participação na organização de Seminários, bem como a elaboração de várias publicações: tudo com o objetivo de disseminar a informação e o conhecimento para gestores dos três entes que conformam a federação, agentes sociais e segmentos da academia que participam na construção das políticas e das alternativas de ação governamental na área do Desenvolvimento Social. Segue abaixo um breve resumo destas ações:

Item	Descrição	Público Atingido
Participação do XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).	Exposição na mesa redonda participação do XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) com estande, mesa redonda com o tema "Acesso público a dados de pesquisa e transparência da gestão governamental" e participação de servidores da SAGI no referido Congresso. <b>Público-Alvo:</b> cientistas sociais e estudantes. <b>Local:</b> Caxambu - MG <b>Ano:</b> 2006	2.000 (meta física não considerada – execução indireta)

Seminário de Apresentação dos Resultados Finais da Pesquisa PAA-Leite 2005	<p>Neste Seminário foram apresentados os resultados da pesquisa sobre o PAA-Leite, realizada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, aos gestores do Programa com o objetivo de que as recomendações efetuadas pelos pesquisadores fossem incorporadas buscando seu aperfeiçoamento.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Gestores do Programa PAA, Assessoria do Fome Zero no MDS e integrantes da FAO.</p> <p><b>Local:</b> Brasília</p> <p><b>Ano:</b> 2006</p>	60
Seminário de Metodologias de Pesquisa para Avaliações Rápidas	<p>O Seminário teve por objetivo discutir metodologias rápidas para avaliação de políticas e programas sociais, suas potencialidades e limitações. O Seminário contou com a participação do pesquisador Francesco Notarbartolo di Villarosa, especialista em RPA (Rapid Participatory Appraisal) e de membros de institutos de pesquisa, tais como IPEA, IBGE, DATAUNB, DATAUFF etc.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva e gestores de Secretarias finalísticas.</p> <p><b>Local:</b> Brasília</p> <p><b>Ano:</b> 2006</p>	50
Seminário de Avaliação das Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	<p>O Seminário teve por objetivo disseminar estudos e práticas de avaliação implementadas pelo MDS desde sua existência, bem como promover o amplo debate sobre as políticas e programas sociais e seus resultados.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Gestores do MDS, pesquisadores da área de avaliação de políticas sociais, representantes de organismos internacionais.</p> <p><b>Local:</b> Brasília</p> <p><b>Ano:</b> 2006</p>	200
Treinamento MI Social	<p>Treinamento de servidores do MDS para o uso da ferramenta informacional Matriz de Informação Social (MI Social), que reúne uma série de aplicativos, permitindo monitorar os programas sociais por meio de dados e indicadores.</p> <p><b>Público-alvo:</b> gestores e servidores do MDS.</p> <p><b>Local:</b> Brasília</p> <p><b>Ano:</b> 2006</p>	83

Também foram editados os seguintes trabalhos no âmbito das ações do MDS:

Item	Publicação	Descrição	Tiragem
Periódicos	Suplemento ao Nº 2. Textos para a V Conferência Nacional de Assistência Social. 2005. Vários autores.	Textos especialmente elaborados para a V Conferência Nacional de Assistência Social.	2.000

Cadernos de Estudos Desenvolv. Social em Debate	Nº 3. Os impactos do PAA-Leite sobre o preço, a produção e a pecuária leiteira. 2006. Autores: André Matos Magalhães e Alfredo Soares.	Discorre sobre o modelo econométrico que foi desenvolvido no processo de implementação da pesquisa sobre o PAA Leite na Região Nordeste.	1.000
	Suplemento ao Nº 3. Nº 1. Contribuições do MDS à I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência. 2006. Vários autores.	Textos especialmente elaborados para a I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência.	1.300
	Suplemento ao Nº 3. Nº 2. Contribuições do MDS à I Conferência Nacional da Pessoa Idosa. 2006. Vários autores.	Textos especialmente elaborados para a I Conferência Nacional da Pessoa Idosa.	700
	Nº 4. Chamada Nutricional: um estudo sobre a situação nutricional no semi-árido brasileiro. 2006. Vários autores.	Textos que relatam a pesquisa realizada no semi-árido sobre a situação do estado nutricional das crianças de 0 a 6 anos.	1.000
Manuais	Manual da MI Social. Módulo: Tabelas Sociais. 2006. SAGI.	Manual para os usuários da ferramenta MI Social.	1.000
	Manual da MI Social. Módulo: Mapas Sociais. 2006. SAGI.	Manual para os usuários da ferramenta MI Social.	Versão Eletrônica
Folders	Folder Dados 2005	Informações de execução físico-financeiras dos programas do MDS em 2005.	30.000
	<i>Data Brazil</i> 2004-2005	Informações de execução físico-financeiras e evolução dos programas do MDS em 2004/2005. (em inglês).	2.000
	Folder de divulgação dos <i>Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate</i>	Divulgação da série <i>Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate</i> .	5.000
	Folder <i>Avaliação, Monitoramento e o Compromisso com a transparência na gestão pública: a experiência do MDS</i> . 2006. SAGI.	Informações institucionais sobre a SAGI e o Consórcio de Informações Sociais (CIS/ANPOCS).	2.000
	Folder institucional da SAGI	Informações sobre as atribuições e atividades implementadas pela SAGI.	5.000
Newsletters	Newsletter para o Seminário Internacional Os rumos da transição nutricional no Brasil: fome e obesidade no contexto de exclusão social. 2005. SAGI.	Síntese dos estudos apresentados no Seminário Internacional Os rumos da transição nutricional no Brasil: fome e obesidade no contexto de exclusão social.	500

Livros	Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. 2006. SAGI/SNAS.	Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. 2006, que se baseou na pesquisa realizada no referido Encontro com representantes de fóruns e entidades de pessoas em situação de rua, gestores municipais e ONGs.	1.000
	<i>MOST2 – O Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil.</i> 2006. Autores: Jeni Vaitsman, Roberto Rodrigues e Rômulo Paes-Sousa. SAGI/UNESCO.	Descreve o processo de constituição do sistema de avaliação e monitoramento da SAGI/MDS, contemplando informações sobre recursos humanos e financeiros investidos, pesquisas contratadas, instituições executoras, sistemas informacionais desenvolvidos entre outros.	2.000
		Português	
		Espanhol	2.000
		Francês	1.000
Inglês	1.000		

#### 4.1.2 Indicadores e Outros Parâmetros

Não há um indicador para a ação e o cronograma de ações da Secretaria é o principal parâmetro utilizado para gerenciar a conformidade e o desempenho da ação. A construção e aprovação do cronograma são feitas considerando-se o planejado no PPA e a dimensão da demanda por informações das diversas Secretarias e Grupos de Trabalho do MDS.

#### 4.1.3 Avaliação de Resultados

**Eficácia:** houve eficácia parcial. A principal ação de capacitação teve sua execução iniciada ao longo de 2006, sendo prevista sua finalização para o ano de 2007. Deve-se ressaltar que a ação abarca outras realizações no campo da disseminação de conhecimento e informações, como seminários e elaboração e distribuição de publicações com a divulgação de pesquisas realizadas.

**Eficiência:** A análise simples dos números da execução física e financeira levam ao entendimento de que houve uma execução com eficiência baixa. Cabe ressaltar que a principal execução programada não foi executada fisicamente (Implantação da Rede Descentralizada de Capacitação). A execução está prevista para o exercício de 2007.

**Efetividade:** Apesar das ações de disseminação de informações a principal ação de capacitação não foi totalmente implantada.



#### 4.1.4 Análise Crítica dos Resultados

Por tratar-se de uma ação que é construída coletivamente em uma instância de apreciação que envolve quatro secretarias no âmbito do MDS, entidades representativas que se vinculam à execução das ações de Assistência Social, uma entidade co-executora e duas entidades de cooperação internacional, o Subprojeto I – Capacitação de Gerentes Sociais possui uma dinâmica de evolução proporcional à construção dos consensos entre os parceiros envolvidos.

Em complementação às dificuldades já apontadas, cabe esclarecer que a Rede Descentralizada de Capacitação, que integra o componente de capacitação do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (PO-1609/OC-BR-BID), em execução no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o PNUD – BRA/A0/046, não foi implementada em 2006, em virtude da complexidade e vulto dos procedimentos administrativos necessários à sua realização.

A Rede será estruturada mediante contratação de Agências Capacitadoras Estaduais para ministrar Curso de Capacitação para Gerentes e Técnicos Operadores da Área de Assistência Social e dos Programas de Transferência Condicionada de Renda em 16 regiões/lotês distribuídos em todo o território nacional. O procedimento administrativo de contratação conduzido pelo PNUD é orientado pelas “Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo BID”, constituindo-se de duas fases, na primeira, mediante um Aviso de Manifestação de Interesse publicado em todo o território nacional, faz-se um chamado público para que os interessados apresentem seu currículo institucional e a Administração possa avaliar preliminarmente sua capacidade técnica para execução dos serviços que deseja contratar. No caso da Rede, cerca de 384 manifestações de interesse foram recebidas, o que tornou o processo de avaliação preliminar mais demorado do que o previsto.

Dessa avaliação preliminar resultou uma lista curta de 6 (seis) interessados por região/lotê, os quais, mediante não objeção prévia do BID, na segunda fase do procedimento foram convidados a apresentar proposta técnica e comercial, cuja análise será iniciada, com previsão de contratação e início da capacitação ainda em 2007.

#### 4.1.5 Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas.

Foram iniciados os processos de seleção de entidades com etapas distintas onde, em um primeiro momento, houve a apreciação de mais de 180 propostas destas entidades capacitadoras e a formação das dezesseis listas curtas que hoje são objeto da próxima etapa de análise de propostas técnicas e financeiras de 35 entidades que passaram esta primeira etapa.

#### 4.2 Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<b>Planejado</b>	<b>Executado</b>
------------------	------------------

Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
03	8.521.890	03	7.120.566
100%	100%	100%	83,56%

#### 4.2.1 Objetivos e Metas Alcançadas:

Foram concluídas vinte pesquisas em 2006, sendo que 08 delas referiam-se a programas e ações da área de segurança alimentar, três sobre o Programa Bolsa Família, uma sobre os resultados das auditorias e fiscalizações de órgãos externos ao MDS TCU,CGU,MPU), quatro sobre programas da área de assistência social e uma pesquisa sobre ações estruturantes para comunidades quilombolas.

As pesquisas procuram responder questionamentos sobre determinados aspectos da implementação dos diversos programas e ações do MDS. Constituem-se, assim, em instrumentos de avaliação das suas políticas de segurança alimentar, transferência de renda e ações sobre populações vulneráveis ou em situação de risco social.

Pesquisas Concluídas (2006) DAM-SAGI					
Cliente	Programa	Pesquisa	Órgão de Cooperação	Execução	Período de Conclusão
SESAN	PAA	Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA - Região Nordeste. O estudo inclui a análise das percepções dos produtores beneficiados e não beneficiados sobre diferentes aspectos do programa	FAO	FEALQ	2006
		Estudo do impacto do programa sobre os arranjos econômicos locais - NE e Sul	FAO	Fubra - UNB	2006
	PAA - Leite	Estudo sobre os beneficiários, produtores e consumidores, do programa	FAO	UFPE	2006
	Cisternas	Estudo do impacto do programa sobre a vida dos beneficiários e a qualidade da água	FAO	FAGRO	2006
		Estudo sobre a implementação, seleção e capacitação dos beneficiários.	FAO	FUNDER	2006
	Segurança Alimentar	Suplemento sobre insegurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004	-	IBGE	2006

		Análise do Suplemento sobre insegurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004	-	FUNCAMP	2006
	<b>Chamada nutricional</b>	Projeto chamada nutricional de crianças menores de 5 anos de idade em populações específicas, em situação de vulnerabilidade social - semi-árido e assentamentos rurais do Nordeste.	PNUD	UFF/ ENSP/ USP	2006
	<b>Banco de Alimentos</b>	Caracterização e avaliação dos Bancos de Alimentos implantados no país.	FAO	Redes	2006
	<b>Hortas comunitárias</b>	Caracterização e avaliação das hortas comunitárias implantadas no país.	FAO	FEALQ	2006
	<b>Cozinhas comunitárias</b>	Caracterização e avaliação das cozinhas comunitárias implantadas no país.	FAO	FUSP	2006
	<b>Populações Específicas</b>	Ações estruturantes para comunidades quilombolas	FAO	DATAUFF	2006
<b>SENARC</b>	<b>Bolsa Família</b>	Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero	DIFID	AGENDE	2006
		Pesquisa de percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre condições de Segurança Alimentar e Nutricional	PNUD	DataUFF	2006
		Pesquisa domiciliar longitudinal – Impacto do PBF no gasto e consumo das famílias – Primeira fase.	PNUD	FUNDEP/ ENCE - IBGE	2006
		Estudo sobre os resultados das auditorias e fiscalizações de órgãos externos ao MDS: TCU, CGU, MPU	Bird/PNUD	Consultor	2006
<b>SNAS</b>	<b>BPC</b>	Avaliação do BPC - Estudo sobre a implementação do programa e impacto sobre os beneficiários	PNUD	FEC	2006
		Avaliação do BPC – aspectos de demanda cobertura, e relação com o sistema previdenciário brasileiro.	PNUD	FUNDEP	2006

	<b>Sentinela</b>	Avaliação qualitativa para análise da implementação do Sentinela	PNUD	UFMG	2006
	<b>Rede de Serviços</b>	Suplemento Gestão da Assistência Social - MUNIC	BID/PNUD	IBGE	2006

Também nesta ação consta o que vem sendo feito no âmbito da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI com relação aos instrumentos de disseminação de informações estruturadas a decisores, gerentes e outros atores determinantes internos e externos ao MDS, com relação à execução dos Programas do MDS.

Para cumprir com esse objetivo de agregar qualidade à implementação e ao desempenho dos programas sociais, a SAGI vem desenvolvendo diversas atividades, dentre as quais merece destaque a implementação e aprimoramento do seu Sistema de Informação. Este Sistema, traduzido na organização de bases de dados, construção de ferramentas computacionais e elaboração de relatórios técnicos que permitem manter atualizadas quaisquer informações para consultas, tem por objetivo municiar gestores das políticas e programas de instrumentos para a gestão qualificada e, ao mesmo tempo, incentivar o controle social efetivo por parte de todos os setores da sociedade.

Cabe mencionar que a principal matéria-prima de um sistema de monitoramento de programas sociais são os dados operacionais dos programas. Assim, coube à SAGI localizar e mapear toda a estrutura de dados disponíveis desses programas e os fluxos desses dados e, em seguida, realizar um levantamento das ferramentas e sistemas de informações existentes no MDS que, como resultado, identificou 12 diferentes sistemas de informação no Ministério.

Neste levantamento constatou-se que, vez que os sistemas foram produzidos em estruturas administrativas distintas e com diferentes objetivos, ocorria alterações quanto ao número e tipos de variáveis, magnitude, escopo e nível de maturação dos sistemas. Assim, o desafio enfrentado pela SAGI foi atuar no sentido da organização das bases de dados, elaboração de ferramentas computacionais e produção de relatórios técnicos. A seguir estão listadas, de forma sintética, as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria para viabilizar o monitoramento de programas sociais no âmbito do Sistema de Informação:

### **I) Dicionário Social de Variáveis, Indicadores e Programas do MDS – DICI-VIP**

O DICI-VIP é um dicionário eletrônico que foi construído com o objetivo de disponibilizar informações sobre variáveis, indicadores e programas do MDS. Nele são encontrados descrições, fórmulas de indicadores e fontes de dados.

### **II) Matriz de Informação Social (MI Social)**

A Matriz de Informação Social (MI Social) é um grupo de ferramentas computacionais utilizadas para a referência de dados, informações e indicadores dos programas sociais do MDS para agregados territoriais: municípios, microrregião, unidades federativas e agregados especiais, tais como o semi-árido e a Bacia do Rio São Francisco.

A MI Social apresenta resultados em tabelas, fichas, gráficos e mapas, produzindo ainda dados georreferenciados que possibilitam que o usuário construa mapas em tempo real de execução.

A ferramenta foi desenvolvida utilizando tecnologias de software livre podendo ser acessada via intranet.

O MDS espera que os gestores públicos, por meio dessas ferramentas, possam obter informações referentes aos programas sociais que serão utilizadas para reconhecer, criticar e contribuir para o sucesso da implementação dos resultados de tais programas.

### **III) Sala de Situação**

A Sala de Situação é uma central de informações para tratamento imediato de dados já armazenados ou disponíveis para pesquisa eletrônica em busca de subsidiar análises pontuais e tomadas de decisão numa situação de demanda urgente. Importante observar que ela não funciona somente em períodos de urgência. Utilizando recursos tecnológicos modernos, a sala funciona também para planejamento, não só mensurando dificuldades na efetividade dos programas, mas também auxiliando na construção de cenários em busca de oferecer melhores condições de análise para tomadas de decisões.

#### **4.2.2 Indicadores e Outros Parâmetros**

Não há um indicador para a ação e o cronograma de ações da Secretaria é o principal parâmetro utilizado para gerenciar a conformidade e o desempenho da ação. A construção e aprovação do cronograma são feitas considerando-se o planejado no PPA e a dimensão da demanda por informações das diversas Secretarias e Grupos de Trabalho do MDS.

No caso desta ação, cabe ressaltar que ela é de fundamental importância para o gerenciamento dos programas e ações deste Ministério, já que trata de trazer aspectos para a consideração dos resultados das respectivas implementações.

#### **4.2.3 Avaliação de Resultados**

**Eficácia:** houve o equilíbrio na execução física e financeira. Foram concluídas 20 pesquisas referentes às ações de Segurança Alimentar, Ações estruturantes para comunidades quilombolas, Programa Bolsa Família e Programas da Assistência Social e 12 pesquisas iniciadas em 2006 encontram-se em andamento.

**Eficiência:** Houve uma ampla execução com recursos pouco abaixo que o previsto. Pode-se considerar uma eficiência relativa na execução da ação.

**Efetividade:** A avaliação de aspectos das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar foi executada. Deste modo houve efetividade na sua execução.

#### **4.2.4 Análise Crítica dos Resultados**

As causas do sucesso na implementação da ação estão diretamente ligadas à expertise que está sendo criada e promovida no âmbito da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Há uma clareza nos pontos a serem objeto de avaliação e pesquisa, na rotina de trabalho da construção da proposta de implantação destas ações e na análise de consistência dos resultados obtidos. Além disso o processamento de demandas específicas, visando uma maior compreensão dos resultados obtidos e disponíveis, também é possível dada a crescente utilização da sala de situação da área de monitoramento e avaliação.

#### **4.2.5 Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas.**

Não foi necessário a adoção de medidas saneadoras, tendo em vista o sucesso na implementação da ação.

## **5. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS**

Quando de sua constituição, o MDS fez a opção de ter a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias em sua estrutura, com a finalidade de contribuir para que as diversas ações em curso se articulem e, com isso, produzam resultados mais eficazes e sustentáveis para seus beneficiários.

A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias -SAIP tem como missão ampliar, qualificar e implementar parcerias para o fortalecimento das políticas de desenvolvimento social e de combate à fome, a partir da articulação com a sociedade civil organizada, o segmento empresarial público e privado, e programas do governo federal que tenham interface com a inclusão social.

A área de articulação institucional e parcerias para o combate à fome e à pobreza extrema, traz um conjunto de práticas que marcam a introdução de um novo paradigma na formulação e implementação de políticas públicas. A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias contribui, portanto, para viabilizar práticas de gestão intersetoriais em função da complexidade inerente ao processo de desenvolvimento social, ou seja, na perspectiva de construir uma abordagem transversal que respeite o objeto de cada área/setor e, ao mesmo tempo, contribua para promover maior sinergia entre as ações.

Reconhecendo essa característica e a amplitude de suas possibilidades, houve a definição de diretrizes para a articulação de parcerias, pelo Ministro Patrus Ananias, que foram posteriormente rediscutidas no âmbito do Planejamento Estratégico do MDS. Nessa oportunidade, foram estabelecidas como prioridades para a atuação da SAIP, articulações de ações que garantissem a atenção especial para comunidades tradicionais e a ênfase na geração de trabalho e renda para o público beneficiário das políticas do MDS. Na busca de um foco mais preciso de atuação, a SAIP definiu como sua missão: articular e integrar essas ações, evitando superposições de esforços, preenchendo eventuais lacunas e priorizando a atuação dos parceiros onde haja maior potencial de obtenção de resultados. Definiu-se ainda, instrumentos para regulamentar e apoiar a atuação da SAIP em seus programas, como seus marcos conceituais e metodológicos, a normatização do gerenciamento de parcerias, e o Guia de Geração de Trabalho e Renda.

Em 2006, houve a determinação política de que a SAIP não compartilharia mais dos recursos orçamentários do Ministério, mas sim priorizaria a articulação de parcerias direcionadas ao fortalecimento das políticas e programas de inclusão social produtiva e sustentável, buscando ainda o alinhamento estratégico das políticas sociais à diversidade dos grupos mais vulneráveis da população brasileira. Dessa forma, foram realizadas atividades de articulação com parceiros com potencial para apoiar as políticas públicas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, renda de cidadania e assistência social.

Dentre as atividades da SAIP, destacaram-se no período as articulações e parcerias para:

## **5.1 Recebimento e Distribuição de Doações dentro da Estratégia Fome Zero**

O gerenciamento das doações feitas ao Fome Zero é uma das responsabilidades da Secretaria desde a constituição do MDS, que trata cuidadosamente de todas as etapas do processo de doações, desde a identificação do doador (pessoa física ou jurídica), passando pela análise da pertinência da doação (bens ou produtos) ao Fome Zero, a formalização do processo de doação, confecção e publicação dos certificados de doador eventual, até o acompanhamento da destinação dos bens para o cumprimento de sua finalidade social.

Nesse processo, a SAIP atua no sentido de otimizar a relação entre os participantes da “cadeia solidária” de doações, na perspectiva de uma conexão social, com vistas a potencializar os resultados da participação social no combate à fome e à pobreza extrema. Essa “cadeia solidária” é composta por diversos atores: doadores de produtos e serviços (setor empresarial, cidadãos, entidades públicas); apoiadores em logística (armazenamento, embalagem e transporte); mediadores/donatários (Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Pontos de Cultura, bancos de alimentos, entidades assistenciais, associações de moradores, prefeituras, defesa civil, entidades religiosas, associações de comunidades tradicionais, INCRA, ONGs e OSCIPs, movimentos sociais, etc); até alcançar os beneficiários que são os segmentos de maior vulnerabilidade social (famílias, idosos, crianças, jovens) – quilombolas, comunidades indígenas, população de rua, atingidos por barragens, vítimas de enchentes e de secas, acampados à espera da reforma agrária, etc.

Os produtos doados são distribuídos por instituições parceiras às entidades beneficentes cadastradas nas secretarias estaduais / municipais de assistência social, prefeituras, bancos de alimentos, e a povos indígenas, populações remanescentes de quilombos, e acampados da reforma agrária, que constituem público preferencial no recebimento de doações. As doações destinadas a leilões têm sua arrecadação somada às demais doações em dinheiro e são integralmente repassadas ao Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, e destinadas à construção de cisternas na região do semi-árido brasileiro.

### **5.1.1 Principais Resultados das Doações de 2006:**

Vale destacar que o processo de doações foi se tornando mais complexo e articulado à medida que doações eventuais foram dando lugar a doações sistemáticas, como aquelas feitas para os Bancos de Alimentos, que atuam na perspectiva da redução do desperdício de alimentos, sua mais adequada manipulação e da distribuição a quem mais necessita. Como exemplos, destacam-se o Programa SESC Mesa Brasil que atua em todo o Brasil e a empresa Fresh Start Bakeries Industrial Ltda – FSB Foods, produtora de pães de sanduíche para atender à rede McDonald’s, que doa frequentemente pães ao Banco de Alimentos SESC - Rio de Janeiro beneficiando cerca de 1700 pessoas, nas localidades de Petrópolis, Três Rios, Paraíba do Sul, Areal e Sapucaia.

A parceria do MDS com a Receita Federal é outro exemplo de doação articulada que possibilita que, periodicamente, mercadorias apreendidas por esse órgão sejam doadas ao Fome Zero para posterior repasse a entidades assistenciais legalmente credenciadas e/ou grupos vulneráveis previamente mapeados. A parceria com a CONAB permite, além do armazenamento e distribuição das mercadorias, a emissão de notas fiscais e cadastramento dessas mercadorias no SIAFI, o que possibilita o rastreamento e, conseqüentemente, o controle das mercadorias.



Na tabela a seguir encontra-se uma síntese dos resultados das doações de bens e produtos diversos, no período relativo a 2006:

Ano	Doações de Bens e Mercadorias	Receita Federal ADM	TOTAL
2006	4.414.746,29	6.361.647,07	<b>10.776.393,36</b>

A SAIP também é responsável pela aplicação e publicação da isenção de ICMS e IPI às doações de mercadorias e prestação de serviços destinadas ao Fome Zero. O Convênio nº 18/03, que trata da isenção do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS nas operações relacionadas ao Fome Zero, foi regulamentado pelo Ajuste SINIEF 02/03, que dispõe sobre as condições, os mecanismos de controle e os procedimentos a serem observados em relação às doações de mercadorias e à prestação de serviço de transportes alcançadas pela isenção de ICMS, para atendimento ao Fome Zero. Quanto à isenção do Imposto sobre produtos industrializados - IPI, o Decreto 4.669/03 altera a alíquota incidente sobre produtos doados ao Fome Zero, e a Portaria interministerial nº 142 regulamenta esse Decreto.

## **5.2 Certificação de Parceiros Fome Zero para o Fortalecimento da Responsabilidade Social**

Como forma de reconhecimento e estímulo às ações de empresas e instituições não governamentais que contribuem para o combate à fome e à exclusão social, a SAIP certifica essas instituições e empresas como “Parceiro Fome Zero”. Dentre os parceiros Fome Zero já certificados destacam-se 36 por desenvolver ações de geração de trabalho e renda. São eles: ABIT, ACBANTU/BA, Banco do Brasil S. A., Banco Central do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Bayer, Caixa Econômica Federal, CEPLAC, CGTEE, CHESF, CNPq, Coca-Cola, CODEVASF, CONAB, DATAPREV, Eletrobrás, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Embrapa, FIOCRUZ, Furnas Centrais Elétricas, Grupo Pão-de-Açúcar, HP Brasil, INCRA, Instituto Nacional de Tecnologia, Itaipu Binacional, Nestlé Brasil, OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, Pastoral da Criança, Petrobras, Politec, Sebrae, Shell Brasil, Unilever e Volkswagen.

Foram certificados 40 (quarenta) novos parceiros, os CONSADs – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, passando de 106 (cento e seis) para 146 (cento e quarenta e seis) parceiros certificados.

Para ser parceiro do Fome Zero, a empresa ou instituição deve assumir um compromisso efetivo de apoio a algum projeto ou ações de combate e erradicação da pobreza em nosso país. Existem critérios e procedimentos para que a instituição ou empresa seja contemplada com o Certificado de Parceiro Fome Zero.

Aprovado pela Portaria Ministerial nº 283/2006, o **Manual de Normatização e Gerenciamento de Parcerias**, criado pela SAIP, define os procedimentos e critérios referentes ao processo de efetivação e certificação das parcerias e gerenciamento de doações.

O **Manual de Normatização e Gerenciamento de Parcerias** surgiu da necessidade da regulamentação adequada para garantir o cumprimento dos princípios da administração pública, além de contribuir para:

Fortalecer as ações da estratégia Fome Zero, por meio do compromisso formal da sociedade, na implementação de ações destinadas a combater a fome e melhorar a qualidade de vida da população em situação de extrema pobreza; e

Reconhecer e potencializar as ações de combate à fome e à erradicação da pobreza desenvolvidas por empresas e entidades da sociedade civil, por meio da certificação de Doador Eventual ou pela autorização de uso da Marca Fome Zero (Parcerias Eventuais), ou ainda pela certificação de ações de Parceria Fome Zero (Parcerias Estratégicas).

### **5.3 GUIA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Com o objetivo de identificar, divulgar e facilitar a articulação das ações e programas de geração de trabalho e renda no governo federal, a SAIP elaborou o Guia de Geração de Trabalho e Renda. Em um único documento, essas ações e programas voltadas para a população pobre foram organizadas e sistematizadas, facilitando aos gestores locais o acesso às informações, as quais permitem, ao usuário: conhecer todas as ações do Governo Federal em apoio à geração de trabalho e renda; a que público estão destinadas; que tipo de organização ou instituição tem possibilidade de acessar o recurso; a abrangência territorial das ações, as condicionalidades para acesso; e os contatos das unidades gestoras correspondentes. O guia serve ainda para subsidiar o Governo Federal na tomada de decisões sobre a aplicação de recursos que promovam a inclusão social e o desenvolvimento local com sustentabilidade, por meio de articulação de programas e projetos e ações em um mesmo território.

Em 2006, esse Guia demonstrou que, além das 20 ações que transferiam renda para as populações mais pobres, num total de R\$ 63 bilhões, e das 24 ações de apoio ao desenvolvimento local, num total de R\$ 640 milhões, existiam 114 ações de apoio à geração de trabalho e renda, distribuídas em 17 ministérios e 4 secretarias especiais da Presidência da República, totalizando R\$ 4,8 bilhões. São ações que contribuem para a geração de trabalho e renda para jovens em situação de risco, mulheres, indígenas, quilombolas e populações pobres em geral. O Guia classificou as ações em sete eixos temáticos de geração de trabalho e renda, indicando que:

- 7 (sete) ações contribuem para o diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias, totalizando cerca de R\$ 119 milhões;
- 32 (trinta e duas) ações contribuem para a formação e capacitação para o trabalho, totalizando, aproximadamente, R\$ 408 milhões;
- 12 (doze) ações são de assistência técnica, totalizando R\$ 348 milhões;
- 13 (treze) ações são de apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo), alcançando R\$ 31 milhões;
- 40 (quarenta) ações se relacionam a infraestrutura e logística de produção, com um total de mais de R\$ 2 bilhões;
- 6 (seis) ações se relacionam a acesso ao crédito, com R\$ 1,2 bilhões; e

4 (quatro) ações são de apoio à comercialização, alcançando um montante de R\$ 370 milhões, aproximadamente.

#### **5.4 Convênios com organizações da sociedade civil**

Com o objetivo potencializar as ações e programas das secretarias finalísticas de acordo com as prioridades estabelecidas, em 2006 a SAIP também acompanhou convênios firmados com recursos remanescentes do orçamento de 2005, referentes à ação “Educação Cidadã e Mobilização Social” com o Movimento de Educação de Base (MEB), ONG Visão Mundial, Instituto Paulo Freire e Fundação Banco do Brasil.

##### **5.4.1- Convênio nº 002/SE/MDS/05 (Processo nº 71000.014984/2005-77) Projeto: Programa de Promoção da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável de Comunidades em Situação de Risco Social**

##### **Conveniente: Movimento de Educação de Base - MEB**

O convênio nº 002/SE/MDS/05 (Processo nº 71000.014984/2005-77) foi celebrado, no exercício de 2005, com o MEB e para a execução de seu objeto, foram destinados recursos no valor de R\$ 968.206,00 (novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e seis reais), cabendo ao Concedente o valor de R\$ 794.250,00 (setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), e cabendo ao Conveniente a contrapartida de R\$ 173.956,00 (cento e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais), conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes.

O valor de R\$ 794.250,00 (setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), foi alocado no orçamento do MDS, consignado no Programa de Trabalho nº 6444.0001 - Educação Cidadã e Mobilização Social - Natureza da Despesa: 3350.41, Fonte: 0153.

O convênio nº 002/SE/MDS/05 entre o MDS e o Movimento de Educação de Base – MEB assinado em 22 / 12 / 2005 foi prorrogado por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, assinado em 28 / 12 / 2006, com prazo de vigência até 30 / 03 / 2007.

As ações de parceria previstas no Plano de Trabalho do referido convênio entre o MEB e o MDS, têm estimulado a geração de projetos comunitários associados a temas de promoção da cidadania e desenvolvimento sustentável das comunidades, priorizando o controle das ações e programas públicos de desenvolvimento social.

Metas já executadas de acordo com o Plano de Trabalho do Convênio:

- Meta 1:** foram realizados 3 (três) cursos de qualificação dos agentes de educação de base e produção de material didático;
- Meta 2:** foram realizados 26 (vinte e seis) cursos de Promoção da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável de Comunidades;
- Meta 3:** foram contratados agentes de educação Cidadã e mobilização Social – realizada a capacitação de articuladores, supervisores e coordenadores; e

**Meta 4:** foram elaborados e apresentados projetos de desenvolvimento social aos articuladores estaduais do MEB.

As metas previstas no Plano de Trabalho estão sendo executadas em conformidade com dos prazos previstos no cronograma de execução, restando apenas a Meta de nº 5, que corresponde à Avaliação do Projeto.

#### **5.4.2 Convênio nº 03/SE/MDS/05 (Processo Nº 71000.015116/2005-12) Projeto Empreender para Desenvolver**

##### **Conveniente: ONG Visão Mundial**

Para a execução das ações previstas no convênio nº 03/SE/MDS/05, celebrado entre o MDS e a Visão Mundial, foram destinados recursos no valor de R\$ 705.750,00 (setecentos e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), cabendo ao Concedente o valor de R\$ 605.750,00 (seiscentos e cinco mil e setecentos e cinquenta reais), e cabendo ao Conveniente a contrapartida de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho devidamente aprovado.

O valor de R\$ 705.750,00 (setecentos e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), foi alocado no orçamento do MDS, consignado no Programa de Trabalho 6444.0001 - Educação Cidadã e Mobilização Social - Natureza da Despesa: 3350.41, Fonte: 0153.

O convênio entre o MDS e a Visão Mundial foi assinado em 22 / 12 / 2005, tendo sido prorrogado por meio do **Segundo Termo Aditivo ao Convênio**, assinado em 28 / 12 / 2006, com vigência até 30 / 06 / 2007.

Metas já executadas de acordo com o Plano de Trabalho do Convênio:

- Meta 1:** Formação de 10 (dez) grupos articulados, com o total de 336 empreendedores e com alto índice de presença nas reuniões;
- Meta 2:** Realização do diagnóstico sócio-econômico e produtivo dos 10 grupos referidos;
- Meta 3:** Fortalecimento institucional dos 10 grupos produtivos;
- Meta 4:** Desenvolvimento da capacidade produtiva orientada ao mercado - os grupos desenvolveram seus produtos utilizando matéria prima local e ecologicamente correta, com forte aceitação no mercado nacional e internacional;
- Meta 5:** Promoção dos princípios, critérios e valores do comércio justo – todos os grupos foram capacitados e aplicam em seus processos os princípios e critérios do comércio justo;
- Meta 6:** Desenvolvimento e comercialização de 10 empreendimentos.

Foi realizada ainda uma avaliação parcial e uma mostra dos resultados no Encontro Internacional de Negócios Solidários. Os grupos formalizaram os impactos positivos na vida das pessoas participantes do projeto.

As metas previstas no Plano de Trabalho estão sendo executadas em conformidade com os prazos previstos no cronograma de execução, restando apenas a Meta de nº 7, que corresponde à avaliação final do projeto e uma mostra dos resultados gerais.

A análise técnica revela que as atividades de capacitação em empreendedorismo e fortalecimento institucional, executadas no âmbito do convênio 03/SE/MDS/2005, possibilitaram às pessoas identificarem suas vocações e habilidades perante o grupo. As oficinas baseadas na proposta de metodologia participativa e vivencial favorecem a inclusão das pessoas no processo produtivo e fortalecem o aprendizado em técnicas de gestão.

O monitoramento das ações previstas nos Planos de Trabalho dos 02 (dois) convênios acima citados (nºs nº 002/SE/MDS/05 e nº 003/SE/MDS/05) está sendo feito por meio de: análise de relatórios técnicos e físico-financeiros enviados pelas instituições convenientes; reuniões com as coordenações executivas das convenientes; análise e aprovação do material didático utilizado nas capacitações; visitas técnicas in loco e participação nos eventos promovidos pelas entidades executoras, no âmbito dos convênios. Nesse processo de acompanhamento dos convênios, a SAIP tem ainda fornecido informações e orientações sobre as diretrizes metodológicas para os projetos de inclusão social, bem como sobre os programas do MDS.

#### **5.4.3 - Convênio nº 004/SAIP/MDS/2005 (processo nº 71000.015009/2005-86) - Projeto de inclusão produtiva e fortalecimento institucional no contexto da promoção do desenvolvimento local sustentável das comunidades quilombolas.**

##### **Conveniente: Fundação Banco do Brasil**

O convênio nº 004/SAIP/MDS/05 foi firmado em 27/12/2005, entre o MDS e a Fundação Banco do Brasil/FBB, tendo sido destinados recursos no valor de R\$ 1.125.000,00 (um milhão, cento e vinte e cinco mil reais), cabendo ao Concedente o valor de R\$ 1.015.000,00 (um milhão e quinze mil reais), e cabendo ao Conveniente a contrapartida de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho devidamente aprovado.

O valor de R\$ 1.015.000,00 (um milhão e quinze mil reais) foi alocado no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo que o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), foram alocados da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias no Programa de Trabalho nº 08.244.1006.6444.0001. O valor de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), por sua vez, foram alocados da Secretaria Nacional de Assistência Social no Programa de Trabalho nº 08.244.1133.4963.0001.

O convênio entre o MDS e a FBB foi assinado em 27 / 12 / 2005, tendo sido prorrogado por meio do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, assinado em dezembro de 2006, com vigência prorrogada até dezembro de 2007.

##### **Ações previstas nas Cláusulas no Termo de Convênio já executadas:**

- 01: Elaboração das Normas Operacionais e do Manual de orientação às entidades proponentes;
- 02: Constituição do Comitê Técnico Executivo do convênio, instituído pela subcláusula única da cláusula sétima – do Controle e Fiscalização (Portaria nº 311, de 22/09/2006);

- 03: Aprovação, pelo Comitê Técnico Executivo, de 12 (doze) projetos apresentados pelas comunidades quilombolas localizadas nos seguintes estados: Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Sergipe.

**Metas já executadas de acordo com o Plano de Trabalho do Convênio:**

**Meta 1.3:** Apoio às ações de inclusão produtiva das comunidades quilombolas:

**Etapa/Fase 2.10:** Identificação das parcerias e das iniciativas a serem apoiadas;

**Etapa 3.10:** Implementação das Ações - Execução dos projetos das seguintes comunidades: 1) compra de veículo para a comunidade remanescente dos quilombos de Furnas da Boa Sorte (MS); 2) compra de veículo para a comunidade remanescente dos quilombos de Chupeiro (PI).

Encontram-se em **fase de execução** os projetos das seguintes comunidades:

1. Projeto de inclusão produtiva da comunidade remanescente dos quilombos de São Félix (MG); e
2. Projeto de geração de emprego e renda das mulheres quilombolas da comunidade remanescente dos quilombos de Invernada dos Negros (SC);
3. Projeto de inclusão digital para a cidadania da comunidade remanescente dos quilombos de Caiana dos Crioulos (PB); e
4. Projeto de desenvolvimento sustentável para a comunidade remanescente dos quilombos de Santana (RJ), ambos em fase de finalização.

O monitoramento das ações previstas no convênio nº 004/SAIP/MDS/05 está sendo feito por meio de: visitas técnicas in loco e reuniões mensais com o Comitê Técnico Executivo do convenente, conforme atas constantes dos autos do processo nº 71000.015009/2005-86.

**5.4.4 - Convênio nº 04/2004/MDS (processo nº 71.000.006503/2004-79) – Projeto Gerar de Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional**

**Convenente: OSCIP GERAR**

Para a execução das ações previstas no convênio nº 04/2004/MDS, celebrado entre o MDS e a OSCIP GERAR, foram destinados recursos no valor de R\$ 274.000,00 (duzentos e setenta e quatro mil reais), cabendo ao Concedente o valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), e cabendo ao Convenente a contrapartida de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho devidamente aprovado.

O referido Convênio foi assinado em 22 / 12 / 2004, tendo sido prorrogado por meio do Segundo Termo Aditivo ao Convênio até 30 / 01 / 2006, tendo sido executado em conformidade com o Plano de Trabalho.

Os recursos tiveram boa e regular aplicação, tendo sido aprovado por meio do parecer nº. 03/2006/SPOA/SE/MDS, de 20/12/2006, presente às fls. 2.502 a 2507 do processo.

**5.4.5 - Convênio nº 001/2004 (processo nº 71.000.006204/2004-34) – Projeto Consolidação das Redes Estaduais de Promoção da Mobilização e Participação social no Âmbito da Política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -Talher.**

**Convenente: Instituto Paulo Freire**

Para a execução das ações previstas no convênio nº 01/2004/MDS, celebrado entre o MDS e Instituto Paulo Freire, foram destinados recursos no valor de R\$ 4.482.341,12 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e um reais e doze centavos), cabendo ao Concedente o valor de R\$ 4.065.350,12 (quatro milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e doze centavos), e cabendo ao Convenente a contrapartida de R\$ 416.991,00 (quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e noventa e um reais), conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho devidamente aprovado.

O referido Convênio foi assinado em 14/09/2004, tendo sido prorrogado por meio do **Segundo Termo Aditivo ao Convênio** até 30/01/ 2006, tendo sido executado em conformidade com o Plano de Trabalho.

Os recursos tiveram boa e regular aplicação, tendo sido aprovado por meio do parecer nº. 01/2006/SPOA/SE/MDS, de 25/10/2006, presente às fls. 7160 a 7169 do processo.

**5.4.6 - Convênio nº 01/2005/MDS (processo nº. 71.000.003111/2005-39) – Projeto Organização e participação das famílias vulneráveis a fome em processos de formação para a cidadania plena.**

**Convenente: Instituto Paulo Freire**

Para a execução das ações previstas no convênio nº 01/2005/MDS, celebrado entre o MDS e o Instituto Paulo Freire, foram destinados recursos no valor de R\$ 11.333.040,00 (onze milhões, trezentos e trinta e três mil e quarenta reais), cabendo ao Concedente o valor de R\$ 11.078.000,00 (onze milhões e setenta e oito mil reais), e cabendo ao Convenente a contrapartida de R\$ 255.040,00, (duzentos e cinquenta e cinco mil e quarenta reais ), conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho devidamente aprovado.

O convênio entre o MDS e o Instituto Paulo Freire foi assinado em 24/08/2005, tendo sido prorrogado por meio do **Segundo Termo Aditivo ao Convênio** até 15/08/2007.

Coube a esta Secretaria o repasse das 2 (duas) primeiras parcelas do Convênio, que somaram o valor de R\$ 4.478.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil reais), tendo sido já executadas e devidamente aprovada sua prestação de contas.

Em 2006, os atos de gestão do referido convênio foram assumidos pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, cabendo a mesma o acompanhamento da execução das demais parcelas repassadas, bem como a análise técnica e financeira do referido Convênio.



## 6. FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP, que foi criado em 2001 e previsto para existir até 2010, visa proporcionar aos brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, sendo que os recursos devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou de relevante interesse social voltados à melhoria da qualidade de vida.

O citado Fundo foi instituído por intermédio da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001. Até o início de 2003 a gestão FCEP ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, sendo que o Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, que definiu o extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA como órgão gestor e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, designou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Cabe destacar, que o FCEP nunca se constituiu como uma Unidade Orçamentária, sendo administrado apenas como uma Fonte de Recursos. Com a criação do MDS, procurou-se implementar instrumentos que facilitassem o acompanhamento das metas e gestão dos recursos do Fundo. Deste modo, já no Projeto de Lei Orçamentária para 2005 centralizou todos os recursos do citado Fundo nesta Pasta e o mesmo procedimento foi adotado nos orçamentos subsequentes.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União. Neste sentido, foi aprovado o Acórdão nº 2203/2006-TCU-Plenário, que considerou as despesas realizadas com recursos do FCEP, no período de 2001 a 2005, “atendem às exigências estipuladas pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e pela Lei Complementar nº 111/2001”.

Quanto aos gastos com despesas administrativas realizadas com recursos do Fundo, a Lei Complementar nº 111, de 2001, determina que o percentual máximo destinado a este tipo de despesa será definido a cada ano pelo Poder Executivo. Assim, em 2006, foi publicado o Decreto nº 5.997, de 21 de dezembro de 2006, que determinou que o percentual máximo de recursos do FCEP a serem destinados à despesas administrativas seria de 7,0%.

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP no exercício de 2006, em que se pode constatar que a execução total das fontes de recursos 79 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e 94 – Doações para o Combate à Fome foi de 94,2% dos recursos disponibilizados. Cabe esclarecer que o baixo índice de execução verificado na ação “Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial” deve-se ao contingenciamento orçamentário imposto ao MDS.

### Execução Orçamentária do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 2006

Órgão / Programa / Ação	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenhado		Liquidado	
			Valor	%	Valor	%
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	<b>6.769.517,3</b>	<b>6.888.811,7</b>	<b>6.490.869,3</b>	<b>94,2%</b>	<b>6.490.869,3</b>	<b>94,2%</b>
<b><i>Eradicação do Trabalho Infantil</i></b>	<b>49.528,0</b>	<b>49.528,0</b>	<b>46.234,2</b>	<b>93,3%</b>	<b>46.234,2</b>	<b>93,3%</b>
Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	49.528,0	49.528,0	46.234,2	93,3%	46.234,2	93,3%
<b><i>Acesso à Alimentação</i></b>	<b>296.730,2</b>	<b>412.329,3</b>	<b>404.773,1</b>	<b>98,2%</b>	<b>404.773,1</b>	<b>98,2%</b>
Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos	4.522,0	4.522,0	3.422,4	75,7%	3.422,4	75,7%
Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos	6.278,9	6.278,9	6.182,4	98,5%	6.182,4	98,5%
Apoio à Agricultura Urbana	9.860,0	11.043,2	9.757,5	88,4%	9.757,5	88,4%
Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	68.845,9	61.961,3	61.412,6	99,1%	61.412,6	99,1%
Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	45.080,0	45.080,0	43.308,6	96,1%	43.308,6	96,1%
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	162.143,4	283.444,0	280.689,6	99,0%	280.689,6	99,0%
<b><i>Transferência de Renda com Condições - Bolsa Família</i></b>	<b>6.330.429,5</b>	<b>6.330.429,5</b>	<b>5.956.183,6</b>	<b>94,1%</b>	<b>5.956.183,6</b>	<b>94,1%</b>
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	6.225.000,0	6.225.000,0	5.850.754,1	94,0%	5.850.754,1	94,0%
Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais (Lei nº 10.836, de 2004)	105.429,5	105.429,5	105.429,5	100,0%	105.429,5	100,0%
<b><i>Proteção Social Básica</i></b>	<b>84.545,3</b>	<b>88.240,5</b>	<b>83.648,4</b>	<b>94,8%</b>	<b>83.648,4</b>	<b>94,8%</b>
Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social	84.545,3	88.240,5	83.648,4	94,8%	83.648,4	94,8%
<b><i>Proteção Social Especial</i></b>	<b>8.284,3</b>	<b>8.284,3</b>	<b>30,0</b>	<b>0,4%</b>	<b>30,0</b>	<b>0,4%</b>
Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial	8.284,3	8.284,3	30,0	0,4%	30,0	0,4%
<b>Total</b>	<b>6.769.517,3</b>	<b>6.888.811,7</b>	<b>6.490.869,3</b>	<b>94,2%</b>	<b>6.490.869,3</b>	<b>94,2%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial  
Base: 31 de dezembro de 2006.

## **7. CONCLUSÃO**

---

Este relatório deverá compor o Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativo ao exercício 2006.

Brasília-DF, de março de 2007.

**MÁRCIA HELENA DE CARVALHO LOPES**

Secretária-Executiva